



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
INSTITUTO DE CULTURA E ARTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

FRANCISCO SÉRGIO LIMA DE SOUSA

QUANDO AS MINORIAS FALAM:
OS PERSONAGENS DA WEBSÉRIE CARTAS URBANAS, DO COLETIVO NIGÉRIA,
E SUAS CONSTRUÇÕES DE SENTIDO SOBRE A OBRA

FORTALEZA

2017

FRANCISCO SÉRGIO LIMA DE SOUSA

**QUANDO AS MINORIAS FALAM:
OS PERSONAGENS DA WEBSÉRIE CARTAS URBANAS, DO COLETIVO NIGÉRIA,
E SUAS CONSTRUÇÕES DE SENTIDO SOBRE A OBRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Comunicação. Área de concentração: Mídias e práticas socioculturais.

Orientadora: Prof^a Dra. Márcia Vidal Nunes

**FORTALEZA
2017**

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

2

FRANCISCO SÉRGIO LIMA DE SOUSA

**QUANDO AS MINORIAS FALAM:
OS PERSONAGENS DA WEBSÉRIE CARTAS URBANAS, DO COLETIVO NIGÉRIA,
E SUAS CONSTRUÇÕES DE SENTIDO SOBRE A OBRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Comunicação. Área de concentração: Mídias e práticas socioculturais.

Aprovada em: 06/12/2017.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª. Dr^ª. Márcia Vidal Nunes (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^ª. Dr^ª. Catarina Tereza Farias de Oliveira
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof^ª. Dr^ª. Andrea M. L. Medrado
Universidade Federal Fluminense (UFF)

À minha mãe e ao meu pai,
porque são meu maior tesouro.

AGRADECIMENTOS

“A Deus, pelo dom da vida e pela alegria do convívio com as pessoas as quais amamos. Aos nossos queridos pais, mestras e funcionários, que contribuíram para o nosso êxito. Gratidão”. Curioso que lembro de cor essas sentenças, pronunciadas por mim, de voz nervosa e mãos trêmulas e suadas, naquela noite, em 1990, quando fui orador de minha turma na festa de alfabetização. A escola simples, EEF Sebastiana Aldigueri, continua ali, no Pirambu, a me lembrar todas as vezes que passo por lá de minhas primeiras letras. Muito caminhei desde que passei por aquele lugar. É hora de agradecer.

Da mesma forma que fiz aos meus sete anos, lendo o textinho que me entregaram, começarei por agradecer a Deus. Agora, com minhas próprias palavras. Já pensei em ser padre na vida, mudei muito desde então. A igreja, hoje nem mais a frequento, mas o contato com Ele eu nunca perdi. É diário. É necessário. Tenho muito a agradecer a Deus pelo muito que conquistei. Sempre me esforcei, mas sei que havia uma mão ali me segurando todas as vezes que fraquejei e pensei em desistir. Se aqui estou, não é somente por mérito próprio. Muito obrigado.

Em seguida, agradeço ao maior amor da minha vida: minha mãe. Lembro do dia que me arrastei aos prantos pelo chão, segurando a barra de sua saia em meu primeiro dia de aula. Tinha medo de me afastar dela. Ela, todavia, nunca se afastou de mim. De lá pra cá, uma de minhas maiores alegrias é poder dividir com ela cada pequena conquista em minha caminhada e que, para ela, é sempre enorme. Para ela e para meu pai. O homem simples, sapateiro, que me levava a pé à escola e sentava comigo na calçada, à espera do portão se abrir. Lembro que olhava pros colegas de turma envergonhado. Mas a vergonha, algum tempo depois, tornou-se a vergonha de ter tido vergonha. Passei a ter muito orgulho. Ele, ainda que sem perceber, ensinou-me que, não importa o lugar o qual eu chegue, a característica mais importante que devo levar comigo é a simplicidade. Assim vou levando.

Não posso deixar de lembrar de Sônia e Sandra, minhas irmãs, que sempre me incentivaram nos estudos. Ao longo dos dez anos que levei desde minha formatura até voltar aos bancos da Universidade, para cursar o mestrado, vez por outra me perguntavam: “não vai fazer uma pós?” Pronto! Antes tarde do que nunca!

Mas talvez nem tenha sido tarde. A vivência de redação de jornal me trouxe muitos conhecimentos valiosíssimos, uma experiência que me levou a voltar a estudar Comunicação

com uma outra cabeça, com uma nova bagagem. E esse tempo na labuta me pôs em contato com seres humanos que me muito inspiram, como Ângela Cavalcante, João Moura, Samira de Castro, Juliana Colares, Maurício Vieira e Georgea Veras. Pessoas que, mais que colegas de trabalho, tornaram-se amigos pra vida.

Voltar à vida acadêmica não foi fácil. Mas teria sido bem mais doloroso se não fosse pela grande força que recebi de Márcia Vidal, minha orientadora. Hoje não creio que poderia ter tido alguém melhor a acompanhar meu trabalho. Obrigado, Márcia, pela responsabilidade com que me guiou e pela ajuda e ânimo que me concedeu nos momentos em que me vi perdido e desmotivado. Tenho muito orgulho de ter sido seu orientando. Também devo meus agradecimentos à Catarina Oliveira, que foi minha professora e membro das minhas bancas de qualificação e defesa, e que foi uma espécie de co-orientadora durante todo esse processo de mestrado. Fez-me duras críticas quando eu necessitava e que me fizeram repensar os encaminhamentos de minha pesquisa, permitindo-me, acredito, um resultado bem mais profícuo. Também agradeço à Prof^a Andrea Medrado pela atenção e disponibilidade em me trazer contribuições a essa pesquisa, que também muito me ajudaram no resultado final deste trabalho.

Não poderia jamais deixar de agradecer ao grande presente que o PPGCOM-UFC me ofereceu: a minha “Panela Mestra”. Luizete, Lílian, Rosa, Cícero, Rafael e André, a convivência com vocês tornou todo esse processo, que é em boa parte doloroso, bem mais leve e feliz. Tenho um orgulho imenso de ter vocês, com suas incríveis e emocionantes histórias de luta e superação, em minha turma. Diz-se por aí que amigos não se conquistam, se reconhecem. Nos reconhecemos.

Agradeço aos meninos do coletivo Nigéria, Bruno, Roger e Yargo, por me receberem com tanto respeito como pesquisador. Pela disposição com a qual sempre me muniram das informações que precisava. Pela transparência com que me apresentaram seu trabalho e pela confiança que me dedicaram.

Devo o resultado desta pesquisa também a Wilbert, Seu Dedé, Raelly, Seu Assis, Dona Aucélia e Gabriel, entrevistados que me receberam e suas comunidades e dedicaram parte de seu precioso tempo a mim. Que compartilharam comigo suas histórias de vida e a luta diária que enfrentam pela garantia de seus direitos. Me senti iluminado após cada uma das conversas.

Agradeço também àqueles que me ajudaram ao longo desta pesquisa. À Narinha, que sempre esteve a meu lado em todos os momentos da vida e que, mais uma vez, deu sua

contribuição nesta minha nova empreitada. Ao Felipe Rodrigues, pelo apoio e ajuda quando a quantidade de atividades chegava a me cegar. Ao querido professor e chefe Nonato Lima, pela ajuda no meu projeto e pelo apoio em meu trajeto acadêmico. E também a meus amados colegas de trabalho por todo o suporte: Marcos Robério, Gustavo Colares, Cristiane Pimentel, Marcos Fukuda, Inês Aparecida, Milena Ribeiro, Hébely Rebouças, Erick Guimarães, Carmina Dias, Alessandra Vital, Alana Barros, Rogeria Vasconcelos, Sílvia Marta, Viktor Braga, Jr. Panela e Ribamar Neto. Vocês são incríveis!

Por fim, tenho que agradecer aos meus queridos amigos, que, sem eles, teria surtado bem antes de entregar esta dissertação. Em especial, aqueles que estiveram bem presentes neste sofrido período: Paulinho, Guilherme, Helenira, Tércia, Renné, Maurício Jarrão, Isabel, Camila, Flôr e, mais uma vez, Narinha, João Moura, Ângela, Maurício Vieira e Juliana Colares. Muito obrigado!

"Não é você sair de dentro da periferia; é as coisas acontecerem dentro da periferia." (Raelly Pereira, moradora do Grande Bom Jardim)

RESUMO

Esta pesquisa propõe um estudo sobre as construções de sentido que os personagens que participaram da websérie Cartas Urbanas, do coletivo de audiovisual Nigéria, fazem a respeito da citada produção. A análise se volta para seis moradores e moradoras da periferia de Fortaleza, três do Grande Bom Jardim e outros três da comunidade Raízes da Praia, localizada na Praia do Futuro. O Cartas Urbanas foi lançado em 2016 e traz a discussão do direito à cidade para a realidade da capital cearense. A produção é dividida em seis episódios, cada um contando os problemas enfrentados pelos moradores de uma comunidade diferente da cidade. A websérie é uma das diversas produções do Nigéria, coletivo surgido em 2010 e composto por três jovens jornalistas na cidade de Fortaleza. O coletivo, que se identifica com as práticas do videoativismo, propõe-se a apresentar, por meio de produções audiovisuais, uma comunicação contra-hegemônica. O grupo se pauta por situações de conflito, trazendo sempre como protagonistas as vozes de grupos subalternos. A pesquisa aqui trazida é de caráter qualitativo, realizada por meio de um estudo de recepção na perspectiva dos estudos culturais latino-americanos, através de uma estratégia multimétodos, que combina entrevistas em profundidade e análise de conteúdo. Na abordagem das pessoas selecionadas, optamos por trabalhar com a história de vida como procedimento metodológico para compreensão da realidade.

Palavras-chave: Comunicação alternativa; minorias; coletivos de audiovisual; visibilidade; Nigéria.

ABSTRACT

This research proposes a study about the meaning constructions that characters who participated on the web series *Cartas Urbanas*, from the audiovisual collective Nigéria, make towards this production. The analysis turns into six inhabitants from Fortaleza's periphery, three of them from Grande Bom Jardim and the three others from the community Raízes da Praia, located at Praia do Futuro. *Cartas Urbanas* was released in 2016 and brings the discussion of the right to the city to Fortaleza's reality. The production is divided in six episodes, each of them talking about problems faced by inhabitants of a different community in the city. The web series is one of the several productions made by Nigéria, collective raised in 2010 and composed by three young journalists from Fortaleza. The collective, which identifies itself with the practises of video activism, aim to present, by audiovisual productions, a counter-hegemonic communication. The group shows conflictual situations, always bringing as main characters the subaltern groups. This is a qualitative research, made by a reception study following the perspective of the Latin American Cultural Studies, through a multimethod strategy, which combines in-depth interviews and content analysis. We decided to work with life stories as a methodological procedure to comprehend the reality of the characters interviewed.

Key words: Alternative communication; minorities; audiovisual collectives; visibility; Nigéria.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1

Pôster da websérie Cartas Urbanas.....18

Figura 2:

Cássia Sales, ex-moradora da comunidade Trilha do Senhor, sentada em frente aos escombros do que antes era sua moradia.....37

Figura 3:

Poster do documentário Com Vandalismo, do Nigéria.....44

Figura 4

Formação original do coletivo Nigéria. Da esquerda para a direita: Yargo Gurjão, Bruno Xavier, Roger Pires e Pedro Rocha.....67

Figura 5

Rua do Grande Bom Jardim (GBJ).....95

Figura 6

Rua da comunidade Nova Canudos, no GBJ.....96

Figura 7

Wilbert Santos, morador do GBJ, escrevendo, na frente de sua casa, carta na qual conta a realidade da região em que vive.....100

Figura 8

Seu Dedé, morador da comunidade Nova Canudos.....105

Figura 9

Raelly Pereira, moradora da comunidade Nova Canudos.....109

Figura 10

Comunidade Raízes da Praia, na Praia do Futuro.....113

Figura 11

Comunidade Raízes da Praia.....115

Figura 12

Seu Assis, morador do Raízes da Praia, escrevendo a carta sobre os problemas existentes na ocupação Raízes da Praia.....117

Figura 13

Dona Aucélia, moradora do Raízes da Praia.....122

Figura 14

Gabriel Gomes, morador do Raízes da Praia.....126

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
GBJ	Grande Bom Jardim
REDE DLIS	Rede de Desenvolvimento Local e Integral Sustentável do Grande Bom Jardim
ZEIS	Zonas Especiais de Interesse Social
CDVHS	Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
LEHAB	Laboratório de Estudos da Habitação

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

1.1. Problematização	16
1.2. Justificativa.....	21
1.3. Mapa da pesquisa.....	26
1.4. Metodologia.....	30

2. O COLETIVO NIGÉRIA NO CONTEXTO DA COMUNICAÇÃO CONTRA-HEGEMÔNICA

2.1. A mídia alternativa e sua relação com os movimentos sociais.....	36
2.1.1 A busca por visibilidade.....	36
2.1.2. Comunicação ligada às classes subalternas.....	40
2.1.3. Mídias alternativas radicais.....	43
2.1.4. Que movimentos são esses?.....	48
2.2. O coletivos de audiovisual e o videoativismo.....	51
2.2.1. O que são os coletivos?.....	51
2.2.2. Os coletivos de audiovisual.....	55
2.2.3. A Batalha de Seattle e o surgimento do videoativismo.....	57
2.2.4. As origens no movimento zapatista.....	61
2.3. O coletivo Nigéria: uma experiência de mídia radical em terras alencarinas..	62
2.3.1. As origens do grupo.....	62
2.3.2. O “ser um coletivo”	68
2.3.3. A comunicação em busca da cidadania.....	72
2.3.4. Uma nova mídia para uma nova realidade.....	74
2.3.5. Imparcialidade? Não, militância.....	77

3. OS PROTAGONISTAS E SUAS BANDEIRAS DE LUTA

3.1. As minorias e o debate democrático.....	81
3.1.1 - Quem são as minorias?.....	81
3.1.2. Menor como aquele que não tem voz plena.....	85
3.1.3. Minorias e democracia	86
3.1.4. A mídia como o latifúndio a ser ocupado.....	90

3.2. Desafios e lutas no Grande Bom Jardim.....	93
3.2.1. Antigos (mas atuais) problemas de uma zona esquecida.....	93
3.2.2. As vozes do GBJ.....	98
3.3. Resistência e luta na comunidade Raízes da Praia.....	112
3.3.1. Como se construiu a ocupação.....	112
3.3.2. As vozes dos que brigam pela moradia.....	116
 4. A VOZ DAS MINORIAS NA WEBSÉRIE CARTAS URBANAS	
4.1. Parceria e conflitos: como surgiu o Cartas Urbanas.....	132
4.1.1. O direito à cidade e o surgimento das Cartas.....	132
4.1.2. Os conflitos do trabalho em parceria.....	136
4.2. As construções de sentidos dos personagens sobre a obra.....	139
4.2.1. A recepção pelos moradores do Grande Bom Jardim.....	139
4.2.2. A recepção na comunidade Raízes da Praia.....	153
4.3. Edição e escolha das vozes: os limites do protagonismo.....	161
4.3.1. As lutas representadas pela produção audiovisual.....	161
4.3.2. Edição e o agenciamento.....	163
 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	169
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	173

1. INTRODUÇÃO

1.1 Problematização

Bem distante dos *blockbusters*¹ que invadem as salas de cinema de todo o mundo, impressionando com sua alta qualidade técnica, fruto de investimentos milionários, e simbolicamente ratificando o poderio dos Estados Unidos como a grande potência econômica do planeta, avança uma indústria incomparavelmente mais modesta, mas que, por outro lado, envolve milhões de consumidores ativos.

Nollywood – em uma referência a Hollywood, na Califórnia, o berço das maiores produções cinematográficas norte-americanas – é como vem sendo chamado o cinema da Nigéria, república conhecida como “o gigante da África”, por ser o país mais populoso do continente (e sétimo mais populoso do mundo, com 174 milhões de habitantes) e por disputar com a África do Sul o posto de maior Produto Interno Bruto (PIB) em solo africano².

Desde a década de 1970, os nigerianos começaram a se envolver com a produção de vídeos, impulsionados por uma lei nacional que restringia conteúdos estrangeiros na televisão (NERY, 2014, p. 55). Mas foi na década de 1990 que esta atividade tornou-se uma indústria, de fato, e de grandes proporções. Com películas de baixo orçamento filmadas e distribuídas em vídeo ou no formato *streaming*³, por existirem poucas salas de cinema no país e pelo costume da população local de preferir assistir a filmes em casa (hábito construído diante da violência das ruas), esta produção alcança números impressionantes:

A estimativa é que Nollywood faça mais de 2.000 vídeos de baixo orçamento por ano, são cerca de 200 filmes mensais e 50 semanais. É a maior indústria cinematográfica em termos de produção (a indústria dos EUA faz entre 300 e 600 filmes por ano e da Índia cerca de 1.000 filmes). O tempo de filmagem é de poucas semanas e a permanência no mercado raramente chega a um mês. (NERY, 2014, p. 55)

A autora cita estimativa a qual aponta que 80% da população local consuma filmes de Nollywood, tornando este o primeiro sítio de entretenimento do país, deixando o esporte em segundo lugar (*Idem*, p. 56). Colocando produções estrangeiras para fora das prateleiras, o

¹ Os chamados filmes “arrasa-quarteirão”, feitos para elevadas audiências, com grandes recursos financeiros para sua produção.

² <http://exame.abril.com.br/economia/africa-do-sul-volta-a-ser-maior-economia-da-africa/>

³ Transmissão contínua é uma forma de distribuição digital, em oposição à descarga de dados (*download*).

cinema nigeriano concentra suas narrativas em histórias locais, referenciando a realidade africana. Com mercado completamente independente do governo, o cinema nigeriano trata de conflitos reais que afligem a população local, como a Aids e a prostituição, passando por dilemas morais que enfrentam os africanos modernos, por aspectos da religiosidade e ainda por outras questões problemáticas, como a corrupção.

Por esse caráter anti-hegemônico, ao fazer oposição ao imperialismo norte-americano, pelo modo de distribuição e ainda por trazer às telas as realidades vividas pelas comunidades locais, o cinema nigeriano tornou-se uma referência para um trio de jovens jornalistas de Fortaleza, no Ceará. Em 2010, Yargo Gurjão, Bruno Xavier e Roger Pires fundaram um coletivo de audiovisual com o objetivo de fazer um contraponto às narrativas apresentadas pela mídia empresarial, buscando lançar o olhar sobre as comunidades em conflito, sobre as minorias, sobre aquelas pessoas que usualmente não alcançam voz nos grandes veículos de comunicação e, por isso, não conseguem trazer visibilidade às suas lutas. O nome que deram à produtora? Nigéria.

Há ainda um outro fator que relaciona as duas realidades, africana à sul-americana. De acordo com a teoria da separação dos continentes, quando a Terra era formada por um único bloco (Pangeia), o território que viria a ser Fortaleza, capital do Ceará, teria sido desmembrada do que hoje constitui a cidade de Lagos, na Nigéria, há milhões de anos. Lagos é a maior cidade do país africano e também o centro da produção cinematográfica de Nollywood. Hoje, ao menos simbolicamente, por meio do audiovisual, esses mundos voltam a se cruzar.

O coletivo Nigéria, desde 2010, já produziu mais de 15 documentários, alguns deles com a colaboração de outros coletivos, fortalecendo uma rede alternativa de audiovisual na cidade. Todas as suas produções têm como ponto de partida situações de conflito. Na construção das narrativas, são as minorias que ganham o destaque.

Entre as produções realizadas, os três longas-metragens foram os que tiveram maior repercussão: Com Vandalismo (2013), Defensorxs (2015) e Cartas Urbanas (2016). No primeiro, o coletivo compila a cobertura realizada nos protestos populares de junho de 2013, que ficaram conhecidos como as Jornadas de Junho. Nele, a narrativa parte da visão dos grupos que passaram, à época, a serem denominados de “vândalos”, que utilizavam a tática da ação direta⁴.

⁴ Ação direta é uma forma de ativismo que usa métodos mais imediatos para produzir mudanças desejáveis ou impedir práticas indesejáveis na sociedade. Exemplos destas ações são greves, boicotes, ocupações dos locais de trabalho e sabotagem. Estes métodos são realizados em oposição a meios indiretos, tais como a eleição de representantes políticos ou o recurso ao sistema jurídico.

Em *Defensorxs*, que foi rodado nas cinco regiões geográficas do Brasil, a temática é o cotidiano da luta de populações indígenas e LGBT, a ação de defensoras e defensores dos direitos à moradia e à justiça e a resistência de comunidades tradicionais a megaobras do governo.

Já o *Cartas Urbanas* traz a discussão do direito à cidade, mostrando relatos de moradores de diferentes bairros da periferia de Fortaleza e os problemas enfrentados por estes em suas localidades. Dividido em seis episódios, a produção é feita no formato de websérie⁵. A narrativa parte sempre da fala dos moradores, começando e terminando com a fala do personagem que escreve a carta para a outra comunidade, introduzindo e concluindo a discussão sobre o problema que seu grupo enfrenta. Estes personagens, por meio da produção de sentidos que fazem a respeito da websérie, compõem o *corpus* da presente pesquisa.

Figura 1 - Pôster da websérie *Cartas Urbanas*



Fonte: Nigéria.

A produção é uma parceria com o Laboratório de Estudos da Habitação (Lehab)⁶, vinculado ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará, o

⁵ Conceito usado para uma produção audiovisual dividida em episódios, que são lançados na Internet. Apesar de estarem hoje disponíveis na rede mundial de computadores, os episódios de *Cartas Urbanas* foram lançados inicialmente em uma sala de cinema, em Fortaleza.

⁶ Conforme informado no site do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo + Design da Universidade Federal do Ceará, o Lehab, criado em 2013, “tem como objetivo a realização de estudos e pesquisas sobre a temática da habitação, dentro de uma perspectiva histórica e compreendida de forma mais ampla, segundo os

qual foi responsável pelo financiamento do material. A websérie foi lançada, primeiramente, em Fortaleza, em sessões especiais no cinema do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura⁷, acompanhadas de debate após as exhibições, que contavam com a participação de representantes das comunidades retratadas nos vídeos, do Lehab e do Nigéria.

O lançamento foi feito em duas partes, cada uma com três episódios de 13 minutos de duração cada. A websérie cria uma narrativa que interliga as seis comunidades, trazendo as cartas, escritas pelos próprios moradores, como recurso simbólico para mostrar a comunicação entre estas comunidades.

Em “Comunidade em ruínas”, o primeiro episódio, Cássia Sales, ex-moradora da comunidade Trilha do Senhor, fala do problema da remoção dos habitantes da área, uma ocupação habitacional localizada ao lado de um bairro nobre de Fortaleza, para a passagem de trilhos de um veículo leve sobre trilhos (VLT) que deveria ter sido concluído para a Copa do Mundo de 2014. Cássia foi desapropriada e escreve a carta em frente às ruínas de sua antiga casa: "Fomos muito felizes, lutamos muito para continuar aqui. No entanto, não podemos continuar"⁸. O episódio segue com as demais falas dos moradores e a discussão do tema com a academia e o Poder Público.

A carta chega ao jovem Wilbert, morador do Grande Bom Jardim, região que reúne cinco bairros pobres em Fortaleza. "Na minha periferia, tem 204 mil habitantes. 50% são jovens, que enfrentam a violência diariamente"⁹, introduz o jovem a discussão da violência e estigmatização da localidade que, na voz de diversos moradores, sofre com o descaso do poder público. A luta, apresentada no episódio “Fronteira esquecida” é por condições dignas de vivência no bairro, com segurança, saneamento básico e infraestrutura.

No terceiro episódio, “Paraíso segregado”, o documentário aborda a realidade de habitantes do bairro Serviluz, que lutam pela permanência no local. Pedro, jovem morador do local, explica: “Aqui é uma área muito privilegiada, muito visada pelas construtoras. Tem o

diferentes agentes da produção: o Estado, o setor imobiliário formal, os movimentos sociais organizados e as formas espontâneas conduzidas por setores excluídos”.

⁷ Equipamento público do Governo do Estado do Ceará, é um dos maiores centros culturais do Brasil e o principal do Estado, localizado na região central de Fortaleza.

⁸ Transcrição de fala do episódio Comunidade em Ruínas, da websérie Cartas Urbanas, disponível no link: <https://vimeo.com/album/3893619/video/162280029>

⁹ Transcrição de fala do episódio Fronteira Esquecida, da websérie Cartas Urbanas, disponível no link: <https://vimeo.com/album/3893619/video/162528659>

litoral, tem uma localização privilegiada, entre a Beira-Mar e a Praia do Futuro. Então, essas ameaças de remoção sempre vêm por parte dos governantes”¹⁰.

O quarto episódio, “Vazio ocupado”, relata a história dos moradores da comunidade Raízes da Praia, uma ocupação que, desde 2000, resiste na região da Praia do Futuro, na zona leste de Fortaleza, e abriga cerca de 80 famílias. Um desses moradores é Francisco de Assis: “Sou filho natural de Aracati, estou na luta por moradia porque a Prefeitura, até agora, nada fez para o povo dessa comunidade. As negociações nada têm.”¹¹

O penúltimo episódio, “Operação urbana”, fala da parceria realizada entre os setores privado e público para a comunidade do Pau Fininho, que deveria ter passado por um processo de urbanização e saneamento básico com a chegada de um grande centro comercial na região. Os benefícios para a população, como mostram os moradores, estão bem aquém do prometido.

Por fim, o episódio “Bairro novo” mostra a realidade do Cidade Jardim, maior conjunto habitacional da América Latina. Os moradores contam suas histórias de dificuldades em ocupações antes de conseguirem um apartamento no conjunto, mas reclamam da falta de infraestrutura da localidade, que não foi dotada de serviços para o grande aumento de demanda com a chegada dos novos moradores. Esta pesquisa se debruçará sobre o segundo e o quarto episódios, conforme justificaremos mais adiante no tópico 1.5., sobre a metodologia utilizada.

Os problemas relatados pelo Cartas Urbanas, de uma forma ou de outra, chegaram a ser pautados pela mídia convencional local. O que o Cartas Urbanas trazia de diferente desta era o olhar sobre essas realidades. O objetivo apresentado pelos produtores era apresentar aquelas histórias com foco no que as comunidades afetadas tinham a falar. As minorias, as classes subalternas, ao invés do poder econômico estabelecido, ganhavam *status* de protagonistas daquela produção audiovisual.

O coletivo tem claramente definido um posicionamento afinado às lutas sociais em todos os seus trabalhos, como afirma Gurjão¹²: “nós temos uma independência na escolha de nossos temas. Mas temos como objetivo empoderar os movimentos sociais”. A decisão por tomar partido ao contar as histórias é bem clara. Observamos que não há uma pretensão de busca por

¹⁰ Transcrição de fala do episódio Paraíso Segregado, da websérie Cartas Urbanas, disponível no link: <https://vimeo.com/album/3893619/video/162626662>

¹¹ Transcrição de fala do episódio Vazio Ocupado, da websérie Cartas Urbanas, disponível no link: <https://vimeo.com/album/3893619/video/180625473>

¹² Yargo Gurjão e Bruno Xavier, dois dos integrantes do Nigéria, concederam entrevista a este pesquisador no dia 06/10/2015. Já no dia 21/07/2016, foi realizada outra entrevista, desta vez, com os três integrantes.

imparcialidade. Por mais que o “outro lado” seja apresentado, é a voz dos subalternos que é destacada, esta que guia as narrativas.

Yargo Gurjão defende que o objetivo das produções do grupo é dar espaço a vozes silenciadas pela grande mídia e relegadas, em seus direitos, pelo Poder Público. Segundo ele, por meio dessas produções audiovisuais, intentam criar espaços de visibilidade para as minorias e lutar pela democratização da comunicação.

De que forma, portanto, estes objetivos apresentados pelo coletivo Nigéria se encontram concretizados no Cartas Urbanas? Esta é uma das questões que guiam a presente pesquisa. O objetivo central aqui é compreender as construções de sentido que as minorias presentes na websérie produzem a respeito desta produção e avaliar se a visibilidade obtida por meio deste documentário, de alguma forma, contribuiu para a luta desses grupos subalternos.

1.2. Justificativa

A escolha de um objeto de pesquisa não deve se dar ao acaso, mas a partir de interesses ou experiências vividas pelo pesquisador. A vontade de estudar o coletivo Nigéria está ligada a uma história de vida minha com os movimentos sociais. Ainda aos 14 anos, fui inserido no mundo do jornalismo através do jornalzinho estudantil da escola pública em que estudava, no bairro Pirambu, localizado na periferia de Fortaleza. Quando estava na então sétima série do ensino fundamental (hoje oitavo ano), comecei a coordenar a equipe responsável pelo periódico, o qual era financiado por meio do projeto Clube do Jornal, da organização não-governamental (ONG) Comunicação e Cultura. Por meio daquele veículo, começamos a levantar discussões de cunho social e reivindicar melhorias na própria escola. Esta foi a minha porta de entrada no jornalismo e, em seguida, no mundo dos movimentos sociais.

Decidi estudar Jornalismo. Ao cursar Comunicação Social na Universidade Federal do Ceará, comecei a trabalhar no próprio Comunicação e Cultura como estagiário e também, concomitantemente, fui um dos fundadores de uma outra ONG, a SuperAção, que focava suas atividades nas periferias da cidade. Passei a viver mais intensamente esse universo dos movimentos sociais. Graduei-me e, então, distanciei-me um tanto dessas lutas. Passei a trabalhar em veículos de comunicação de Fortaleza, aos quais dediquei dez anos de minha vida profissional, atuando como repórter e editor.

Durante as manifestações de junho de 2013, estava no jornal Diário do Nordeste e acompanhei a cobertura dos fatos feita por este, ainda que sem fazer a cobertura. Eu estava, na verdade, integrando o grupo de manifestantes nas ruas. Então, descobri o coletivo Nigéria, que despertou minha atenção pela forma como cobria aquelas jornadas. Aquela curiosidade ficou guardada.

Quando decidi por fazer mestrado em Comunicação, a única certeza que tinha era a de que queria, por meio de meu objeto (que ainda não sabia qual seria), fazer uma relação entre comunicação e movimentos sociais. Foi quando o coletivo Nigéria voltou à minha memória e decidi fazer uma primeira entrevista com os integrantes, para entender melhor o trabalho do grupo e avaliar se aquela experiência me renderia um interessante objeto de estudo. Vi que sim. Desta conversa, decidi, por fim, que iria investigar as minorias a partir dos documentários do coletivo.

Interessa-me analisar esse grupo que se coloca no cenário da Cidade com a pretensão de fazer uma comunicação alternativa, voltada a dar voz aos grupos subalternos e a tratar de temas da atualidade de forma mais questionadora. Essa característica já se via presente, no Brasil, desde a década de 1970, durante o período do regime militar, por meio da imprensa alternativa (PERUZZO, 2013). Os movimentos populares, aos poucos, foram se apercebendo da importância de investir em comunicação e foram elaborando seus próprios meios de se comunicarem, produzindo programas de rádio comunitários, jornais comunitários, sites, entre outros meios (PERUZZO, 1998).

A busca, a todo momento, é por visibilidade. No mundo globalizado, ter visibilidade tornou-se imprescindível aos movimentos, pois, como destaca Lacerda (2002, p. 91), “na era da globalização, não basta realizar atividades concretas de cidadania: é preciso estar presente no imaginário social”. Castells (1999, p. 368) reitera esse pensamento, afirmando que “tudo que fica fora do alcance da mídia assume a condição de marginalidade política”.

Dentro deste contexto, o aparecimento de um coletivo de jornalistas como o Nigéria em Fortaleza, em uma nova realidade socioeconômica e política, torna-se um evento interessante. A presente investigação contribui para a discussão sobre as novas formas de produção midiática e as novas interações entre comunicação e as mobilizações populares.

Conforme Migliorin (2012), um coletivo é “um centro de convergência de pessoas e práticas, mas também de trocas e mutações”, formado “não de certo número de pessoas com

ideais comuns, mas de um bloco de interesses, afetos, diálogos, experiências aos quais certo número de pessoas adere, reafirmando e transformando esse mesmo bloco”. Este agrupamento traz como característica uma relação entre os membros não institucionalizada por meio de contrato ou de uma posição na cadeia produtiva. Estes membros buscam uma horizontalidade na ação, rejeitando hierarquias.

Os integrantes do Nigéria afirmam se identificar com este modelo, como defende Yargo Gurjão: “a gente não se comporta como uma empresa porque a gente nega trabalho. A gente tem uma linha editorial, sabe? A gente tem uma linha política e não abre mão. E, por conta disso, não existem cargos aqui, somos nós”¹³.

Deve-se observar também que esta experiência apresentada pelo Nigéria já surge com características próprias de um novo momento na era da informação. O coletivo Nigéria está inserido em um recente rol de mídias não-convencionais que tem lançado mão de instrumentos contemporâneos de comunicação para ganhar espaço e repercussão, em especial, formado por coletivos de audiovisual.

O Nigéria vale-se das mídias sociais para divulgar suas produções e criar espaços de interação com os internautas. No caso do Cartas Urbanas, o coletivo utilizou-se da rede social Facebook para, reiteradamente, reforçar a divulgação dos dois lançamentos dos episódios da websérie, realizados em abril e agosto de 2016. Trailers eram apresentados nesta plataforma e no Youtube. A mesma estratégia foi realizada com o Defensorxs. Já outros documentários, como o Com Vandalismo, encontram-se na íntegra no Youtube.

É também por meio das mídias sociais que o coletivo alcança espaço, inclusive, em meios convencionais, como jornais de grande circulação e até salas de cinema. Vários documentários do coletivo alcançaram repercussão na grande mídia local e nacional, com notícias e resenhas

¹³ Entrevista concedida no dia 21/07/2016.

sendo publicadas em veículos como Correio Braziliense¹⁴, Revista Piauí¹⁵, Jornal O Povo¹⁶ e Diário do Nordeste¹⁷.

Nota-se, por fim, que o Nigéria aparenta reunir diversas características muito próprias de uma nova realidade de comunicação. Além de trazer o ideal do discurso midiático contra-hegemônico e de visibilidade às minorias, já presente em mídias alternativas de décadas anteriores, ele adapta isto às novas tecnologias midiáticas, permitindo um contrafluxo de informações diante da grande imprensa. Por outro lado, também dialoga com esta, em busca de brechas de divulgação.

Percebi que, no âmbito das pesquisas de graduação e pós-graduação já empreendidas na Universidade Federal do Ceará, não há nenhum registro relacionado ao trabalho do Nigéria, conforme levantamentos realizados em janeiro e junho de 2017, utilizando como verbete o nome do grupo. Ampliando o campo de pesquisa, buscando estudos que tenham discutido as ações de coletivos, através dos verbetes “coletivo” e “coletivos”, encontra-se a dissertação de Leonardo Araújo (2016), que investigou as práticas comunicativas do grupo Quem Dera Ser um Peixe (QDSP), em Fortaleza, que surgiu como oposição à construção do Acquário Ceará¹⁸ pelo Governo do Estado. Na análise, o pesquisador fez uma discussão sobre o que seriam os coletivos, mas não chegou a uma conclusão se seu objeto de estudo se encaixaria nesse conceito.

Buscando pelos verbetes “mídia alternativa”, uma vez que defino o coletivo Nigéria dentro deste conceito, encontro apenas um estudo sobre a Biblioteca Universitária e sua relação com as redes sociais. Não é de interesse para esta pesquisa. Altero para “comunicação alternativa” e encontro duas dissertações, ambas no âmbito do PPGCOM UFC, que tratam de rádio poste em uma comunidade em Fortaleza e sobre a Revista Sem Terra. A primeira se mostrou mais interessante pela contribuição que traz através de sua metodologia, questão que discutirei mais adiante. Trata-se da dissertação de Milena de Castro (2016), intitulada “Rádio

¹⁴

http://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2013/07/16/interna_diversao_arte,377239/documentario-com-vandalismo-relata-a-onda-de-manifestacoes-nas-cidades.shtml

¹⁵ <http://piaui.folha.uol.com.br/questoes-cinematograficas/jornadas-catracas-e-vandalismo-um-ano-depois-i/>

¹⁶ <http://www20.opovo.com.br/app/opovo/vidaearte/2013/07/26/noticiasjornalvidaearte,3099055/filme-do-coletivo-nigeria-desconstroi-vandalismo.shtml>

¹⁷ <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/caderno-3/a-outra-face-do-brasil-1.1334353>

¹⁸ Empreendimento turístico do Governo do Estado, em processo de construção, que pretende ser o maior aquário da América Latina.

poste da quadra: a participação dos moradores e as disputas sonoras em uma comunidade em Fortaleza”.

No Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), também não há registro de pesquisa sobre o Nigéria. Numa busca empreendida em janeiro de 2017 por estudos empreendidos sobre “coletivos de audiovisual”, há um certo número de trabalhos. Entre estes, destaca-se o de Gabriel Sotomaior (2014), pela Universidade Estadual de Campinas. O trabalho, que se dedica à discussão do audiovisual produzido no contexto de lutas sociais, em especial aqueles documentários realizados por sujeitos coletivos (movimentos sociais, comunidades, grupos culturais/audiovisuais, sindicatos, partidos e outros), traz uma importante contribuição também ao traçar um percurso histórico deste tipo de produção. O autor faz uma interessante discussão sobre “o documentário como possibilidade de captação dos conflitos do mundo histórico, onde os realizadores encontram-se com a câmera dentro destes processos, confrontando-se com a necessidade de um ‘engajamento com o real’ (que é a sua matéria-prima)” (SOTOMAIOR, 2014, p. vii).

A tese de Michely de Andrade (2013), pela Universidade Federal de Pernambuco, também merece ser citada. A pesquisa busca compreender a produção de novos sentidos e discursos atribuídos à periferia através de vídeos. Outra contribuição importante à pesquisa que se propõe empreender aqui é a dissertação de Fabiana Najima (2010), pela Universidade de São Paulo. Em seu trabalho, a pesquisadora investiga os coletivos de artistas e ativistas e as novas maneiras de se organizar que estes vêm criando. A discussão pode ser de grande valia para a compreensão das estratégias de ação do coletivo Nigéria.

Trago, ainda, autores do Brasil e do exterior para discutir categorias essenciais à minha pesquisa, tais como minorias (Sodré, Homi Bhabha), comunicação alternativa/radical/comunitária (Peruzzo, Downing, Canclini), movimentos sociais (Gohn), visibilidade (Castells, Thompson), coletivos (Maffesoli, Escóssia & Kastrup, Migliorin), coletivos de audiovisual (Sotomaior, Dias, Neves), comunidade (Paiva, Habermas) e direito à cidade (Lefèbvre, Harvey).

Como já explicitado, o *corpus* da pesquisa aqui proposta são os personagens da websérie Cartas Urbanas, a qual traz em si uma discussão cada vez mais em voga em Fortaleza, que é o direito à cidade. Ademais, as situações relatadas nos episódios ainda se encontram em forte debate no espaço público. A escolha por delinear a pesquisa a partir da websérie também se deu

pelo fato de esta ser a produção mais recente do coletivo quando iniciei a pesquisa e por eu, como pesquisador, ter podido acompanhar as sessões de lançamento, os debates e a repercussão que a produção alcançou. Lançar um olhar mais profundo sobre estas histórias e sobre as formas com as quais o coletivo pode estar contribuindo para o reconhecimento das lutas destes grupos minoritários, e, acima de tudo, sobre como estes grupos recebem esta produção, mostrou-se um trabalho importante a ser empreendido.

1.3. Mapa da pesquisa

O roteiro deste empreendimento segue da seguinte maneira: no primeiro capítulo, que intitulamos de “O coletivo Nigéria no contexto da comunicação contra-hegemônica”, apresentamos um pano de fundo ao nosso objeto de estudo, que mostra que ele não é uma experiência isolada no Brasil ou no mundo. O Nigéria, ao contrário disso, agrega, em sua forma de produzir vídeos, nas suas estratégias de divulgação e, acima de tudo, no ideário político-ideológico que defende, todo um aprendizado anterior no que diz respeito às mídias alternativas, à produção audiovisual contra-hegemônica, à comunicação popular e horizontal.

Desta forma, iniciamos o trabalho discutindo como, no contexto atual de uma sociedade midiaticizada, as classes subalternas, assim como movimentos sociais e demais sujeitos coletivos, têm a necessidade de buscar visibilidade através dos meios de comunicação para que possam alcançar a legitimação de suas bandeiras de luta. A partir desse preâmbulo, confirmamos que estas, historicamente, não alcançam a reverberação de suas vozes por meio das mídias convencionais, diretamente ligadas a grupos empresariais com interesses econômicos que, via de regra, vão de encontro aos anseios destas minorias.

Diante dessa realidade posta, resta a esses grupos buscar formas alternativas de se fazer presente na esfera comunicacional. Aí, entramos com os conceitos de mídia alternativa, mostrando, ao mesmo tempo, os elementos que fazem com que o coletivo Nigéria possa ser caracterizado como tal. Por seu caráter não aderente aos poderes econômico e estatal, pela busca de uma estrutura horizontalizada de produção e, principalmente, por suas pautas alinhadas aos movimentos sociais, trazendo-os como protagonistas de suas narrativas, o coletivo deve ser caracterizado como uma experiência de mídia alternativa, ou, como prefere Downing (2014), uma mídia alternativa radical.

Como a todo momento, quando falamos em mídias alternativas radicais, ou comunicação popular e/ou comunitária, estamos nos referindo aos movimentos sociais, consideramos necessário trazer uma breve conceituação de que movimentos são esses, quais são suas características e por quais ideais lutam.

Para nos aproximarmos mais do que vem a ser o coletivo Nigéria, fizemos sua contextualização dentro das experiências de coletivos de audiovisual no Brasil e no mundo. Primeiro, discutimos o conceito de coletivo, que, segundo Migliorin (2012, p.2), é “um centro de convergência de pessoas e práticas, mas também de trocas e mutações”, formado “não de certo número de pessoas com ideais comuns, mas de um bloco de interesses, afetos, diálogos, experiências aos quais certo número de pessoas adere, reafirmando e transformando esse mesmo bloco”. Este agrupamento traz como característica uma relação entre os membros não institucionalizada por meio de contrato ou de uma posição na cadeia produtiva. Estes membros buscam uma horizontalidade na ação, rejeitando hierarquias.

Após a explanação teórica deste conceito, entramos na discussão dos coletivos de audiovisual, discutindo que a experiência encontrada no Nigéria encontra suas raízes em diversas localidades do mundo, em especial, nos Estados Unidos, onde surgiu de maneira mais precoce a cultura do vídeo independente, com o advento câmeras de cinema de oito, dezesseis milímetros e super-oito, criadas para uso doméstico, mas que passaram a ser apropriadas pelos movimentos marginais/*underground*. Apresentamos os acontecimentos que se tornaram marcos para as experiências alternativas de comunicação audiovisual. Com a chamada Batalha de Seattle, em 1999, vimos o surgimento do que passou a ser chamado de videoativismo, que entendemos como a vertente seguida pelo coletivo Nigéria. Apontamos também, antes disso, a experiência do movimento zapatista que, em um período em que a Internet ainda não era algo massificado – estamos falando aqui de 1994 – e emergindo de uma região de selva no interior do México, tornou-se um símbolo para o ciberativismo mundial.

Na sequência dessa contextualização, mergulhamos no universo do Nigéria, falando sobre suas origens, as histórias de seus componentes e os motivos que levaram à criação do coletivo. Discutimos, através das falas dos integrantes do grupo, as noções de comunicação horizontal e de como estas ações podem contribuir para que a cidadania venha a ser exercida por aqueles grupos subalternos que ganham voz através dos vídeos do coletivo.

No segundo capítulo, “Os protagonistas e suas bandeiras de luta”, iniciamos com o aprofundamento da discussão de uma categoria essencial à presente pesquisa: as minorias. Mostramos que o estudo das minorias só começou a ganhar incremento após a Segunda Guerra Mundial, iniciando com trabalhos relacionados à área da psicologia e, posteriormente, ganhando a atenção da sociologia e da antropologia. Na literatura sociológica, o termo minoria vinha sendo tratado em duas acepções: uma, a de um grupo de pessoas que se encontra numa situação de dependência ou desvantagem diante de outro, que seria um grupo "majoritário"; a outra vertente refere-se às minorias nacionais grupos raciais ou étnicos que, em situação de minoria, cointegram juntamente com uma maioria um determinado Estado.

Reforçamos que as minorias não são definidas por questões numéricas, mas por relações de poder, subjugação e hegemonia. A luta prioritária dos grupos minoritários é por reconhecimento, por poder ter sua voz ouvida. Desta forma, entramos no conceito de minorias trazido por Sodré (2005, p. 12). Segundo o autor, “o conceito de minoria é o de um lugar onde se animam os fluxos de transformação de uma identidade ou de uma relação de poder. Implica uma tomada de posição grupal no interior de uma dinâmica conflitual”. O autor recorre a Kant para reforçar sua definição. Segundo o filósofo alemão, maioridade   *M ndigkeit*, que significa a possibilidade de falar. Já menoridade, por sua vez,   *Unm ndigkeit*, que está relacionado à impossibilidade da fala. “Menor é aquele que não tem acesso à fala plena” (Idem, 2005).

Em seguida, entramos na discussão de democracia. Se as minorias buscam o reconhecimento de seus direitos, portanto, torna-se necessário entrar no debate do Estado democrático como a esfera na qual estes direitos podem ser pleiteados. “Torna-se necessário saber de que forma a democracia pode respeitar as diferenças não são não as marginalizando, como se tornando, pelo contrário, mais inclusiva” (SILVEIRINHA, 2005, p. 41). Seguimos a linha de pensamento da autora que nos leva a avaliar as características da democracia deliberativa, conceito que teria sido criado para dar abertura ao tema das identidades minoritárias dentro do espaço de debate democrático.

Concluímos essa análise sobre o conceito de minorias com a avaliação de Barbalho (2004) de que seria a m dia atualmente o latifúndio a ser ocupado pelos grupos minoritários. Para o autor, é hoje impossível descartar o espaço da m dia eletrônica e sua telepresença no fazer político. Conforme Barbalho, se a busca das minorias   pelo direito de ter voz, de falar e ser ouvida, ocupar a m dia seria, desta forma, a tarefa primordial da política de diferença, uma vez

que é a mídia que detém, nos dias de hoje, o maior poder de fazer existir socialmente os discursos.

Nos dois tópicos seguintes deste capítulo, trataremos de questões relacionadas aos movimentos de moradia em Fortaleza, apontada como a segunda cidade mais desigual do Brasil e uma das mais desiguais da América Latina¹⁹. Esta discussão estará focada nas duas comunidades escolhidas para esta pesquisa, Grande Bom Jardim (GBJ) e Raízes da Praia, que têm, na questão da habitação, sua maior preocupação. A segunda, pelo fato de os moradores sequer possuírem o direito à moradia, uma vez que o local trata-se de uma ocupação. Já para a primeira, a busca é por dignidade nestas moradias. A região também surgiu de ocupações, e hoje as pessoas encontram-se em patamares bem distantes de condições ideais de vida. Por consequência disso, muitos outros problemas já tomam conta da vida dos habitantes dos cinco bairros que compõem o Grande Bom Jardim, como a violência urbana, notadamente.

Inicialmente, tratamos do GBJ, trazendo dados oficiais de institutos de pesquisa e discussões já presentes no meio acadêmico a respeito desta região, que agrega 204 mil habitantes e que possui os maiores índices de pobreza da cidade. Também destacamos que os movimentos sociais que atuam no GBJ e lutam por condições dignas de vida para a população local. Na sequência, discutiremos os problemas da região através das vozes dos moradores escolhidos para entrevista nesta pesquisa. São três moradores, que também participam da websérie Cartas Urbanas.

O mesmo percurso é feito no tópico sobre o Raízes da Praia, ocupação surgida em 2009 no bairro do Vicente Pinzón, na zona leste de Fortaleza e que hoje é formada por 84 famílias. Inicialmente, tratamos sobre a realidade da ocupação e seu histórico com base em estudos já realizados sobre ela. Depois, discutimos estas mesmas questões por meio das falas de três moradores da ocupação, que também são personagens do Cartas Urbanas.

O terceiro capítulo, “A voz das minorias na websérie Cartas Urbanas”, é iniciado com a discussão do conceito de direito à cidade. O debate é necessário uma vez que este é o tema central da websérie Cartas Urbanas. A noção de direito à cidade, trazida por Henri Lefebvre na década de 1960, foi incorporada à lei federal brasileira em 2001, no Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257). O sociólogo francês traz esse conceito como um direito de não exclusão da sociedade

¹⁹ <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2012/08/fortaleza-e-uma-das-cidades-mais-desiguais-da-america-latina-diz-onu.html>

urbana das qualidades e benefícios da vida urbana. Ele exige o direito à cidade como uma recuperação coletiva do espaço urbano por grupos marginalizados que vivem nos distritos periféricos da cidade. “O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada” (LEFEBVRE, 2001, p. 117-118).

Juntamente a essa discussão, tratamos de como surgiu o projeto do Cartas Urbanas, que é uma parceria com o Laboratório de Estudos da Pobreza (Lehab), da Universidade Federal do Ceará. A websérie foi concebida para trazer discussão sobre o direito à cidade à capital cearense em forma de produto audiovisual. O contexto do surgimento da ideia e os conflitos que ocorreram durante a produção desta websérie entre o coletivo e o Lehab são tratados no primeiro tópico.

No segundo tópico, voltamos às falas dos personagens do Cartas Urbanas para trazer como eles receberam a websérie que trata da realidade em que vivem. Aqui, apresentaremos os sentidos que eles constroem a respeito da produção e como (e se) eles se apropriaram da mesma em suas lutas pelo direito à cidade.

Para finalizar esta pesquisa, trazemos o debate a respeito dos meandros da produção do Cartas Urbanas, com base nas entrevistas realizadas com os integrantes do Nigéria. Neste tópico final, discutiremos os limites do protagonismo dos personagens da websérie, levando em consideração os processos de edição realizados pelo coletivo Nigéria.

1.5. Metodologia

A tradição da pesquisa em comunicação, até os anos 1970, foi a de focar os estudos nas mensagens e na emissão, buscando sempre correntes metodológicas tais como semiótica, análise do discurso e análise de conteúdo para alcançar estes resultados (OLIVEIRA, 2014). No presente trabalho, propusemos seguir um trajeto mais recente, que abriu espaço para estudos de recepção neste campo do conhecimento, permitindo realizar observações sobre as apropriações e construções de sentido por parte do sujeito receptor.

Faz-se necessário discutir aqui o que vem a ser, então, a construção de sentido. Conforme atesta Pereira (2014, p. 47), a Linguística de Texto (LT) considera que o texto é considerado o próprio lugar da interação – e, aqui, texto deve ser compreendido para além da linguagem escrita, também considerando a audiovisual, que é a linguagem com a qual trabalhamos na presente

pesquisa. Ela reforça que os “interlocutores, por seu turno, são compreendidos como sujeitos que, dialogicamente, nele se constroem e por ele são construídos”:

Para a LT, portanto, o texto é considerado o próprio lugar da interação, e, por isso, para ele convergem intencionalidades e informações identificadas tendo em vista conhecimentos compartilhados. Os interlocutores, por seu turno, são compreendidos como sujeitos que, dialogicamente, nele se constroem e por ele são construídos (KOCH, 2008a). Modificando toda uma tradição de estudo do texto, a LT desconstrói a relação de hierarquia autor-leitor, em que o segundo deve apenas coletar informações isoladas que estariam “prontas” para ele dentro de um “produto acabado” (idem). (PEREIRA, 2014, p. 47)

Desta maneira, a produção de sentidos sobre um texto é realizada com base nos elementos linguísticos presentes na sua superfície e na sua forma de organização. “Com isso, a percepção desses sentidos requer não apenas a mobilização de um vasto conjunto de saberes, como também a sua reconstrução no momento da interação verbal” (*Idem*).

Essa discussão da Linguística é tomada também pelos estudiosos da comunicação, em especial aqueles formam a escola dos estudos culturais. Conforme Immacolata V. Lopes (1993, p. 81), “o processo de comunicação é concebido como uma articulação de práticas de significação num campo de forças sociais”. Estas práticas, segundo a autora, estão enraizadas em um “corpo de conhecimentos e nas estruturas de sentido disponíveis numa sociedade” (*Idem*). Tendo este pensamento em conta, os estudos culturais se debruçaram na análise da audiência, para compreender esse processo comunicativo.

Os estudos culturais, nos anos 70, não só libertaram a reflexão sobre a recepção dos meios do modelo reducionista dos efeitos, mas analisando a produção e a recepção da mensagem dentro de um quadro semiológico inspirado no marxismo, acabaram por colocar a recepção como prática complexa de construção social de sentido. (LOPES, 1993, p.81)

Para os estudos culturais, a audiência é “uma estrutura complexa que reúne indivíduos em classes, grupos ou subculturas, onde cada formação social tem sua própria identidade e seu próprio código” (*Ibidem*). Iremos, portanto, buscar nossas respostas, nesta pesquisa, através de um estudo de recepção a partir da perspectiva dos estudos culturais, pois, como defende a autora:

Os estudos culturais permitem uma problematização mais elaborada da recepção em que as características sócio-culturais dos usuários são integradas na análise não mais de uma difusão, mas de uma circulação de mensagens no seio de uma dinâmica

cultural. O polo da reflexão é progressivamente deslocado dos próprios meios para os grupos sociais que estão integrados em práticas sociais e culturais mais amplas (*Ibidem*).

Essa noção foi reforçada e adaptada à realidade latino-americana por Martín-Barbero, quando defendeu, em 1987, a necessidade da análise de comunicação partir dos meios para as mediações, para a articulação entre as práticas de comunicação e os movimentos sociais. Ele afirma que os sentidos construídos pelo receptor não são, necessariamente, aqueles pretendidos quando a mensagem saiu do emissor. “O receptor, portanto, não é um simples decodificador daquilo que o emissor depositou na mensagem, mas também um produtor” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 228).

Daí a necessidade de entender os sentidos construídos pelos próprios personagens que participaram do Cartas Urbanas, após acompanhar o processo de recepção destes do vídeo em questão. E de analisar estas vozes à luz de reflexões sócio-culturais, levando em consideração o lugar de onde eles vêm e as relações de subordinação sob as quais foram impostos, pois, como reflete Martín-Barbero,

O reconhecimento desse conhecimento é, na teoria e na prática, o surgimento de uma nova sensibilidade política, não instrumental nem finalista, aberta tanto à institucionalidade quanto à cotidianidade, à subjetivação dos atores sociais e à multiplicidade de solidariedades que operam simultaneamente em nossa sociedade. E de uma linguagem que procura dizer da imbricação na economia da produção simbólica e da política na cultura sem se restringir a uma operação dialética, já que mistura saberes e sentires, seduções e resistências que a dialética desconhece. (*Idem*, p. 259)

Os estudos culturais latino-americanos propõem essa teoria, que vem imbricada com a temática das classes populares. É nesta linha que se desenvolve esta pesquisa.

(...) a comunicação se tornou para nós questão de mediações mais que de meios, questão de cultura e, portanto, não só de conhecimentos mas de re-conhecimento. Um reconhecimento que foi, de início, operação de deslocamento metodológico para re-ver o processo inteiro da comunicação a partir de seu outro lado, o da recepção, o das resistências que aí têm seu lugar, o da apropriação a partir de seus usos. (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 16)

Para a realização da pesquisa, buscamos um olhar sobre as minorias presentes e protagonistas da websérie Cartas Urbanas, esta formada por seis episódios de 13 minutos cada, em que cada um deles relata a realidade de uma diferente comunidade na capital cearense. Decidimos nos deter em duas dessas comunidades. Desta feita, foram escolhidos dois episódios da websérie para pesquisa: Fronteira Esquecida, que trata da realidade do Grande Bom Jardim, e Vazio Ocupado, sobre a ocupação Raízes da Praia.

A decisão por estas duas comunidades, em detrimento das demais, teve uma razão prática: deveu-se à disponibilidade dos personagens entrevistados pelo coletivo Nigéria, nestes dois episódios, em conversar conosco para a realização da pesquisa. Inicialmente, em janeiro de 2017, buscamos com o Nigéria os contatos das pessoas entrevistadas na websérie. Os integrantes do coletivo possuíam apenas o contato de pessoas de três das comunidades: das duas acima citadas e de uma pessoa da Trilha do Senhor, local tema do episódio Comunidade em Ruínas. Como esta já não morava mais lá, assim como muitos outros moradores entrevistados para o episódio, que foram retirados pelo Poder Público, optamos por conversar com os moradores das duas outras comunidades, por eles estarem ainda vivendo a realidade apresentada nos vídeos.

E assim procedemos. Contudo, confirmamos uma comum afirmação no meio acadêmico de que o campo é soberano e é ele quem vai nos orientar no processo metodológico a ser adotado. A realidade vivida pelos personagens do Raízes da Praia é bem diferente daquela vivida por aqueles do Grande Bom Jardim. Aliás, no próprio Grande Bom Jardim, os personagens entrevistados na websérie vivem em bairros diferentes, que enfrentam também dificuldades bastante diversas.

Além disso, consideramos que a opção primordial, nesta pesquisa, é por dar importância às falas dos personagens que participaram do vídeo, e não em buscar posicionamentos e construções de sentido de demais membros das comunidades. A determinação era por ouvir as falas daqueles que participaram da realização dos vídeos, ao apresentarem à câmera a sua comunidade e os problemas que enfrentam nela. E que, naquele momento posterior, põem-se como audiência daquela produção. Buscamos, portanto, uma outra abordagem.

A decisão ficou clara pela pesquisa de recepção através da perspectiva dos estudos culturais latino-americanos. Lopes (1993) acena para uma estratégia multimétodos para pesquisas qualitativas de recepção, combinando especialmente entrevistas em profundidade e análise de conteúdo.

A primeira parte desse processo já havíamos realizado. Nas visitas às comunidades, buscamos os discursos dos personagens por meio exatamente de entrevistas em profundidade com três personagens de cada episódio, totalizando seis entrevistas. Cada um dos episódios escolhidos mostra as falas de quatro moradores. Em nossas visitas, não conseguimos contato com apenas dois dos oito personagens, portanto consideramos que obtivemos uma base razoável para análise. Na abordagem destas pessoas, optamos por trabalhar com a história de vida como procedimento metodológico para compreensão da realidade. Como explica Neto:

Nesse procedimento metodológico, destacamos a noção de entrevista em profundidade que possibilita um diálogo intensamente correspondido entre entrevistador e informante. Para muitas pesquisas, a história de vida tem tudo para ser um ponto inicial privilegiado porque permite ao informante retomar sua vivência de forma retrospectiva, com uma exaustiva interpretação. Nela geralmente acontece a liberação de um pensamento crítico reprimido e que muitas vezes nos chega em tom de confiança. É um olhar cuidadoso sobre a própria vivência ou sobre determinado fato. Esse relato fornece um material extremamente rico para análises do vivido. Nele podemos encontrar o reflexo da dimensão coletiva a partir da visão individual. (NETO, 2002, p. 59)

O objetivo dessas entrevistas foi entender, através das histórias de vida dos personagens escolhidos, a sua relação com o local onde habitam e como eles avaliam a situação em que vivem na comunidade e o vídeo produzido a este respeito. Foram feitas, através de um tablet, exibições individuais do filme com estas pessoas, especificamente do episódio que as retratava. Este procedimento mostrou-se necessário, porque alguns deles ainda não haviam visto a produção. Para os que já a haviam visto, era interessante trazê-la de volta à memória, para que pudéssemos conversar a seu respeito com mais propriedade e proximidade. Ao longo de cada exibição, pudemos observar como eles reagem ao vídeo, e tomamos nota destas reações. Após este processo, iniciamos a entrevista com cada um deles.

Ao material obtido com estas entrevistas, foi aplicada então a segunda etapa de nosso processo metodológico, que consiste na análise de conteúdo, como propõem os estudos culturais latino-americanos.

Desta maneira, buscamos também, durante a pesquisa, desnudar-nos de um atraente objetivo que seria comprovar a hipótese de que a websérie serviu para legitimar a luta destas

pessoas por meio de uma visibilidade que esta teria trazido à causa das comunidades retratadas. Discutiremos aqui, se de fato esta visibilidade se deu, ou não. Não procuramos atestar hipóteses, mas descobrir, através daqueles depoimentos, as construções de sentido que estes protagonistas elaboram sobre o produto midiático do qual fizeram parte e entender se houve, ou não, alguma contribuição para as bandeiras de luta que carregam em seu cotidiano com a divulgação da websérie.

Já para entender o ponto de vista dos produtores, o que também consideramos importante, foram realizadas uma entrevista não-estruturada e duas semi-estruturadas com os integrantes do Nigéria. Na primeira, bem preliminar, buscamos entender o coletivo em linhas gerais, para, com isso, definirmos os rumos da pesquisa. Nas seguintes, foram discutidos os processos de produção dos documentários, além de aspectos de ordem político-ideológica do coletivo, que moldam as suas produções. As entrevistas nos ajudaram na compreensão do *modus operandi* do Nigéria e da sua relação com outras experiências de coletivos audiovisuais existentes no Brasil e no exterior.

2 - O COLETIVO NIGÉRIA NO CONTEXTO DA COMUNICAÇÃO CONTRA-HEGEMÔNICA

2.1. A mídia alternativa e sua relação com os movimentos populares

2.1.1. A busca por visibilidade

O cenário remete ao caos, em meio a uma bolha de prosperidade que é o bairro Aldeota, um dos mais ricos de Fortaleza, capital do Estado do Ceará. A antiga comunidade Trilha do Senhor – instalada em zona nobre, mas com problemas que mais se associam às periferias, historicamente esquecidas pelas administrações públicas da Cidade – encontra-se aos escombros. Algumas famílias resistem. Outras, já saíram.

A comunidade começou a ser retirada da área por conta do projeto do Governo do Estado de instalação de um Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), que iria dos bairros Mucuripe a Parangaba, percorrendo 13,4 quilômetros e passando por aquela região. A obra fazia parte dos planos do Estado para a Copa do Mundo de 2014. Mas, em maio daquele ano, elas foram interrompidas, com menos de 50% do projeto executado. Várias casas foram demolidas e as famílias retiradas. As que ficaram, passaram a viver em meio às ruínas, lixo e esgotos a céu aberto que restaram no local.

A história é contada através de alguns moradores da Trilha do Senhor no vídeo Comunidade em Ruínas, que integra a websérie Cartas Urbanas, do coletivo Nigéria, produção que engloba seis episódios. O citado episódio começa narrado por Cássia Sales, ex-moradora da ocupação e que, à época da gravação do vídeo, em 2015, já havia sido desapropriada. Sentada sobre as ruínas do que antes fora sua casa, ela escreve uma carta na qual fala sobre os problemas da comunidade: “fomos muito felizes, lutamos muito para continuar aqui. No entanto, não pudemos continuar”.

Em um debate após a primeira exibição do documentário, em abril de 2016, em uma sala de cinema central em Fortaleza, Cássia, lá presente, disse: “é um desabafo participar do vídeo”. Na ocasião, ela afirmou que havia “participado ativamente da produção” do audiovisual – ainda que esta participação tenha contemplado apenas a escrita da carta sobre sua comunidade e o seu depoimento em entrevista – e se disse contemplada no documentário: “a mídia [convencional]

nos procura muito na época das remoções. Nos entrevista, mas, na 'hora H', não mostra nada do que falamos, só o que favorece ao governo”²⁰, relata.

Figura 2: Cássia Sales, ex-moradora da comunidade Trilha do Senhor



Fonte: reprodução da websérie Cartas Urbanas, do coletivo Nigéria.

Por que Cássia, assim como os demais moradores daquela comunidade, sentia a necessidade de aparecer nos veículos de mídia e apresentar sua luta pela moradia? Por que, além de (ou mesmo ao invés de) buscar os meios jurídicos de contestar aquela ocupação, aquelas pessoas buscavam a atenção e o apoio dos meios de comunicação? A resposta a estas questões está na necessidade que os movimentos populares e os grupos minoritários têm de obter visibilidade para que possam legitimar suas bandeiras.

A busca incessante é por visibilidade. No mundo globalizado, ter visibilidade tornou-se imprescindível aos movimentos, pois, como destaca Lacerda,

Na era da globalização, não basta realizar atividades concretas de cidadania: é preciso estar presente no imaginário social. Os diversos campos sociais elaboram estratégias para estar presentes na mídia, porta-voz desta era. Os movimentos sociais e organizações não-governamentais buscam essa visibilidade midiática como maneira de pressionar governos, partidos

²⁰ Fala realizada no dia 9 de abril de 2016, durante debate após lançamento dos três primeiros episódios da websérie Cartas Urbanas, no Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura.

políticos e o mercado em relação à agenda social global.
(LACERDA, 2012, p. 91-92)

Essa discussão é encampada por diversos autores da atualidade. Castells (1999, p. 368) reforça a afirmação de Lacerda ao defender que “tudo que fica fora do alcance da mídia assume a condição de marginalidade política”. Thompson (2011) explica essa necessidade de reverberação na mídia através do conceito de poder simbólico. Para o autor, o poder simbólico ou cultural nasce na atividade de produção, transmissão e recepção do significado das formas simbólicas. Segundo ele, esse poder é a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar as ações dos outros e produzir eventos por meio da produção e da transmissão de formas simbólicas.

Desta forma, argumenta que, de forma profunda e irreversível, o desenvolvimento da mídia transformou a natureza da produção e do intercâmbio simbólicos no mundo moderno. A busca por esse poder se explica porque “as ações simbólicas podem provocar reações, liderar respostas de determinado teor, sugerir caminhos e decisões, induzir a crer e a descrer, apoiar os negócios do estado ou sublevar as massas em revolta coletiva” (THOMPSON, 2011, p. 42).

A realidade vivida ali pelo moradores da Trilha do Senhor não chega a ser conhecida pela população de Fortaleza como um todo, porque esta não está em contato frequente com a situação vivida por aqueles moradores. Desconhecida, a luta não ganha apoio, não ganha força. Segundo Thompson (2011), a mídia criou o que ele chama de “mundanidade mediada”: “nossa compreensão do mundo fora do alcance de nossa experiência pessoal e de nosso lugar dentro dele está sendo modelada cada vez mais pela mediação de formas simbólicas” (THOMPSON, 2011, p. 61). Isto é, o que as pessoas chegam a compreender sobre realidades que não são exatamente as suas está diretamente relacionada com as mensagens repassadas pela mídia.

Quando fala de mídia, o autor se refere mais fortemente às mídias empresariais, em especial, de rádio, TV e jornal. É necessário ponderar que a obra em questão foi escrita em 1995, antes portanto do advento das mídias sociais digitais, que têm conseguido quebrar, de alguma maneira, esse monopólio sobre o poder simbólico das grandes empresas de mídia e, por isso, Cássia, como mostramos anteriormente, afirma-se satisfeita ao ver sua realidade apresentada através de uma mídia que não é a empresarial.

Com a publicidade mediada pelos veículos de comunicação, Thompson (2011) afirma que cresceu a importância da luta pela visibilidade na vida sociopolítica das sociedades no fim

do século XX. “Desde o advento da imprensa e especialmente da mídia eletrônica, lutas por reconhecimento se tornaram cada vez mais lutas pela visibilidade dentro de espaços não localizados de publicidade mediada” (THOMPSON, 2011, p. 310). O autor cita os movimentos feminista e dos direitos civis como exemplos de como direitos só conseguiram ser conquistados por meio de lutas pela visibilidade na mídia.

A evolução de tais movimentos também comprova o fato de que, ao conquistar algum grau de visibilidade na mídia, as reivindicações e preocupações de indivíduos particulares podem ter algum reconhecimento público, e por isso podem servir como um apelo de mobilização para indivíduos que não compartilham o mesmo contexto temporal-espacial. (THOMPSON, 2011, p. 310)

O autor dinamarquês Stig Hjarvard traz o conceito de midiatização para falar desse fenômeno contemporâneo da presença cada vez maior da mídia na vida das pessoas. “A sociedade contemporânea está permeada pela mídia de tal maneira que ela não pode mais ser considerada como algo separado das instituições culturais e sociais” (HJARVARD, 2012, p. 54). Conforme ele, as instituições sociais e os processos culturais mudaram de caráter, função e estrutura em resposta à onipresença da mídia. Exemplo disso é que protestos muitas vezes são orquestrados em lugares e horários de forma que possam garantir sua repercussão na mídia. As pessoas passaram a alterar seus comportamentos em função da onipresença da mídia.

Por midiatização da sociedade, entendemos o processo pelo qual a sociedade, em um grau cada vez maior, está submetida a ou torna-se dependente da mídia e de sua lógica. Esse processo é caracterizado por uma dualidade em que os meios de comunicação passaram a estar integrados às operações de outras instituições sociais ao mesmo tempo em que também adquiriram o status de instituições sociais em pleno direito. Como consequência, a interação social – dentro das respectivas instituições, entre instituições e na sociedade em geral – acontece através dos meios de comunicação. (HJARVARD, 2012, p. 64)

Diante de uma realidade que impõe, cada vez mais, a necessidade de ser visto para ser legitimado, torna-se compreensível a busca de visibilidade nos meios de comunicação por parte dos movimentos populares. Todavia, como muitas vezes os interesses desses grupos vão de encontro aos do poder hegemônico, dos grupos que controlam os grandes meios de comunicação,

foi necessário o surgimento de mídias alternativas para que essas mensagens contra-hegemônicas pudessem ser repassadas. E esse é um processo antigo, do qual precisamos falar para compreender melhor o contexto de nosso objeto de pesquisa.

2.1.2 - Comunicação ligada às classes subalternas

Uma tendência que se configurou no início do século XIX, segundo Thompson (2011), foi a transformação das instituições de mídia em interesses comerciais. Com sua comercialização, o seu caráter muda profundamente, transformando o que antes era um fórum exemplar de debate crítico-racional em apenas mais um domínio de consumo cultural. Com a concentração desse poder simbólico nas mãos de alguns poucos grupos empresariais, houve uma clara e intencional redução na diversidade de vozes ouvidas pela mídia.

Canclini (2002) amplia esse pensamento, afirmando que:

Uma descoberta que se confirma em diversas pesquisas dos últimos anos é que a imprensa, o rádio e a televisão contribuem para reproduzir, mais do que para alterar, a ordem social. Seus discursos têm uma função de mimese, de cumplicidade com as estruturas sócio-econômicas e com os lugares comuns da cultura política. Mesmo quando registram manifestações de protesto e testemunham a desigualdade, editam as vozes dissidentes ou excluídas de maneira a preservar o *status quo*. (CANCLINI, 2002, p. 50)

Diante deste quadro, sabendo-se da improbabilidade de a mídia empresarial encampar bandeiras e discursos dissidentes, de vozes subalternas, minoritárias, surge uma comunicação alternativa, disposta trazer esses grupos para o centro das discussões e fazer reverberar suas lutas para públicos não diretamente envolvidos em suas ações.

Cicília Peruzzo (1998) fala em comunicação popular, defendendo que este não é um fenômeno recente, mas que só nas décadas de 1970 e 1980 surgiu de maneira mais representativa na produção científica do campo da comunicação social.

Numa conjuntura em que vinha à tona a insatisfação decorrente das precárias condições de existência de uma grande maioria e das restrições à liberdade de expressão pelos meios massivos, criaram-se instrumentos “alternativos” dos setores populares, não sujeitos ao controle governamental ou empresarial direto. Era uma comunicação vinculada à prática movimentos coletivos, retratando momentos de um processo democrático inerente aos

tipos, às formas e aos conteúdos dos veículos, diferentes daqueles da estrutura então dominante, da chamada “grande imprensa”. Nesse patamar, a “nova” comunicação representou um grito, antes sufocado, de denúncia e reivindicação por transformações, exteriorizado sobretudo em pequenos jornais, boletins, auto-falantes, teatro, folhetos, volantes, vídeos, audiovisuais, faixas, cartazes, pôsteres, cartilhas etc. (PERUZZO, 1998, p. 114-115)

Resultado de um processo surgido da própria dinâmica dos movimentos populares, essa comunicação traz como características essenciais a questão participativa voltada para a mudança social. A definição de o que vem a ser, de fato, a comunicação popular, admite a autora, ainda é imprecisa. Entretanto, ela utiliza de suas pesquisas e da bibliografia já existente para traçar algumas particularidades comuns a estes meios. De maneira geral, comunicação popular seria uma realização da sociedade civil, admitindo o pluralismo e ocupando novos espaços ou incorporando canais de rádio e televisão e outras tecnologias de comunicação, como as redes virtuais.

A comunicação popular também é comumente chamada de alternativa por alguns autores, mas diversos outros adjetivos também são utilizados para referir-se a estas experiências, como comunitária, participativa, dialógica, horizontal etc. Peruzzo (1998), todavia, levanta uma distinção entre os termos popular e alternativo.

No Brasil, a expressão “imprensa alternativa” tem recebido conotação específica, entendendo-se por ela não o jornalismo popular, de circulação restrita, mas os periódicos que se tornaram uma opção de leitura crítica, em relação à grande imprensa, editorialmente enquadrada nas regras da censura imposta pelo regime militar, mas confortavelmente assentada na condição de monopólio informativo. Também chamada de “nanica”, foi lançada no mercado a partir da década de sessenta, para tornar-se mais frequente e variada nos anos setenta. (PERUZZO, 1998, p. 120)

Por questões conjunturais, esses veículos desapareceram, mas deixaram como herdeiros a imprensa popular e a imprensa partidária, aponta a autora. A expressão comunicação popular, entretanto, é mais ampla e abriga diversos meios de comunicação. Inicialmente, a definição se dava pela característica de estes meios serem simples, de circulação limitada e produzida quase que artesanalmente por grupos populares. Posteriormente, passou-se a dizer que ela “não se

refere ao tipo de instrumento utilizado, mas ao conteúdo das mensagens” (FESTA, Regina *apud* Peruzzo, 1999, p. 123). Depois, surgiram autores que defendem que “não são os meios técnicos em si que definem a comunicação popular, nem tampouco são os seus conteúdos. O alternativo estaria no processo de criação conjunta, diálogo, construção de uma realidade distinta na qual a pessoa seja sujeito pleno” (GOMES, Pedro Gilberto *apud* Peruzzo, 1998, p. 123).

Peruzzo, então, traça cinco características que compõem a comunicação popular. A primeira delas é a) “expressão de um contexto de luta”. Apoiando-se em Festa e Gomes, a autora afirma que esta característica está ligada à luta do povo e tende a se converter em um processo dialético entre teoria e prática. Estes meios, portanto, seriam o espaço de conscientização, mobilização, educação política, informação e manifestação cultural do povo. “É canal por excelência de expressão das denúncias e reivindicações dos setores organizados da população oprimida” (PERUZZO, 1998, p. 125).

A segunda característica seria b) “conteúdo crítico emancipador”. Ela traz em seu conteúdo a crítica da realidade e o anseio de emancipação, denunciando as condições reais de vida e as desigualdades existentes. Em seguida, c) “espaço de expressão democrática” é o aspecto evidenciado no fato de a comunicação popular referir-se à abertura de novos canais para segmentos sociais sem garantia de acesso aos meios massivos para expor suas ideias e reivindicações.

O quarto aspecto é o que traz d) “o povo como protagonista”. “A comunicação popular tem como protagonistas o próprio povo e/ou as organizações e pessoas a ele ligadas organicamente. Nesse caso, ele é visto no seu antagonismo em relação às classes dominantes e concebido como o conjunto das classes subalternas” (*Idem*, p. 127). Peruzzo ressalta que a comunicação pode se dar em dois sentidos: a que surge no âmbito das próprias classes subalternas e a que tem origem em classes hegemônicas, mas que é dirigida às classes subalternas.

Por fim, a autora traz a característica de e) “instrumento das classes subalternas”. Peruzzo explica: “Nesse caso, ela é vista como oposta ao modelo massivo em poder das classes dominantes, o qual é encarado como impositivo” (*Ibidem*, p. 127-128).

A análise dos meios de comunicação contemporâneos ligados às classes subalternas ainda leva em consideração os fatores acima citados. Todavia, com a popularização da Internet e das

redes sociais virtuais e com a nova conjuntura surgida no Brasil e no mundo, outros elementos são necessários para o estudo das experiências midiáticas que foram surgindo ao longo dos anos.

2.1.3. Mídias alternativas radicais

O mês de junho de 2013 ficou marcado na história do Brasil como o período no qual foram registradas as maiores manifestações populares no País, até então, desde o Fora Collor²¹, em 1992, chegando em dado momento a contabilizar 1 milhão de pessoas²². Estes eventos foram largamente acompanhados pela imprensa, e uma dualidade tornou-se bastante evidente: a diferença entre a cobertura realizada pela mídia convencional e aquela feita por mídias alternativas.

Tais protestos tiveram como fortes aliados em sua repercussão as redes sociais, como bem destaca Peruzzo (2013). Essa utilização foi feita não somente pela mídia convencional, como pelos próprios manifestantes e, ainda, por alguns jornalistas reunidos em diversos coletivos pelo País, que cobriram estas manifestações, mostrando angulações que pouco espaço obtinham nos grandes veículos de comunicação.

A mídia alternativa, que tanto repercutiu no Brasil durante o período ditatorial, parecia então ganhar novamente as atenções, desta vez com uma nova *práxis*. No plano nacional, os jovens da Mídia Ninja²³ tiveram a maior repercussão²⁴, divulgando, em tempo real, por meio das redes sociais virtuais, os acontecimentos nos protestos de junho. Em Fortaleza, o Nigéria seguia passos semelhantes. Acompanhando todos os protestos realizados na capital cearense, misturado aos manifestantes, o coletivo foi construindo suas narrativas, que também eram divulgadas por meio das mídias sociais.

Posteriormente, toda a produção audiovisual foi compilada no documentário Com Vandalismo²⁵, que mostra aqueles eventos pela visão dos grupos que passaram, à época, a serem

²¹ Movimento político ocorrido no ano de 1992, onde milhares de brasileiros saíram às ruas em passeatas pedindo a saída do poder do então presidente da República, Fernando Collor de Mello.

²² Conforme reportagem da Folha de São Paulo: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1602961-protestos-de-junho-de-2013-atrairam-1-milhao-no-auge.shtml>

²³ A Mídia Ninja (Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação) é uma rede de comunicadores de esquerda, que atua na lógica colaborativa de criação e compartilhamento de conteúdos, com pauta voltada para a “luta social e a articulação das transformações culturais, políticas, econômicas e ambientais”, conforme expresso em seu site: <https://ninja.oximity.com/partner/ninja/about>.

²⁴ A atuação do coletivo lhe rendeu entrevista no programa Roda Viva, da TV Cultura, em 05/08/2013.

²⁵ Documentário completo pode ser assistido aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=KktR7Xvo09s>

denominados de “vândalos”, aqueles que aderiram à tática conhecida por *Black Bloc*²⁶. O documentário contribuiu para humanizar os “mascarados”, apresentando o que pensavam e o que os levavam a seguir aquela tática.

Figura 3: Pôster do documentário Com Vandalismo



Fonte: Nigéria.

Após afirmar, em seu trabalho de 1998, que a imprensa alternativa, no Brasil, havia chegado ao fim, com o término do período ditatorial no País, Peruzzo (2013) reavalia sua afirmação em um trabalho mais recente e afirma, então, que esta imprensa vem sendo recriada ao longo das últimas décadas.

Todos sabem o seu papel histórico nos anos iniciais do regime militar no Brasil, mas que desaparece naquela modalidade (combativa contra a ditadura e o modelo econômico). Com o passar do tempo se reinventa, muda o caráter combativo, mas continua se caracterizando como independente de governos e

²⁶ Tática surgida na Alemanha, nos anos 1970. As pessoas que aderem ao grupo usam uma tática de ação direta, de ideais anarquistas. Em geral mascarados e vestidos de preto, questionam a ordem vigente, manifestando-se contra o capitalismo e a globalização.

empresas e não se alinhando ao modo de operar dos grandes meios de comunicação, na sua lógica de mercado e como sistema burocrático. Mantém também seu caráter não aderente aos interesses ideológicos e políticos das classes dominantes. Parece não querer derrubar governos, mas exercitar a liberdade de expressão em favor do interesse público. (PERUZZO, 2013, p. 90)

Os fatos ocorridos em 2013 no Brasil não são isolados no contexto mundial. Experiências semelhantes já vinham eclodindo em outros países, especialmente após os acontecimentos de 1999 em Seattle, como veremos mais adiante. Dois anos depois dali²⁷, portanto após observar uma nova realidade no âmbito da comunicação alternativa surgir, o autor norte-americano John Downing lançou uma obra na qual se debruça sobre o estudo das mídias de oposição, que surgem para quebrar os bloqueios oficiais à expressão pública e que buscam trazer um novo espaço de visibilidade às vozes discordantes, minoritárias e subjugadas.

Nesta análise, ele traz o conceito de “mídia radical” para referir-se a estas experiências. “Com o termo mídia radical, refiro-me à mídia – em geral de pequena escala e sob muitas formas diferentes – que expressa uma visão alternativa às políticas, prioridades e perspectivas hegemônicas” (DOWNING, 2004, p. 21).

Downing cita experiências de mídia radical desde a década de 1980, quando meios, na Alemanha, denunciavam e atacavam a corrida armamentista e os perigos da guerra nuclear. Entretanto, ele destaca que o alcance dessa mídia fortaleceu-se, de fato, no início do século XXI, caracterizando-se pela determinação de ir contra os bloqueios impetrados por diversos setores:

(...) dos poderosos elementos que compõem a dinâmica da economia capitalista, do silêncio do governo, do obscurantismo religioso, dos códigos patriarcais e racistas institucionalizados, de outros códigos hegemônicos aparentemente naturais e razoáveis, do impacto insidioso do populismo reacionário e também dos reflexos de tudo isso na esfera dos próprios movimentos oposicionistas. (DOWNING, 2004, p. 21-22)

O autor afirma que falar apenas em mídia alternativa é quase um paradoxismo, pois, segundo ele, “qualquer coisa, em algum ponto, é alternativa a alguma outra coisa” (*Idem*, p. 27). Por esta razão, considera necessária a inclusão do termo “radical” para firmar a definição deste

²⁷ O livro *Radical media: rebellious communication and social movements* foi lançado em 2001 na Califórnia. Nesta pesquisa, trabalhamos com a tradução brasileira de Silvana Vieira, lançada, em sua segunda edição, em 2004.

tipo de meio comunicativo, que, aponta, pode se apresentar numa enorme variedade de formatos: desde o teatro de rua e os murais até a dança e a música, e não apenas os usos radicais das tecnologias de rádio, vídeo, imprensa e Internet.

Diante de diversas especificidades, ele defende que o contexto e as consequências devem ser os principais guias ao que pode ou não ser definido como mídia radical alternativa. Downing aponta que, algumas vezes, essa mídia, a depender do ponto de vista do observador ou do ativista, pode representar forças radicalmente negativas, bem como forças construtivas, e cita a mídia radical fundamentalista, racista ou fascista.

Porém, se estes meios possuem algo coisa em comum, este seria o fato de romper regras – embora raramente quebrem todas elas, em todos os aspectos. Em geral, são meios tipicamente de pequena escala, com poucos recursos financeiros e, às vezes, não são amplamente conhecidos. “Às vezes têm vida curta, como uma espécie de epifenômeno; outras, perduram por muitas décadas. Às vezes, são atraentes; às vezes, entediantes e repletos de jargões; às vezes, alarmantes; e, às vezes, dotados de um humor inteligente” (*Ibidem*, p. 29). Outra característica apontada pelo autor é que:

(...) a mídia radical alternativa geralmente serve a dois propósitos precedentes: a) expressar verticalmente, a partir dos setores subordinados, oposição direta à estrutura de poder e seu comportamento; b) obter, horizontalmente, apoio e solidariedade e construir uma rede de relações contrária às políticas públicas ou mesmo à própria sobrevivência da estrutura de poder. Qualquer exemplo pode incluir ambos os propósitos, vertical e horizontal. (DOWNING, 2014, p. 29-30)

Para analisar este tipo de mídia, Downing traz o conceito de “audiência ativa”, substituindo os conceitos de “público”, “espectador” e “leitor”. Essa alteração se motiva pelo pressuposto de que estas formas alternativas de mídia propõem um público ativo, que questiona os enunciados, agrega novas mensagens a estes e mesmo produz novos produtos de mídia. Esta visão se contrapõe aos três termos acima citados que dão a noção de uma audiência que apenas absorve passivamente as mensagens disseminadas pela grande mídia. “Nesse processo, a linha que separa os usuários de mídia ativos dos produtores de mídia radical alternativa torna-se muito mais indistinta” (*Idem*, p. 40).

Esta audiência, muitas vezes, é uma referência aos movimentos sociais. Estes, em geral, têm um papel muito maior do que apenas receber as mensagens das mídias radicais. Eles, em

geral, pautam estas mensagens e muitas vezes interferem no produto final. Esta característica é bem visível no coletivo Nigéria. Como veremos mais adiante, os integrantes do grupo, em geral, definem as temáticas dos vídeos que irão produzir através das bandeiras de lutas dos movimentos sociais aos quais mantêm relação mais próxima. Em alguns casos, estes movimentos sugerem mudanças nos vídeos, que são acatadas pelo coletivo, em virtude, inclusive, de um fato citado por Downing e que é característico de mídias radicais:

“(...) podemos concluir, provisoriamente, que a enorme -- ainda que oscilante -- importância da mídia radical alternativa se deve ao fato de ser ela, comumente, que primeiro articula e difunde as questões, as análises e os desafios dos movimentos. Sua fidelidade é devotada, em primeiro lugar, aos movimentos e é por eles que ela nutre seu principal fascínio. (DOWNING, 2004, p. 65-66)

Downing recorre ainda, em sua análise das mídias radicais, a Gramsci, buscando o conceito gramsciano de “intelectual orgânico”. Para Downing, este intelectual “quase que poderia” ser reinterpretado como o comunicador/ativista. “Visto que, para Gramsci, o termo intelectual jamais se referia a pessoas que se põem a pensar grandes pensamentos, que só elas e um pequeno círculo compartilham” (*Idem*, p. 48). Conforme Downing, Gramsci esperava que os comunicadores intelectuais/ativistas se integrassem de forma orgânica às classes trabalhadoras para a construção de uma ordem social justa e culturalmente superior.

Ele destaca que, mais tarde, a noção de contra-hegemonia se tornou bastante comum entre escritores influenciados pelo pensamento de Gramsci, ainda que este nunca tenha usado esses termos. E essa ideia de contra-hegemônico é fortemente relacionada às mídias radicais, numa alusão às tentativas de contestação das estruturas ideológicas dominantes. “A proliferação dessa mídia seria vital, tanto para ajudar a gerar essas alternativas no debate público como para limitar qualquer tendência da liderança oposicionista, seja qual for a forma que ela assuma, de radicar-se como agência de dominação em vez de liberdade” (*Ibidem*).

A relação entre mídias alternativas e movimentos sociais é sempre muito íntima, muito imbricada. A ponto de o autor afirmar que “a ascensão desses movimentos parece ocasionar e, ao mesmo tempo, ser ocasionada pela mídia radical. De modo inverso, nas épocas em que esses movimentos refluem, o fluxo da mídia alternativa também diminui” (DOWNING, 2014, p. 55). Em virtude desta proximidade, faz-se necessário refletir um pouco sobre o que são

esses movimentos e que bandeiras de lutas trazem, em especial, aqui na realidade latino-americana.

2.1.4. *Que movimentos são esses?*

O Nigéria é uma produtora de audiovisual que se caracteriza como um coletivo, como veremos mais adiante. Não é, e nem se propõe a ser, um movimento social. Entretanto, as pautas encampadas pelo grupo estão intimamente ligadas ao cotidiano dos movimentos populares. Na websérie Cartas Urbanas, vê-se o protagonismo dos movimentos populares de moradia, que também estão presentes em outras produções audiovisuais do coletivo, como A Posse da Nova Estiva²⁸, o Baixio Preocupado²⁹, A Comunidade que Desviou³⁰ o Trem e Areia Loteada³¹. Um outro exemplo é a participação dos movimentos ambientalistas, que encontram reverberação nos vídeos Sucata de Plástico³² e Água Envenenada, Sede por Justiça³³, ambos do coletivo. Mas o que caracteriza, de fato, um movimento social?

De uma forma bem geral, os movimentos sociais envolvem um coletivo de pessoas demandando algum bem material ou simbólico, conforme atesta Gohn (2007, p. 242). A autora, todavia, diz não poder afirmar que existam teorias bastante elaboradas a este respeito, por conta da multiplicidade de interpretações e enfoques sobre o que são os movimentos sociais. De toda forma, ela apresenta uma série de características comuns a esses movimentos, o que ajudaria a identificar se agrupamentos podem ou não ser considerados como tal.

Possuir interesses comuns é um componente básico de um movimento, apesar de não suficiente, por si só, para caracterizá-lo. Exemplo disso, são protestos (pacífico ou não), rebeliões, ocupações, que podem ser estratégias de ação de um movimento social, mas que, isoladamente, não se caracterizam como tal. Ao analisar os protestos de junho de 2013 no Brasil, que inclusive foram tema do documentário Com Vandalismo, do Nigéria, como já citamos, Cicília Peruzzo (2013) afirma que os grupos que praticaram a chamada ação direta³⁴ naquelas

²⁸ Vídeo pode ser assistido no link: <https://www.youtube.com/watch?v=ZIHhArkbZdw>

²⁹ Vídeo pode ser assistido no link: <https://www.youtube.com/watch?v=48lds9eJxUg>

³⁰ Vídeo pode ser assistido no link: <https://www.youtube.com/watch?v=7hi4G0jPpIA>

³¹ Vídeo pode ser assistido no link: <https://www.youtube.com/watch?v=X2EGPbKAOkQ>

³² Vídeo pode ser assistido no link: https://www.youtube.com/watch?v=teUY_QMuYMo

³³ Vídeo pode ser assistido no link: <https://www.youtube.com/watch?v=wFjnS-CnSz4>

³⁴ Ação direta é uma forma de ativismo que usa métodos mais imediatos para produzir mudanças desejáveis ou impedir práticas indesejáveis na sociedade. Exemplos destas ações são greves, boicotes, ocupações dos locais de

manifestações não podem ser considerados como movimentos sociais. Para elas, aquilo trata-se uma tática, não um movimento organizado.

Podem desaparecer tão rápido quanto surgem. Depende do contexto político. Segundo Saul Newman, “são uma força temporária, sem identidade, na qual os indivíduos podem nem saber quem é a pessoa ao lado” (Locatelli; Vieira, 2013: 25). A ação direta desse tipo começou na Alemanha nos anos 1980 em defesa de manifestantes nas lutas contra riscos ambientais provocados pelas usinas nucleares. (PERUZZO, 2013, p. 76)

Segundo Gohn (2007), o movimento social deve estar constituído enquanto um coletivo social e, para isso, necessita de uma identidade compartilhada. “Há uma realidade em comum, anterior à aglutinação de seus interesses” (GOHN, 2007, p.245). Ela destaca que trata-se de um espaço não-institucionalizado, nem na esfera pública, nem na privada, criando um campo político. Desta forma, um movimento social genuíno deixa de sê-lo quando se institucionaliza, quando se transforma em Organização Não-Governamental (ONG), por exemplo, “embora possa continuar como parte de um movimento mais amplo, enquanto organização de apoio daquele movimento” (*Idem*, p. 247).

Uma categoria-chave para a conceituação de movimento social, para a autora, é a “luta social”. “(...) luta social é um conceito mais abrangente e as classes sociais são uma das formas, e não a única, de agrupar homens na história” (*Ibidem*, p. 248-249).

Para ampliar a ideia da luta para além das lutas de classes, Gohn (2007) clama a categoria dos “atores sociais”, que se envolvem em lutas relacionadas a questões de gênero, étnicas, ecológicas, entre outras. Parte significativa dos movimentos sociais da contemporaneidade, ressalta, não diz respeito ao conflito de classe, mas a conflitos entre atores da sociedade. Por esta razão, é possível que encontremos movimentos sociais em vários segmentos da sociedade, atuando em áreas de conflito na defesa de seus interesses.

Unindo diversas reflexões e ponderações, a autora chega a sua conceituação do que são os movimentos sociais:

(...) são ações sociopolíticas construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de

trabalho e sabotagem. Estes métodos são realizados em oposição a meios indiretos, tais como a eleição de representantes políticos ou o recurso ao sistema jurídico.

um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciadas pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados. (GOHN, 2007, p. 251).

Por fim, a autora cria cinco categorias para agrupar os movimentos sociais na contemporaneidade. A primeira delas é a dos movimentos construídos a partir da origem social da instituição que apóia ou abriga seus demandatários. Nesta, incluem-se os religiosos, os político-partidários, os sindicais, os das corporações de estudantes, professores, funcionários de uma categoria social ou de uma instituição etc. Na segunda, estão aqueles construídos a partir das características da natureza humana, como sexo, idade, raça e cor, a exemplo do movimento das mulheres, dos índios e dos homossexuais. “Deve-se destacar que na era da globalização os movimentos desta categoria têm ganhado centralidade sobre outras lutas sociais, dado sua natureza universalizante” (*Idem*, p. 268).

A terceira categoria é a dos movimentos sociais construídos a partir de determinados problemas sociais. Nesta, estão aqueles que buscam solução ou criação de equipamentos coletivos de consumo, como o movimento pela saúde, pelos transportes, por creches e escolas em geral, pela habitação etc. Aqui, reforça-se, está a maior parte dos movimentos que são retratados nos vídeos do coletivo Nigéria. Também se incluem nesta categoria os que lutam pela preservação do meio ambiente (geográfico, social, econômico e cultural), a exemplo dos movimentos ecológicos, pacifistas, de preservação do patrimônio histórico, em defesa dos animais e plantas em geral.

A quarta categoria trata dos movimentos sociais construídos em função de questões da conjuntura das políticas de uma nação (socioeconômica, cultural etc.). “Nesta categoria encontramos toda uma série de movimentos que os livros de história dos países registram usualmente como sublevações, insurreições, revoltas, motins, revoluções etc” (*Ibidem*, p. 270).

Por fim, Gohn acrescenta a categoria dos movimentos sociais construídos a partir de ideologias. Ela defende que o anarquismo, o marxismo, o cristianismo etc. “foram ideologias

com forças motoras próprias (...) [que] criaram movimentos sociais que aparecem e desaparecem segundo conjunturas históricas” (*Ibidem*, p. 271).

É importante destacar que a diversidade das temáticas trabalhadas pelo coletivo Nigéria está diretamente relacionada com a diversidade de bandeiras encampadas hoje pelos movimentos sociais. Uma cobertura mais recorrente dos assuntos relacionados à moradia por meio destes documentários mostra, antes de tudo, uma identificação maior dos integrantes do coletivo com estas causas e com os atores desta causa, ainda que não seja uma luta própria dos integrantes do coletivo.

2.2. Os coletivos de audiovisual e o videoativismo

2.2.1. O que são os coletivos?

O que faz de Yargo Gurjão, Roger Pires e Bruno Xavier, jovens jornalistas que compõem o Nigéria, um coletivo? Seria apenas a contraposição numérica ao individual, por serem três e não apenas um? O que este agrupamento traz de diferente a outras formas coletivas de organização já conhecidas na sociedade? Esta discussão torna-se imprescindível para a compreensão do objeto de estudo que temos em mãos.

O Nigéria, como os seus próprios integrantes afirmam, é uma produtora de audiovisual. Por outro lado, os anseios, desejos e motivações que os levaram a formarem-se como um grupo os encaminharam para uma organização diferente de uma empresa comercial, como veremos mais adiante. Definem-se como um coletivo e, com essa denominação, trazem para si um universo de significação que, desde o século passado, começou a transformar o sentido desta palavra em meio às organizações da sociedade civil.

Por que se unir em grupo? Maffesoli (1998) defende que “enquanto a lógica individualista se apoia numa identidade separada e fechada sobre si mesma, a pessoa (persona) só existe na relação com o outro” (p.15). O autor aponta uma tendência nas sociedades de massa de hoje para o declínio do individualismo. Ele cunha o termo “neotribalismo” para falar da emergência de um forte sentimento coletivo, identificada na necessidade cada vez mais evidente das pessoas de se organizarem em grupo. Esta seria a primeira etapa para o surgimento de um social racionalizado para uma sociedade empática. Este período “empático”, segundo ele, seria o

“perder-se” em um sujeito coletivo, seria a indiferenciação, o neotribalismo, como uma oposição à separação e à individuação.

Maffesoli recorre a Durkheim para explicar a motivação para a criação dessas comunidades emocionais.

A sua maneira, Durkheim não deixou de sublinhar esse fato. E se, por hábito, permanece prudente, nem por isso deixa de falar da “natureza social dos sentimentos” e enfatizar sua eficácia. “Indignamo-nos em comum”, escreve, e sua descrição remete à proximidade do bairro e à sua misteriosa “força de atração” que faz com que alguma coisa tome corpo. É neste quadro que se exprime a paixão, que as crenças comuns são elaboradas, ou, simplesmente, que se procura a companhia “daqueles que pensam e que sentem como nós”. (MAFFESOLI, 2008, p.18-19)

Essa necessidade de se afastar do individualismo e procurar uma identificação coletiva é discutida por Escóssia e Kastrup (2005), que buscam uma análise tanto no âmbito da sociologia, como no da psicologia. As autoras questionam a ideia fundada pelo pensamento moderno, segundo elas confusa, de uma dicotomia entre indivíduo e sociedade.

O conceito de coletivo tem sido frequentemente utilizado, seja no âmbito da psicologia, seja no âmbito da sociologia, para designar uma dimensão da realidade que se opõe a uma dimensão individual. Entendido desta maneira, o coletivo se confunde com o social, sendo representado através de categorias como Estado, Família, Igreja, Comunidades, Povo, Nação, Massa ou Classe e investigado no que diz respeito à dinâmica de interações individuais ou grupais. Este modo de apreensão do coletivo/social deriva de uma abordagem dicotômica da realidade característica das ciências modernas, cujo efeito, dentre os mais visíveis, é a separação dos objetos e dos saberes. (ESCÓSSIA & KASTRUP, 2005, p. 295)

Escóssia & Kastrup se apoiam, então, em autores como Gilles Deleuze & Félix Guattari (1995; 1996), Michel Foucault (1972; 1977; 1985), Bruno Latour (1993; 1994), Michel Callon & John Law (1997) para propor um conceito de coletivo que não se reduz ao social ou à coletividade, tampouco ao jogo de interações sociais. Para elas, indivíduo e sociedade são polos preexistentes à sua interação.

Ancorando-se em Latour, Callon e Law, elas defendem que “o coletivo pode ser entendido como rede social, desde que se garanta o princípio da heterogeneidade do social, assim como de toda e qualquer entidade, seja ela um indivíduo, uma comunidade, um texto ou um

objeto técnico” (p. 301). A teoria de ator-rede de Latour (1993) é fundamental para a formulação do conceito aqui buscado. Este não se define na busca de um ser uno, estático e idêntico a si próprio. Por outro lado, ele busca uma identidade plural, movente e constantemente diferenciada e distante de si.

Partindo desse pressuposto, as autoras afirmam que “definir as entidades que compõem os coletivos como redes significa defini-las como efeito de processos de composições e associações que lhes conferem formas sempre provisórias” (p. 302). Com isso, defendem que coletivos são entidades híbridas, que possuem geografias variáveis, com conteúdos ou propriedades não fixados de uma vez por todas. Seguindo o entendimento de Callon & Law (1997), a identidade das entidades híbridas aqui citadas vai se construindo a partir das interações que vão sendo criadas. Não são estáticas, modificam-se com o curso das ações.

Buscando em Guattari (1992) a noção de que o coletivo deve ser entendido “no sentido de uma multiplicidade que se desenvolve para além do indivíduo, junto ao *socius*, assim como aquém da pessoa, junto a intensidades pré-verbais, derivando de uma lógica dos afetos mais do que de uma lógica de conjuntos bem circunscritos” (1992, p. 20), Escóssia e Kastrup afirmam que desaparece a equivalência entre coletivo e conjunto ou somatório de pessoas.

Coletivo é impessoal. Assim, as autoras concluem seu pensamento definindo coletivo como um plano de co-engendramento dos seres e de criação. Este co-engendramento provém da relação de agenciamento, trazida por Deleuze & Parnet (1998), que significa a criação daquilo que está na mediação entre o si e o outro:

Agenciar-se com alguém, com um animal, com uma coisa – uma máquina, por exemplo – não é substituí-lo, imitá-lo ou identificar-se com ele: é criar algo que não está nem em você nem no outro, mas entre os dois, neste espaço-tempo comum, impessoal e partilhável que todo agenciamento coletivo revela. A relação, entendida como agenciamento, é o modo de funcionamento de um plano coletivo, que surge como plano de criação, de co-engendramento de seres. Cabe ressaltar que este plano coletivo e relacional é também o plano de produção de subjetividades (ESCÓSSIA & KASTRUP, 2005, p. 303).

Para acrescentar a essas reflexões, trazemos as definições de coletivo forjadas por Migliorin (2012), que compartilha das ideias apontadas anteriormente ao entender esses agrupamentos como organizações híbridas, que se constroem a partir das relações que vão sendo

criadas. Ele reforça também a tendência para uma busca de um sentimento coletivo, de um neotribalismo movido por interesses e ideologias comuns, que, unidas, impulsionam para a ação.

Conforme o autor,

Um coletivo é mais que um e é aberto. Essa é uma primeira característica que evita que tratemos os coletivos como um grupo, como algo fechado; melhor seria dizer que um coletivo é antes um centro de convergência de pessoas e práticas, mas também de trocas e mutações. Ou seja, o coletivo é aberto e seria, assim, poroso em relação a outros coletivos, grupos e blocos de criação – comunidades. (MIGLIORIN, 2012, p. 2)

O autor defende que as práticas realizadas pelos coletivos são, primordialmente, abertas a outros coletivos ou a outros indivíduos. Desta característica, traz-se de volta a discussão do conceito de rede, destacado anteriormente em Latour (1993). Essa particularidade é presente no Nigéria, como iremos ver mais a seguir. Para Migliorin, o coletivo, por excelência, busca uma “intensidade de conexão com outros coletivos, forças e criações, permitindo a participação em redes que os transcendem” (p. 3).

Diria, então, que uma das características dessas redes é estabelecer a conexão entre coletivos e que os coletivos aparecem como uma tentativa micropolítica de sincronia com movimentos de redes que os ultrapassam e para as quais eles são fundamentais. O coletivo é um ponto na rede e, também, ele próprio uma rede. Na construção de redes, acentradas, entre múltiplos atores em um espaço ilimitado, os coletivos aparecem como centros de concentração de idéias, pessoas, criação, forças de onde novas conexões podem sair para compor outras redes. (MIGLIORIN, 2012, p. 8)

E o que move as pessoas a se envolverem em um coletivo? Para Migliorin, o coletivo se cria porque “pessoas compartilham uma intensidade de trocas maiores entre elas do que com o resto da comunidade, do que com outros sujeitos e práticas e, em um dado momento, encontram-se tensionadas entre si” (p. 2). Mas a formação desses grupos, destaca, não se dá apenas pela junção de certo número de pessoas com ideais comuns. É além disso: trata-se de “um bloco de interesses, afetos, diálogos, experiências aos quais certo número de pessoas adere, reafirmando e transformando esse mesmo bloco” (p. 2).

É nessa relação com outros grupos – que podem ser outros coletivos, movimentos sociais ou mesmo indivíduos – que o coletivo se transforma, ao ter contato com outras realidades, outras

formas de fazer intervenções, outras formas de entender sua própria organização. “Um coletivo não faz unidade, mas é formado por irradiação dessa intensidade, um condensador, agregador de sujeitos e idéias, em constantes aproximações, distanciamentos, adesões e desgarramentos” (MIGLIORIN, 2012, p. 2). Por esta razão, aponta o autor, um coletivo é fragilmente delimitável, seja pelos seus membros, seja por suas áreas de atuação e influência.

Essa interação, esse caráter poroso, faz com que o coletivo esteja sempre, como diz Migliorin, em “estado de crise”, levando-se em conta que seus membros não se articulam seguindo uma institucionalidade ou contrato, que são inexistentes, por ideologia, nesses grupos. Eles se articulam “por conta de uma afinidade que se concretiza em ações em tempos variados” (p. 3).

O coletivo organiza-se em contraponto às instituições presentes e dominantes na sociedade, e o ritmo de trabalho não é pautado por uma lógica produtiva. Portanto, a ideia de horizontalidade nas relações é tida como essencial. Não se busca uma individuação, mas um “perder-se” em um ser coletivo, como já dizia Maffesoli (1998). Migliorin, ao analisar os coletivos, encontra essas características. “A lógica do sucesso que está em tudo e hierarquiza uma empresa, uma família, uma sala de aula torna-se hipersignificante em um coletivo se ele se verticaliza e perde a intensidade de conexão” (MIGLIORIN, 2012, p. 3).

2.2.2. Os coletivos de audiovisual

Apresentando características bem claras que o associa ao conceito de coletivo, o Nigéria, nem de longe, está isolado no contexto dos coletivos de audiovisual. Ele é um exemplo, expoente no espaço geográfico de Fortaleza, de um movimento que vem ganhando muita força nos últimos anos, como destaca o próprio Migliorin (2012):

Finalmente, os últimos anos nos apresentaram um tipo de mobilização em torno do cinema e do audiovisual que traz singularidades para a história dos coletivos. Por questões tecnológicas, políticas, econômicas e subjetivas, vimos novas redes de produção e consumo se forjarem. Essas redes produziram muito e barato, baixaram filmes de todas as épocas, transformaram as políticas públicas, tensionaram o Estado, inventaram cursos de cinema e audiovisual em muitas cidades, multiplicaram os cineclubes e festivais, fizeram o audiovisual muito presente em ONGs, escolas e associações as mais diversas, inventaram revistas de crítica etc. (MIGLIORIN, 2012, p. 8)

A produção audiovisual por coletivos no Brasil é crescente. Sotomaior (2014) elabora um vigoroso trabalho sobre o audiovisual produzido por coletivos, partindo da análise da Mostra Luta, evento organizado pelo Coletivo de Comunicadores Populares, de Campinas, no qual eram exibidos filmes feitos por movimentos sociais (ou sobre eles), de dentro e de fora da cidade. A mostra começou em 2008 e, até 2013, chegou a ser exibir 180 filmes, o que revela a potência desse tipo de produção no País.

Na mostra, após a exibição dos filmes, havia sempre um debate. O caráter horizontal dessas discussões chamou a atenção de Sotomaior, que passou a fazer parte da organização do evento. Essa característica de criar um espaço não-verticalizado para debater produções à margem do mercado audiovisual traz toda a carga simbólica das atuações dos coletivos, conforme as definições de Migliorin (2012).

Estas especificidades também podem ser encontradas na atividade do Nigéria. Os dois lançamentos da websérie Cartas Urbanas, do coletivo, foram feitos numa sala de cinema numa região central de Fortaleza, com entrada gratuita e seguidas de debate com os realizadores e com os personagens dos filmes, que integravam movimentos populares. Processos semelhantes de exibição seguida de debate chegaram a ser realizados outras vezes, com este e outros documentários do coletivo, em espaços distintos. Outro exemplo disso foram as exibições feitas em 2016 em escolas públicas estaduais na Cidade, durante as atividades organizadas pelos próprios alunos no período de greve e ocupação destas escolas³⁵.

Percebe-se que o Nigéria reproduz um movimento nacional puxado por coletivos de audiovisual que busca trazer visibilidade às bandeiras de movimentos populares e a levantar debates que não alcançam reverberação na mídia corporativa. Há claramente um viés político nessas produções, uma atitude de mobilização e protesto por meio dos recursos audiovisuais. É preciso compreender que essa forma de atuação não foi surgindo de maneira isolada, mas encontra suas origens em diversas outras localidades do mundo, em especial nos Estados Unidos, onde a cultura do vídeo independente surgiu mais precocemente, com o advento câmeras de cinema de oito, dezesseis milímetros e super-oito, “criadas para uso doméstico, mas apropriadas

³⁵ Em abril de 2016, os professores estaduais do Estado do Ceará iniciaram greve nas escolas públicas que durou 107 dias. Os alunos aderiram ao movimento e criaram um processo de ocupação destas com atividades diversas. Grupos discentes passaram a habitar estas escolas, passando dia, noite e madrugada em suas dependências. A ocupação chegou a somar mais de 60 escolas no Estado.

pelos movimentos marginais/underground (de forma semelhante ao que aconteceria, mais tarde, com as *handycams* dos anos 90)” (SOTOMAIOR, 2014, p. 340-341).

Todavia, esse viés político não era uma preocupação dos primeiros coletivos de audiovisual ao redor do mundo e é importante resgatar esse histórico para se compreender melhor os caminhos percorridos por estes movimentos, no Brasil e no mundo.

Os primeiros coletivos de audiovisual, que surgiram entre os anos 1960 e 1970 nos EUA, buscavam, como aponta Sotomaior, romper com a lógica da produção centralizada de conteúdos no cinema e na radiodifusão, mas os conteúdos produzidos por estes grupos eram mais ligados ao universo da arte.

Nos anos 60 e 70, quando emergiu, o vídeo foi primeiramente apropriado pela arte eletrônica, que estavam interessados [os coletivos] nas confluências entre a experimentação artística, a ciência e a tecnologia. Este processo guarda muitas relações com a apropriação técnica da informática pela cultura hacker, onde diminuíram-se as barreiras entre o técnico, o artista e o ativista político, onde o artista/ativista/comunicador é um experimentador e modificador de sua própria técnica, de sua própria plataforma tecnológica de uso. Quando, nos anos 1970, 1980 e 1990 o vídeo se tornou uma arma para coletivos interessados na investigação de fenômenos sociais ou na militância política audiovisual, as proposições dos realizadores se relacionam mais fortemente com a autonomia em relação à técnica e à linguagem. (SOTOMAIOR, 2014, p. 344)

Já nos anos 1990, com uma maior disseminação da Internet, o vídeo ganhou uma nova força contra-hegemônica. Pecebeu-se que, a partir de então, seria possível quebrar a hegemonia do discurso e o *gatekeeping*³⁶ das grandes empresas de comunicação. Foi essa percepção que permitiu a criação do que viria a ser chamado de videoativismo.

2.2.3. A Batalha de Seattle e o surgimento do videoativismo

A cena se desenrola da seguinte maneira: frente uma multidão de pessoas que tomavam a via pública em protesto, uma mulher falava através de um autofalante em frases entrecortadas que eram repetidas pelos manifestantes, numa maneira de fazer com que a mensagem pudesse chegar a todos que estavam ali. Ela dizia: “Penso que, daqui a 10 anos, o que se vai escrever

³⁶ Conceito jornalístico que se refere ao que a imprensa define que será noticiado, de acordo com o valor-notícia, a linha editorial e outros critérios.

sobre Seattle não será que bomba de gás lacrimogênio explodiu e em que esquina, mas que a OMC, em 1999, foi o nascimento de um movimento global de cidadãos para uma economia democrática global”.

Assim começa o documentário *This is what democracy looks like* (Esta é a cara da democracia), produzido pelo Independent Media Center (Indymedia) através de imagens obtidas por mais de cem pessoas, entre ativistas e produtores independentes de audiovisual, que estiveram de 30 de novembro a 4 de dezembro nas ruas da cidade norte-americana de Seattle, participando dos protestos contra a Terceira Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) que lá ocorreria, num evento que reuniu cerca de 100 mil pessoas e ficou conhecido como a Batalha de Seattle.

O Indymedia é uma rede internacional formada por produtores de informação que, no Brasil, leva o nome de Centro de Mídia Independente (CMI). A rede tem sua origem exatamente com a Batalha de Seattle. A ideia era construir um projeto temporário, que consistiria em um site para a publicação livre, no qual ativistas e jornalistas da imprensa alternativa poderiam publicar vídeos, imagens, relatos e textos em *copyleft*³⁷, permitindo a cooperação mútua e objetivando quebrar o monopólio da difusão de informações pela imprensa empresarial. O projeto acabou tornando-se permanente e hoje possui núcleos em diversos países do mundo.

A Batalha de Seattle é considerada o início das grandes manifestações promovidas pelos Movimentos de Resistência Global, que têm, na verdade, sua origem no México, como veremos mais a seguir. Conforme Dias (2007):

Os Movimentos de Resistência Global surgem em cadeia planetária com a Batalha de Seattle e procuram expor para a população mundial as contradições do modelo de globalização hegemônico. Ao mesmo tempo que protestam em atos de desobediência civil nas ruas – repletos de cor, performance e música – das cidades onde há os encontros do Fundo Monetário Internacional (FMI) ou da Organização Mundial do Comércio (OMC), por exemplo, também participam de discussões que buscam encontrar alternativas ao modelo criticado. (DIAS, 2007, p. 203)

Além disso, esse evento também é tido como o marco para o movimento audiovisual que passou a ser chamado de “videoativismo”. *This is what democracy looks like*, assim como

³⁷ *Copyleft*, ou livre direito de cópia, é uma forma de usar a legislação de proteção dos direitos autorais com o objetivo de retirar barreiras à utilização, difusão e modificação de uma obra criativa devido à aplicação clássica das normas de propriedade intelectual, exigindo que as mesmas liberdades sejam preservadas em versões modificadas.

Showdown in Seattle – five days that shook the WTO, são tidos como os documentários-rede seminais do videotivismo, que veio influenciado pelo pensamento neozapatista, que iremos discutir mais adiante. Neves explica o porquê:

Esse programa político [neozapatismo] confluiria com a cultura *hacker*, no *hackativismo* dos anos 1990, que seria retomado, em um leque mais amplo de táticas comunicativas, com o ciberativismo da primeira década deste século. Estes movimentos políticos absorveram muitos dos procedimentos das mídias comunitárias e militantes de uma ou duas décadas antes (visíveis, por exemplo na co-produção de *Showdown...*). O grande mérito destas mídias, muito além de qualquer inovação formal, foi ter consolidado os experimentos de produção coletiva (ou colaborativa) de documentários que foram fragmentariamente ensaiados desde o fim dos anos 1960 (vide, por exemplo, os documentários de Chris Marker com operários de Besançon, em *A bientôt, j'espère* e *Classes de Lutte*). (NEVES, ago. 2010, p. 79)

Tais levantes como os da Batalha de Seattle, também chamados de movimentos de alterglobalização, não podem ser pensados separadamente de suas estratégias de comunicação, que auxiliaram em grandes jornadas de manifestações, como afirma Sotomaior (2014). Foi destes grupos que surgiram os movimentos de ciberativismo, com a criação de plataformas digitais livres, que permitiram a transmissão e download de conteúdos, e o próprio videoativismo, que é assim definido pelo autor:

O que viria a ser chamado de videoativismo em Seattle era baseado na presença de câmeras (geralmente mais leves e acessíveis, como as *handycams*), inseridas dentro dos conflitos das ruas. Junto a isso, havia processos de edição rápida e compartilhamento via internet, possibilitados pelas plataformas criadas dentro dos movimentos; além de exibições seguidas de debate em espaços públicos, como ruas, universidades, movimentos sociais, escolas e outros locais. Numa época bem anterior às exibições online em sítios como o YouTube e Vimeo, os vídeos eram vistos somente a partir de um download, ou enviados pelo correio. Mas, mesmo assim, permitiram um tipo de circulação amplo na publicização dos fatos de Seattle e outras lutas. Além disso, muitos dos filmes eram realizados a partir de processos coletivos, onde juntavam-se diferentes registros videoativistas numa mesma edição. (SOTOMAIOR, 2014, p. 338)

Sotomaior destaca que, a partir de Seattle, formou-se uma geração, em diferentes lugares do mundo, de pessoas que passaram a utilizar vídeos como instrumento das lutas sociais, em especial, na crítica e na resistência aos paradigmas do capitalismo global. Com a popularização da Internet e com aparelhos mais acessíveis de captura de vídeos, estes grupos passaram a descobrir novas possibilidades de comunicação rápidas e horizontalizadas.

O coletivo Nigéria traz muito dessas características do videoativismo. Em Fortaleza, durante as manifestações de junho de 2013, os integrantes se juntaram aos manifestantes e, muitas vezes, se confundiam com estes na cobertura dos eventos. A *websérie* Cartas Urbanas reúne, em alguns episódios, diversas cenas de manifestação de moradores contra a demolição de suas casas que foram acompanhadas de perto pelos integrantes do coletivo, os quais se juntavam a eles nos momentos de embate, mas trazendo como arma a câmera na mão. Desde 2010, o Nigéria está presente nas diversas manifestações de cunho popular ocorridas na cidade de Fortaleza, realizando registros audiovisuais das ações, que algumas vezes são compiladas em um documentário, outras, apenas lançadas na Internet, numa forma de divulgar os acontecimentos sobre o prisma dos manifestantes.

Estar com uma câmera na mão em situações como estas de conflito é, também, um risco. Nas gravações que deram origem ao documentário Com Vandalismo, um dos integrantes do Nigéria é atingido no olho por uma bala de borracha e outro chega a ser detido pela polícia, como destacarei no tópico 3 deste capítulo.

Este risco é mostrado em um dos documentários mais marcantes sobre o videoativismo, intitulado *Brad: uma noite mais nas barricadas*, produzido pelo CMI, no Brasil. O filme conta a história de luta do midiativista norte-americano Brad, que participou das diversas lutas de resistência global na década de 1990 e 2000 – incluindo dos protestos populares em Fortaleza, em 2002, durante a reunião do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) – e foi morto pela polícia em 2006, no México, enquanto filmava a repressão sofrida pela manifestação da Assembleia Popular dos Povos de Oaxaca (APPO). “O envolvimento com o problema, no videoativismo, não é distanciado e vai para além de um corpo-câmera que treme e acompanha de perto o devir-mundo e os seus embates. Está na radicalidade da tomada de uma posição na situação de risco” (SOTOMAIOR, 2014, p. 301).

A história do videoativista norte-americano é contada, no filme *Brad...*, por um narrador brasileiro que o conhecia, o Miguel. Ao contar a história do videoativismo através da vida deste

mártir do movimento, ele destaca as manifestações de Seattle, mas ressalta: isso tudo começou bem antes. Na região pobre, montanhosa e indígena de Chiapas, no México...

2.2.4. As origens no movimento zapatista

Era primeiro de janeiro de 1994. Os olhos da imprensa mundial estavam voltados para os Estados Unidos, pois ali se faria a promulgação das leis de criação do Tratado Norte-Americano de Livre-Comércio (NAFTA, na sigla em inglês). De repente, do país vizinho, um acontecimento não agendado pelos meios, irrompido da região pobre e de selva da província de Chiapas, no México, mudou a ordem do dia. Um exército de guerrilheiros de origem indígena que formavam o então surgido Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) tomou, naquele dia, sete cidades da província. "Neste momento, em que a maioria esperava a comemoração da vitória da globalização neoliberal, ao invés de se confirmar o seu caráter inexorável, são as vozes divergentes que ganham a cena", (NEVES, p. 74).

Dois dias depois da tomada, o Subcomandante Marcos apresentava para todo o mundo, através da rede mundial de computadores, os primeiros comunicados do Exército Zapatista de Libertação Nacional. A partir desse, vários outros surgiram nos dias (e anos) que se seguiram, sempre publicizados através do site www.ezln.org, criado pelo movimento. Com esse levante, o EZLN propôs mudanças significativas na forma de ver a política, a comunicação, a cultura e a mobilização social que influenciaram todo o mundo, tornando-se referência para os diversos levantes surgidos *a posteriori*, a exemplo da Batalha de Seattle.

Os zapatistas (também chamados de neo-zapatistas) emergiram naquele dia vestindo capuzes pretos e gritando *¡Ya Basta!* (já basta!), numa referência à criação do NAFTA. O movimento defende uma gestão autônoma e democrática do território, a participação direta da população e a partilha da terra e da colheita.

Naquele período, a rede mundial de computadores ainda tinha não era algo massificado, quanto mais nas montanhas de Chiapas. Conforme Castells (2003, p. 8), a Internet só começou mesmo a se popularizar no mundo um ano depois. Entretanto, o EZLN já reconhecia o poder daquela nova ferramenta e estabeleceu um lugar de destaque para a comunicação dentro de sua estratégia. A utilização da rede pelos zapatistas é considerada um marco do que seria chamado de ciberativismo, como destaca Sotomaior. "As precárias regiões onde ocorriam as ocupações zapatistas não possuíam internet e os textos eram enviados para grupos colaboradores em outros

lugares do México, que se ocupavam de espalhar pelo país e pelo mundo” (SOTOMAIOR, 2014, p. 322).

Segundo o autor, este movimento influenciou sobremaneira organizações de caráter mais horizontalizado, a exemplo dos Movimentos de Resistência Global (alterglobalização), os *occupy*, os indignados na Europa, os piqueteiros argentinos, o Anonymous, parte da Primavera Árabe, o Movimento Passe Livre no Brasil (MPL) e grupos de mídia livre, como o Centro de Mídia Independente (CMI) e as rádios livres.

Muitos dos movimentos que se seguiram ao Zapatismo passaram a privilegiar relações mais horizontais de organização, em oposição às hierarquizações e o dirigismo muito presentes na esquerda. Além disso, a prática de muitos coletivos a partir dos anos 90 foi baseada na autonomia e nas relações auto-gestionárias, utilizando o diálogo, a experimentação política e a construção coletiva independente. Esse elemento é importante também para entendermos a forma como se construirá a mídia livre e independente, onde a presença de diferentes produtores de sentido, em processos abertos, livres e colaborativos se dá em detrimento dos monopólios na produção das imagens e da especialização na produção de discursos. (SOTOMAIOR, 2014, p. 325)

Em um período em que se falava do fim da história³⁸, com a ascensão do neoliberalismo e com a globalização, o Movimento Zapatista surge transformando a narrativa histórica hegemônica. Criando um novo contexto sociopolítico, o movimento passa a influenciar as novas organizações da sociedade civil e as novas formas de protesto. Os coletivos, a exemplo do Nigéria, bebem dessa fonte, tanto em suas bandeiras de luta como na sua forma não verticalizada de organização.

2.3. O coletivo Nigéria: uma experiência de mídia radical em terras alencarinhas

2.3.1. As origens do grupo

³⁸ Teoria iniciada no século XIX por Hegel e Wilhelm e retomada no fim do século XX, na qual se previa o fim da história com a derrocada da dicotomia capitalismo *versus* comunismo e com a ascensão do liberalismo. Acreditava-se que a queda do Muro de Berlim seria o marco desta tese, trazendo os Estados Unidos como única potência mundial.

Eles são jovens, filhos de classe média e, lá pelos idos de 2010, acabavam de se envolver em um mundo de debates, manifestações e movimentos que questionavam o poder estabelecido, as desigualdades sociais, as políticas públicas de defesa do meio ambiente e uma série de outras discussões que costumam integrar a agenda da esquerda política no Brasil. À época, estudantes de Jornalismo, sentiam-se entediados com a grade curricular do curso e com a metodologia utilizada na sala de aula. Buscavam, portanto, um motivo para revirar as coisas.

É desse preâmbulo que vai surgindo, aos poucos, a ideia de criação do Nigéria, coletivo que trabalha com produções audiovisuais na cidade de Fortaleza. As motivações, Yargo Gurjão, um dos integrantes do coletivo, deixa bem claras³⁹:

É pra ser honesto? Acho que foi pra gazeirar aula, pô! Mas eu acho que você sair do território da sala de aula, tá ligado, que é um território, a meu ver, que é bem verticalizado, que ele tem as regras bem consolidadas, quando você sai daquele território, você vai se reunir com a galera, sei lá, do DA⁴⁰, num bar, aquele outro território faz você pensar de outra maneira. E era um território que a gente trocava bem mais ideia do que em sala de aula.⁴¹

O Nigéria é formado atualmente por três integrantes: Roger Pires, Bruno Xavier e o Yargo. Os dois últimos estudaram na Universidade de Fortaleza (Unifor), onde se conheceram - não dentro da sala de aula, mas fora, como fazem questão de ressaltar. Roger, que estudou na Universidade Federal do Ceará, apareceu depois, já dentro do universo das organizações sociais.

Roger e Yargo começaram o seu envolvimento com movimentos sociais através dos diretórios acadêmicos em seus cursos. Bruno já tinha, há mais tempo, uma ligação com organizações não-governamentais (ONGs). Ele participava, desde que tinha dezenove anos, da Aldeia - Agência de Desenvolvimento Cultural, Educomunicação, Infoinclusão⁴² e Audiovisual. Trata-se de uma organização não governamental criada em 2004 e especializada em cultura,

³⁹ Yargo Gurjão e Bruno Xavier, dois dos integrantes do Nigéria, concederam entrevista a este pesquisador no dia 06/10/2015. No dia 09/06/16, foi realizada uma outra entrevista com o terceiro integrante, Roger Pires. Por fim, no dia 21/07/2016, foi feita uma última entrevista, desta vez, com os três integrantes. As citações deles, encontradas neste trabalho, são provenientes, portanto, destas conversas.

⁴⁰ Diretório Acadêmico, uma entidade estudantil que representa os estudantes de um curso de nível superior dentro de uma Universidade.

⁴¹ Entrevista concedida ao autor em 21/07/2016.

⁴² Também conhecida por inclusão digital, a infoinclusão significa a democratização do acesso às novas tecnologias da comunicação.

comunicação, educação, infoinclusão⁴³ e audiovisual, que focava suas ações na região do Mucuripe e Praia do Futuro, na zona leste de Fortaleza. Ficou lá por oito anos. “Eu só trabalhei nisso. Nunca fui pra impresso, nunca fui pra jornal, só com ONG”, afirma Xavier.

Quando Bruno já estava para concluir o curso de Jornalismo, em 2008, Roger entrou no Aldeia como voluntário. Eles então começaram a se comunicar. Participaram, através da ONG, dos projetos Escola da Mídia e Carrossel, que consistiam em oficinas de audiovisual em escolas da rede pública de ensino em Fortaleza. Bruno era o monitor dos projetos e Roger, estagiário. Yargo também se juntou a esse processo. A partir destas ações, eles começaram a discutir a importância da mídia na sociedade e a refletir sobre a democratização dos meios.

Surgiu, então, a ideia de criação de uma ONG, que era uma estrutura de organização da qual já participavam. Roger, Bruno e um outro jornalista da Aldeia, Leonardo Ferreira, começaram a maturar isso nos anos de 2009 e 2010. Em 2009, Roger e Bruno, com alguma participação de Yargo e Leonardo, começaram um projeto voluntário chamado Olho Mágico, que seria um embrião do que viria a ser o Nigéria. Entraram em contato com o centro comunitário de uma comunidade de Fortaleza e apresentaram a proposta de uma oficina de audiovisual de três meses para adolescentes, com o objetivo de realizar um vídeo ao fim do processo, utilizando celular e câmera digital.

Enquanto tocavam o projeto, pesquisavam como era o funcionamento das ONGs e passaram a considerar que a estrutura era complicada e burocrática. Yargo, então, surgiu com a ideia de criar uma produtora de vídeo. “Ah, uma microempresa, né? Que tem lucro, mas a gente vai poder prestar serviço, ter nota fiscal. E aí a gente foi tendenciando mais para esse espaço. Era mais fácil e a gente poderia ter mais possibilidade de financiamento e de fazer filmes diretamente, não necessariamente só de fazer cursos”, explica Roger⁴⁴. Passaram, deste momento, a estudar a nova alternativa.

Daí, em 2010, Bruno e Yargo começaram a fazer a campanha de TV do PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) à Prefeitura de Fortaleza. A campanha, segundo eles, foi uma porta de entrada para os movimentos sociais. “Isso ajudou muito a gente a entender a linguagem dos movimentos sociais. Pra colocar no vídeo. Era assim: a campanha ia acontecer, vamos fazer

⁴³ Também conhecida por inclusão digital, a infoinclusão significa a democratização do acesso às novas tecnologias da comunicação.

⁴⁴ Entrevista concedida ao autor em 21/07/2016.

sobre moradia. Temos que colocar não só homem, mas mulher também. A questão de linguagem. Isso a gente aprendeu bastante”, destaca Bruno⁴⁵.

A partir de conhecimento da técnica de produção de vídeo e do envolvimento com os movimentos populares, surgiu o coletivo Nigéria, em 2010, mas ainda sem CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas). Com essa identidade de grupo, e por conta da ligação com os movimentos proporcionada pela campanha, foram chamados a fazer um documentário em Limoeiro do Norte, município do interior do Ceará, sobre o uso de agrotóxicos. Foi o primeiro trabalho no qual possuíam financiamento para produção. Viajaram ao local e fizeram o curta-metragem⁴⁶ Água Envenenada: Sede por Justiça⁴⁷.

O curta, consideram, foi um marco para o grupo, não somente por ser o primeiro documentário, mas por lhes gerar uma maior compreensão sobre como deveria se estruturar o coletivo.

Quando a gente começou a montar o filme, o pessoal começou a entender porque que é interessante ter um *modus operandi* fechado. A gente tava editando e chamava o pessoal para opinar e foram umas quatro pessoas lá. Quando assistiram o filme, a gente começou a perceber que o movimento social tem uma enorme dificuldade pra fazer coisas que não falem sobre eles mesmos, pra falar depois pra fora. Eles têm muita dificuldade de fazer algo que não seja um panfleto. O que eles fizeram? O pessoal do MST, MTST⁴⁸, Frente das Águas, eles cortaram o filme, tiraram muita coisa do filme, transformaram o filme num panfletário. E isso angustiou muito a gente, porque a gente viu que o filme tinha um potencial muito maior. Mas como a gente tava fazendo encomendado, a gente tava fazendo como eles estavam pedindo.⁴⁹

O resultado não agradou ao coletivo. O filme teve pouca repercussão e veiculação, ficando, segundo os integrantes do Nigéria, mais dentro do âmbito do MST, circulando entre os que faziam parte do movimento. Todavia, eles resolveram aproveitar o material produzido,

⁴⁵ Idem.

⁴⁶ Conforme classificação da Agência Nacional do Cinema (Ancine), curta-metragens são aqueles com até 14 minutos de duração; médias-metragens vão de 15 a 70 minutos e longas-metragens, acima de 70 minutos.

⁴⁷ Documentário realizado a pedido da Frente Cearense Por Uma Nova Cultura da Água e Contra a Transposição das Águas do Rio São Francisco, que é uma articulação da sociedade civil que congrega entidades, fóruns, pastorais sociais, sindicatos e movimentos sociais.

⁴⁸ Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).

⁴⁹ Entrevista concedida ao autor em 21/07/2016.

recuperando cenas deletadas, e deste todo fazer um novo filme. Surgiu o “Sucata de Plástico”, que consideram sua primeira produção autoral.

O processo foi um grande aprendizado, afirmam. “A gente tem que fazer a galera pensar diferente, porque se deixar a galera tomar essas decisões, a galera sempre vai fazer a mesma coisa, o mesmo panfleto chato”, defende Yargo⁵⁰. “E isso vai atrapalhar eles, porque a comunicação é algo que tem que catalizar a pauta deles e não transformar a pauta em algo chato. Se a comunicação for chata, f.... Ninguém vai mais ver aquilo”, complementa o jornalista.

O “Sucata de Plástico” foi, então, veiculado em festivais. Assim como ocorreu com outras produções que se seguiram. Se inicialmente esse tipo de exposição parecia positivo, ele, por outro lado, gerou um outro debate no grupo, que começou a rever as formas de divulgação de seus produtos e as motivações pelas quais empreendiam algum projeto. A discussão trouxe à tona divergências entre integrantes do grupo, revelando anseios pessoais diferentes que, com o tempo, acabaram por induzir a mudanças na formação do coletivo.

Conforme Roger⁵¹, à época, o grupo acabou-se vinculando à ideia de concorrer em festivais, ganhar prêmios e reconhecimento. Pensava-se em filmes para cinema. Esse desejo era encampado especialmente por um novo integrante, Pedro Rocha, que entrou em 2012 e, em 2015, deixou o grupo. Jornalista formado pela UFC, Pedro realizou trabalhos mais jornalísticos, com reportagens escritas e em vídeo para Internet. Mais tarde, quis experimentar fazer filmes mais longos, com mais profundidade, que exigiam uma imersão mais intensa sobre o tema. “E a gente tava, de repente, ‘não, vamo pensar Internet, e produzir muito, e cobrir manifestação’. A gente tinha um pouco mais essa tendência”, explica Roger⁵².

⁵⁰ Idem.

⁵¹ Ibidem.

⁵² Ibidem.

Figura 4: Formação original do coletivo Nigéria. da esquerda para a direita: Yargo, Bruno, Roger e Pedro.



Fonte: Nigéria.

Além da questão do formato das produções, os demais integrantes, em oposição a Pedro, não concordavam com a estrutura hierárquica, vertical, que a realização de longas para o cinema acabaria por criar. Não queriam a figura do diretor, que, de certa forma, adquire autoridade sobre os demais envolvidos na produção da película. Eles buscavam mais horizontalidade nas relações de trabalho, e isso se transformou em uma premissa que impossibilitava a concretização dos projetos imaginados por Pedro.

Pedro, então, tornou-se voz dissonante no grupo, ao que se referia a perspectivas do tipo de audiovisual que se pretendia produzir. Diante do impasse, acabou por se desligar do coletivo. Com sua saída, o Nigéria abandonou os projetos de reportagem (que, em geral, eram encampados pelo integrante) e consolidou a estratégia de se concentrar em documentários e videoativismo para divulgação através da Internet. Essa postura foi incentivada pela forma como se foi dando a repercussão de seus vídeos, a começar pelo “Sucata de Plástico”, inicialmente pensado para festivais. “A gente descobriu uma distribuição paralela, que não foi muito

impulsionada pela gente, mas por pessoas que pegavam, se interessavam e passavam para outras e as outras foram vendo. E o vídeo se multiplicou”, conta Bruno⁵³.

2.3.2. O “*ser um coletivo*”

A decisão por trabalhar com documentários mais curtos e fazer coberturas audiovisuais de manifestações tem uma motivação diretamente atrelada à forma de organização que os integrantes do Nigéria queriam para o grupo. Eles possuem uma visão sobre o que é ser um coletivo bastante condizente com a definição feita por Migliorin (2012). O autor afirma que este tipo de agrupamento traz como característica uma relação entre os membros não institucionalizada por meio de contrato ou de uma posição na cadeia produtiva. Estes membros buscam uma horizontalidade na ação, rejeitando hierarquias, como afirma Bruno Xavier:

Pra mim, pra entrar nessa lógica [de produção de longas para cinema], a gente teria que entrar numa lógica de hierarquia. Que é uma lógica que a gente não vai, não vai mandar, não vai ter alguém dando ordens. A gente ainda não pode estabelecer uma ordem que não seja uma ordem horizontal, entendeu? Ela tem que ser sempre uma lógica de parceria, tanto com quem chama a gente pros trabalhos, quanto com quem a gente entrega. No cinema, a gente acha que isso não funciona. A figura do diretor é tal. A gente não quer essa figura. Os três juntos. Os três fazem. E aí não tem a figura de que você tem a casta menor. E castas, de algum modo, vai... a mim, me incomodava muito pensar a Nigéria dentro desse esquema”.⁵⁴

Esse posicionamento justifica a opção por se envolverem mais em projetos de curtas-metragens, que permitem que possam realizar um número bem maior de produções, diversificando mais o trabalho. Entretanto, isso não implica necessariamente em descartar documentários de longa-metragem. “Tipo o *Swingueira*⁵⁵, né? A gente tem um bom financiamento, para fazer um longa em um ano. Mas a gente não para pra fazer só isso, porque,

⁵³ Ibidem.

⁵⁴ Ibidem.

⁵⁵ *Swingueira* é o título provisório do documentário que o coletivo trabalha entre os anos de 2016 e 2017, com previsão de lançamento em 2018. O filme se propõe a investigar corpo, juventude e periferia no Nordeste, partindo do movimento de música e grupos de dança da “*swingueira*”, também chamado de “*pagode baiano*”, na Bahia, e “*muvcão*”, em Pernambuco.

sei lá, a gente não quer. E aí a gente fica fazendo o Swingueira, mas faz uma porrada de coisa ao mesmo tempo”, afirma Roger⁵⁶.

O Nigéria se afirma como uma produtora de audiovisual. Todavia, para além disso, os integrantes se veem como um coletivo. “A gente é uma empresa que teve que se constituir formalmente para tirar nota fiscal, mas a gente não se comporta como uma empresa porque a gente nega trabalho”, esclarece Yargo⁵⁷. De acordo com ele, o grupo segue uma linha editorial, um posicionamento político do qual afirmam não abrir mão. “E, por conta disso, não existem cargos aqui, somos nós”, completa⁵⁸.

A rotina de trabalho também é defendida por eles como um diferencial em relação às relações existentes em empresas formais do mercado de audiovisual. Nas reuniões em que discutem os projetos, informam não haver burocracias no processo. “Eu sempre estou deitado ali, dando a luz, sabe. A gente vai de pé descalço, tá ligado? A gente não age como uma empresa formal”, analisa Yargo⁵⁹, que já trabalhou em veículos de comunicação da cidade, mas diz não se ter adaptado a este esquema de trabalho. Para ele -- e tal posicionamento defende como comum entre os integrantes --, o trabalho não foi iniciado com o objetivo de ganhar dinheiro, mas de fazer algo que sentiam desejo de fazer.

Esse “ser um coletivo” os instigou a realizar trabalhos que não são remunerados, como é o caso das ações de videoativismo que já realizaram. Entre estas, está a cobertura do movimento popular que fez resistência, em 2013, à derrubada de árvores no Parque do Cocó⁶⁰ pela Prefeitura de Fortaleza para a construção de dois viadutos. O “Onze”, que trata das pessoas que foram assassinadas por policiais militares do Ceará no bairro de Messejana, na capital cearense, também é um destes. Realizado em parceria com o Coletivo Zóio, sem nenhum financiamento, o filme é apontado pelos integrantes do Nigéria como um dos que lhes deu mais satisfação pessoal. E, além destes, há o “Com Vandalismo”, longa produzido através da compilação das coberturas feitas por eles, em Fortaleza, das manifestações populares de junho 2013, que tomaram as ruas de todo o país. Este é tido como o filme que gerou mais retorno ao coletivo em termos de reconhecimento e repercussão, não só em Fortaleza, como no âmbito nacional.

⁵⁶ Entrevista concedida ao autor em 21/07/2016.

⁵⁷ Idem.

⁵⁸ Ibidem.

⁵⁹ Ibidem.

⁶⁰ O Parque Ecológico do Rio Cocó é um parque estadual localizado em Fortaleza. Território de conservação da vida natural, possui uma área de 11,552 km² e um dos maiores parques urbanos da América Latina e do mundo.

Yargo⁶¹ afirma que há uma vontade muito maior entre eles de trabalhar com movimentos sociais pelo fato de estes grupos se envolverem em pautas de transformação social, e não apenas naquelas ligadas a lucro, como, dizem, acontece nos grandes grupos empresariais de comunicação. “É isso que fez a gente sair do mercado formal e vir trabalhar com essa lógica”, justifica Yargo⁶².

Uma outra característica que associa o Nigéria ao conceito de coletivo trazido por Migliorin (2012) no que diz respeito ao intercâmbio com outros coletivos, com a natureza aberta dessas organizações a outros grupos. O curta-metragem “Onze”, já citado aqui, é um exemplo disso. O Coletivo Zóio, que produziu o documentário com conjunto com o Nigéria, é um grupo surgido no Curió, bairro pobre de Fortaleza, cuja ação é mais voltada para a fotografia, que é utilizada com o objetivo de ressignificar a imagem da Periferia. Por esta razão, eles não possuem muito conhecimento sobre edição de vídeos, que acabou sendo feita pelo Nigéria. Já as entrevistas, em sua maioria, foram feitas pelo Zóio. “O nosso *modus operandi* que a gente mais gosta é esse modo mais livre, é o modo colaborativo. É o modo que não existe hierarquias, em que todo mundo faz”, defende Yargo⁶³.

Essa ideia do trabalho em rede é uma das características fundamentais dos coletivos, segundo Migliorin, quando afirma o coletivo é um ponto na rede, mas também ele próprio uma rede, que, inclusive, cria potências que podem sair para compor novas redes. O que une esses diferentes grupos e indivíduos é uma utopia em comum, uma ideologia, um posicionamento político. No caso do Nigéria, as conexões se dão pelo compartilhamento de pautas relacionadas à transformação social, como já definiu Yargo⁶⁴. Situações diferentes destas são relegadas pelo grupo. “Se chegasse alguém pra falar: ‘Ó! Quero ganhar dinheiro’. Bicho, isso aí não rola, saca? Porque eu acho que isso tem a ver com o tipo de organização que a gente é, que faz da gente um coletivo”, defende o integrante⁶⁵. O dinheiro, aponta, vai surgindo com o reconhecimento e a credibilidade que eles forem construindo. Quando um documentário que traz a temática dos direitos humanos é lançado por eles, outros grupos que querem financiar um trabalho do tipo

⁶¹ Entrevista concedida ao autor em 21/07/2016.

⁶² Idem.

⁶³ Ibidem.

⁶⁴ Ibidem.

⁶⁵ Ibidem.

acabam procurando também. Isso faz com que, aponta Yargo⁶⁶, eles consigam se sustentar “sem abrir mão da veia política”.

O nosso capital é a nossa credibilidade. Se a gente perde a nossa credibilidade, a gente vai perder dinheiro, sabe? Se a gente um dia fizer uma campanha pro PT⁶⁷, fizer uma campanha pro PSDB⁶⁸, sei lá, a gente perde credibilidade. É por isso que é importante pra gente manter esse tipo de organização que a gente é. Sempre baseado em fazer coisas que estão ligadas em transformação social, diferente de um emprego. Lucrar, lucrar, sabe? E a gente não tem lucro, a gente só se paga e se sustenta, só isso, sabe?⁶⁹

Recusar trabalhos do PT e do PSDB, entretanto, não significa abrir mão de qualquer trabalho de linha partidária. Não somente os integrantes do Nigéria individualmente, mas o coletivo em si já realizou trabalhos, como a propaganda política para televisão, do PSOL. Yargo⁷⁰ defende que os trabalhos realizados pelo PSOL não são pelo partido em si, mas pelas pautas que este empreende, que vão ao encontro dos ideais do Nigéria. Ele diz que os integrantes do coletivo não são partidários, apesar de terem feito a campanha da sigla. “O PSOL é um partido que representa, de alguma maneira, os movimentos sociais. Tem o PSTU, mas que é mais ligado à classe operária. O PSOL, acho que ele tem uma pauta mais ampla, mesmo sendo um partido”, justifica.

É também dessa relação de rede, tanto com outros coletivos, como com organizações da sociedade civil e indivíduos envolvidos nas lutas de direitos humanos, que o Nigéria encontra as pautas que decide abraçar, que escolhe as temáticas que serão abordadas em suas produções audiovisuais.

A maioria dos temas que a gente trabalha são provocações externas dos espaços em que a gente está metido. Então, movimentos sociais, indivíduos, grupos, todos estariam, de certa forma, dentro de um guarda-chuva de militantes dos direitos humanos. Acho que dificilmente vem alguma coisa de fora disso, das organizações sociais, ONG's, movimentos.⁷¹

⁶⁶ Ibidem.

⁶⁷ Partido dos Trabalhadores (PT).

⁶⁸ Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

⁶⁹ Entrevista concedida ao autor por Yargo Gurjão em 21/07/2016.

⁷⁰ Idem.

⁷¹ Entrevista concedida ao autor por Roger Pires em 9/06/2016.

Estas provocações a eles feitas são realizadas pelos indivíduos ou grupos, pessoalmente ou via redes sociais. Além disso, destaca Roger⁷², algumas sugestões lhes são passadas em meio a manifestações e protestos dos quais fazem parte, tanto quanto militantes, como quanto jornalistas, através da cobertura do Nigéria. Ele⁷³ cita o curta “Faixa” (2017), que trata da atuação de três grupos cicloativistas⁷⁴ de Fortaleza (Ciclovidas, Ciclanas e Massa Crítica), em três ações simbólicas promovidas pelos mesmos na cidade. A pauta surgiu da participação do coletivo na cobertura de alguns atos da Massa Crítica e também de um debate sobre cidades no qual estiveram presentes a convite da Ciclovida. Através destas situações, ao conhecer esses atores da cidade e acompanharem os eventos que surgem, eles vão avaliando as sugestões de temas e percebendo o que está gerando repercussão e interesse público. É o embrião de um novo projeto. “A gente alia a sustentabilidade de uma produção com a vontade de querer falar, de querer vivenciar, pesquisar sobre o tema”, diz Roger.

2.3.3. A comunicação em busca da cidadania

A determinação por buscar, através de seus vídeos, narrativas que contribuam para a discussão dos direitos humanos parte de uma percepção de que a imprensa convencional não cria espaços igualitários de visibilidade às classes subalternas e que, assim, colabora com a preservação das desigualdades presentes na sociedade. Esta é uma discussão, por vezes, presente nos cursos superiores de Jornalismo e foi reforçada, no caso dos integrantes do Nigéria, pelo seu envolvimento nos movimentos sociais, ONG’s e, no caso de Roger e Yargo, também pela experiência prática no mercado, em grupos empresariais de comunicação. Tal pensamento compartilhado por eles dialoga com as afirmações de Canclini (2002), quando este assevera que, através de diversas pesquisas recentes, comprovou-se que o rádio e a televisão contribuem mais para reproduzir do que para alterar a ordem social. Estas até ouvem as vozes dissidentes, mas suas falas, aponta o autor, são editadas de forma a preservar o *status quo*.

⁷² Idem.

⁷³ Ibidem.

⁷⁴ Surgido no final da década de 2000, o cicloativismo é o ativismo político que defende o uso de bicicletas como meio de transporte nas cidades. Os grupos reivindicam direitos dos ciclistas e sua segurança nas vias públicas, pressionando as autoridades por este fim.

As considerações do autor são bastante válidas na análise da atuação do coletivo. Sabe-se hoje que as tais “balas mágicas”⁷⁵ citadas por Wright Mills ainda na década de 1930, na verdade, não existem. Desde a Teoria Hipodérmica, muito se avançou nas teorias da comunicação. Trazemos, portanto, este objeto de estudo à luz de um questionamento de Martín-Barbero (1997). Em vez de, como tanto se fez no passado, perguntar-se o que os meios fazem com as pessoas, o autor questiona: o que as pessoas fazem com os meios?

O coletivo, de certa forma, responderia ao questionamento de Martín-Barbero, pois sua existência é fruto de um posicionamento ativo no processo comunicativo. O receptor da mensagem não é somente o indivíduo que a recebe, mas aquele com capacidade de participar do processo de comunicação, empregando ao que foi dito suas próprias interpretações, construídas por meio do complexo espaço de experiências deste indivíduo.

O eixo do debate deve se deslocar dos meios para as mediações, isto é, para as articulações entre práticas de comunicação e movimentos sociais, para as diferentes temporalidades e para a pluralidade de matrizes culturais (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 258).

Partindo desta visão, podemos afirmar que, ainda que em condição de subalternizados, de minoria, os receptores de mensagens possuem um espaço interior de resistência, permitindo rechaçar discursos não reconhecidos por eles. “O receptor, portanto, não é um simples decodificador daquilo que o emissor depositou na mensagem, mas também um produtor” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 228).

Desta forma, as pessoas questionam os meios de comunicação e os discursos apresentados por estes. Esta pesquisa se propõe a se debruçar sobre este papel de protagonista no processo comunicativo dos movimentos populares, das minorias. Não somente como protagonistas na produção de sentido das mensagens midiáticas, como levanta Martín-Barbero, mas na produção de novas mensagens por meio de uma mídia alternativa, que se proponha a lhes permitir voz e visibilidade. Peruzzo (1998, p. 60) afirma que “os movimentos sociais forjam a cidadania e unificam os interesses e as lutas da população heterogênea”.

⁷⁵ A Teoria das Balas Mágicas, também chamada de Teoria Hipodérmica, baseia-se nas pesquisas sobre o efeito da propaganda e defende que o indivíduo é um átomo isolado que reage isoladamente às ordens e sugestões dos meios de comunicação de massa. Ou seja, a pessoa, ao se deparar com as mensagens desses meios, poderia ser manipulada e/ou controlada por elas.

“[...] Os movimentos ocupam um espaço cujas expectativas e reivindicações os canais vigentes não estavam conseguindo absorver, como aqueles relacionados às necessidades de moradia, de melhorias e de acesso a bens de consumo coletivo, às discriminações raciais e sexuais, às condições gerais de vida. Todavia, no decorrer do processo, também esses vão se fortalecendo como instrumentos de luta dos trabalhadores” (PERUZZO, 1998, p.54).

Para Peruzzo, a ocupação de espaços na sociedade de participação política, luta primordial dos movimentos populares, contribui para a construção da cidadania. Não sujeito ao controle governamental ou empresarial direto, o coletivo Nigéria defende uma comunicação vinculada à prática destes movimentos coletivos, como já analisado aqui. É esta experiência que faz com que o coletivo se encaixasse no conceito de imprensa alternativa, trazido por Peruzzo (2013), ao afirmar que esta mídia tem-se reinventado, passando daquele combate direto aos governos para uma preocupação maior com o exercício da liberdade de expressão em favor do interesse público.

2.3.4. Uma nova mídia para uma nova realidade

Pierre Lévy (1999), grande entusiasta da tecnologia, defende que a internet trouxe o fim da comunicação de “um para muitos” e deu início a uma nova era com a comunicação de “todos para todos”. Essa visão é reforçada por Castells (2013), que chama de “autocomunicação” esse uso da internet e das redes sem fio como plataformas da comunicação digital, permitindo essa comunicação de muitos para muitos. A utilização destas possibilidades pelos movimentos sociais permite, segundo o autor, dar uma dimensão bem maior de poder a eles, a ponto de Castells (2013, p. 28) afirmar que os movimentos sociais em rede podem ser os “arautos da mudança social no século XXI”.

Em nossa sociedade, o espaço público dos movimentos sociais é construído como um espaço híbrido entre as redes sociais da internet e o espaço urbano ocupado: conectando o ciberespaço com o espaço urbano numa interação implacável e constituindo, tecnológica e culturalmente, comunidades instantâneas de prática transformadora” (CASTELLS, 2013, p.20).

Ainda que não se caracterize, na verdade, como um movimento social, o Nigéria se relaciona diretamente com a análise de Castells, uma vez que sua produção está relacionada com as lutas e pautas dos movimentos populares. E, identificando-se como um coletivo de audiovisual, ele, assim como muitas outras experiências alternativas de mídia, utiliza-se destas novas oportunidades para ganhar seu espaço e, assim, criar ambientes de visibilidade às minorias. Estes atributos, conforme Gomes (2008), criam a zona propícia para que estes grupos subalternos possam ter voz:

[...] características próprias da Internet a convertem num ambiente de comunicação ideal para vozes que não costumam ser ouvidas no madrigal considerado socialmente relevante. Algumas dessas vozes estão fora do concerto por que pertencem a grupos, classes, povos etc. que são socialmente postos à margem dos fluxos predominantes da comunicação. (GOMES, 2008, p. 312)

A primeira vez que o Nigéria registrou essas vozes citadas por Gomes com a intenção de divulgá-las por meio da rede mundial de computadores foi com o vídeo “Posse da Nova Estiva” (2012)⁷⁶. O coletivo acompanhou uma ação de despejo, realizada em 18 de dezembro de 2012 por ordem da Justiça no bairro Serviluz, na zona leste de Fortaleza. O material, em formato de reportagem, destaca as falas das famílias de baixa renda que ocuparam o local em agosto do mesmo ano para fins de moradia e que alegam que havia abandono daquele espaço. O vídeo foi divulgado no Youtube seis dias após o despejo.

“Eu acho que foi um aprendizado também, porque, tipo, a gente botou muita energia nele [o vídeo], só que ele não teve tanto acesso, acho que foram uns 1200 [visualizações]. Isso daí foi, também, um negócio que a gente aprendeu: na verdade, a internet ela é um território diferente da TV”, analisa Yargo⁷⁷. Segundo ele, a motivação para o reduzido número de acessos, diante de todo o potencial que a Internet permite, foi o formato do vídeo. Para ele⁷⁸, é a ação que atrai os internautas. Após essa percepção, eles entenderam que era necessário fazer produções mais dinâmicas, para conseguir um maior retorno no meio digital.

“Por exemplo, a gente começou a bombar em 2013, porque tinha ação, velho, tá ligado? E a gente foi gravar um vídeo que era, tipo, chuva de gás lacrimogêneo... aí já tinha 13.000

⁷⁶ Reportagem pode ser acessada no Youtube através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=ZIHhArkbZdw>.

⁷⁷ Entrevista concedida ao autor em 21/07/2016.

⁷⁸ Idem.

visualizações, tá ligado?”, relembra Yargo⁷⁹. O vídeo citado refere-se à cobertura que o Nigéria fez das manifestações de junho de 2013, acompanhando o enfrentamento com a polícia na linha de frente e postando os vídeos logo em seguida. Foi a partir deste trabalho que o Nigéria ganhou maior repercussão na cidade, mostrando os eventos de uma maneira que não era encontrada na mídia convencional, até mesmo pela rejeição dos manifestantes em relação aos grandes meios de comunicação.

Essa reação negativa aos grupos empresariais de comunicação nos protestos foi registrada em todo o País. Na capital cearense, um carro de reportagem da TV Diário foi queimado e outro da TV Jangadeiro foi depredado durante manifestação no dia 27 de junho, próximo ao estádio Castelão. A saída para muitos veículos de comunicação foi registrar os acontecimentos à distância, de cima de prédios ou de dentro de helicópteros. Isto fez com que o Nigéria, por estar dentro da linha de frente dos combates, conseguisse imagens que retratavam, de forma mais fidedigna, os fatos. Essas imagens rapidamente se espalharam pela Internet e internautas passaram a seguir o coletivo pelas redes sociais para acompanhar os fatos.

De posse de todo aquele material audiovisual que conseguiram captar das manifestações, o coletivo o compilou em um documentário de longa-metragem que foi intitulado de “Com Vandalismo”. O vídeo foi divulgado no Youtube cerca de um mês depois das manifestações, em 26 de julho. Foi o primeiro documentário sobre as Jornadas de Junho a ser lançado no Brasil, o que fez com que os olhos da internet de todo o País fossem se voltando para o grupo. “Na época das manifestações, a gente tinha 300 curtidas no Facebook. Aí, eu acho que depois do ‘Com Vandalismo’, aumentou, assim, tipo pra 3.000”, relata Yargo⁸⁰. Eles[79]⁸¹ afirmam que, até então, não movimentavam sua conta na rede social. Não davam a ela a importância que hoje dão, quando já reconhecem o potencial de divulgação que ela possui.

O documentário “Com Vandalismo” é, até o presente momento, o que mais repercussão teve na história do coletivo, tendo sido exibido em diversas partes do país e tendo ganhado as páginas da imprensa, como as da Revista Piauí, Correio Braziliense, Catraca Livre e Jornal O Povo. O filme, que possuía 253 mil visualizações em março de 2017, chegou a ganhar o Prêmio Câmara Cascudo, do Festival de Cinema de Gostoso 2013 (Rio Grande do Norte).

⁷⁹ Ibidem.

⁸⁰ Ibidem.

⁸¹ Ibidem.

Desde de 2015, entretanto, eles concluíram que a melhor forma de divulgação dos vídeos é no Facebook, e não mais no Youtube. Ao longo desses anos, eles aprenderam não só onde é possível conseguir uma maior repercussão de seus vídeos na Internet, como também o formato que deve ser levado a ela.

O “Defensorxs”, por exemplo, que foi lançado em 2015, não se encontra de forma aberta na rede. O documentário longa-metragem -- o qual registra o cotidiano da luta de populações indígenas e LGBT, a ação de defensoras e defensores dos direitos à moradia e à justiça, e a resistência de comunidades tradicionais a megaobras do Estado -- só pode ser visto pela plataforma Vimeo, que, diferentemente do Youtube, permite aos administradores exigir senha para visualização. “O público da internet é muito disperso, e o Defensorxs é um filme de imersão, você precisa parar e assistir, tá ligado? E o que que a gente fez pra valorizar o filme? Falou: ‘oh, galera, quem quiser ver o filme, pede a senha’”, explica Yargo⁸².

E além do formato e da plataforma, eles perceberam que outro fator de valorização de seus filmes está no *timing*. O fato de divulgar um vídeo sobre uma pauta que está em forte debate na sociedade garante um maior interesse do público. Essa estratégia vem sendo seguida pelo coletivo nas suas últimas produções, aliada a uma outra preocupação: a qualidade estética dos vídeos, de imagem e de som. Isso faz com que os vídeos tenham uma divulgação maior do que aqueles feitos por câmeras digitais, que “formigam” na rede cibernética.

2.3.5. Imparcialidade? Não, militância

A tão falada e defendida imparcialidade no Jornalismo, termo que também pode ser substituído por neutralidade ou objetividade, é um valor-âncora nesta prática profissional e que vende aos receptores dos produtos midiáticos a ideia da verdade pura, da realidade “tal qual ela é”. Nos cursos de Jornalismo, aprende-se, hoje, que a imparcialidade deve ser uma busca, mas se compreende que a neutralidade total é inviável, inalcançável, posto que a produção de um texto, não importa se para uma mídia impressa, online, audiovisual ou radiofônica, é sempre um processo subjetivo. Apesar destas considerações, observam Miguel e Biroli (2010) que:

(...) os ideais de imparcialidade e objetividade permanecem em posição central na auto-imagem dos jornalistas, na constituição dos esquemas práticos de atribuição de valor a seu trabalho, na defesa desse trabalho diante das pressões internas e externas ao campo

⁸² Ibidem.

jornalístico e na construção de um referencial ético compartilhado pelos próprios jornalistas. (MIGUEL, L.F.; BIROLI, F, P.59, 2010).

Este breve preâmbulo é necessário para discutir a construção das narrativas do coletivo Nigéria e sua relação com os movimentos sociais. Como já mostramos anteriormente, o grupo é formado por jovens jornalistas e que, portanto, entraram neste debate sobre imparcialidade durante suas vidas acadêmicas. No início, e muito encabeçado por Pedro Rocha, o Nigéria realizou algumas produções jornalísticas, em formato de texto e em audiovisual para plataformas WEB.

Exemplo destas é a reportagem multimídia “Tem água para ver, mas não para beber”⁸³, que fala de comunidades com dificuldade de acesso à água e que vivem à beira do Canal da Transposição, uma das maiores obras de distribuição de recursos hídricos do Ceará. A reportagem foi feita através de microbolsas da Agência Pública⁸⁴, que, para a concessão destas, exige que os projetos sejam de jornalismo investigativo e que busquem temas pouco trabalhados nas mídias convencionais, ou um viés diferenciado em relação ao que é veiculado por elas.

A reportagem do coletivo segue os padrões convencionais ensinados e exigidos nas escolas de Jornalismo. Por mais que seja uma matéria de denúncia e que traga à tona atores que pouco ganham repercussão na mídia convencional, posicionamento que faz com que o grupo se diferencie dos grandes veículos de comunicação, a matéria, em seu formato e concepção, busca ouvir todos os lados envolvidos na questão. Também não apresenta um texto claramente opinativo, não se diferenciando muito de reportagens que podem ser encontradas em grandes veículos de comunicação do Brasil.

Com a saída de Pedro Rocha, o coletivo abandonou os gêneros jornalísticos de suas produções, focando-se apenas em documentários. Com esta mudança, também ficou mais claro o posicionamento que o grupo tomava ao narrar as histórias. Ainda que apresentem vozes que representem as classes dominantes e o *establishment* – e esse aspecto, até pela formação jornalística que possuem, foi mantido – são as vozes subalternas que ganham status de protagonistas nos vídeos. “A gente gosta de ouvir todos os lados. É a diferença aí de um

⁸³ Reportagem pode ser acessada no link:

<http://apublica.org/2013/07/tem-agua-para-ver-mas-nao-para-beber-seca-no-nordeste/>

⁸⁴ A Agência Pública, primeira experiência nacional de *crowdfunding* (financiamento coletivo) no jornalismo. Não ligada a partidos ou empresas, a agência busca realizar reportagens investigativas partindo do ponto de vista da população e fazendo um contraponto aos discursos da grande imprensa.

movimento social. Movimento social não gosta de ouvir todos os lados”⁸⁵, compara Yargo. Para ele, mostrar o outro lado, ou os outros lados, contribui para dar maior credibilidade ao material diante dos receptores do vídeo.

Roger Pires destaca, contudo, que há um tratamento diferente para cada lado, uma importância diferenciada entre as vozes subalternas e as dominantes. “Claro, a gente não dá o mesmo peso, até porque essas pessoas do Estado têm ao seu dispor uma estrutura de comunicação com a sociedade que é desleal, frente a quem tá ali numa comunidade, por exemplo, mas a gente tenta equilibrar”⁸⁶.

Um exemplo bastante evidente dessa tomada de posição é no documentário “Com Vandalismo”. Com o acirramento do enfrentamento entre manifestantes e policiais nos protestos de junho de 2013, alguns grupos, da parte dos civis, começaram a empreender danos a bens públicos e privados nas ruas. A grande mídia logo tratou de diferenciar duas classes entre aqueles que estavam ali para protestar: manifestantes e vândalos. O mote da narrativa do Nigéria era apresentar as Jornadas de Junho pelo viés destes “vândalos”, dos adeptos da tática *black bloc*.

Em meio à cobertura, um diálogo entre estes que praticam “vandalismo” e um dos repórteres chama a atenção:

- Tu é de alguma emissora?
- Não, é jornalismo independente.
- É isso que os meninos querem saber. A mídia gosta de passar coisas alienadas, e você é um jornalista e tem o dever de tirar essa imagem. Passar os dois lados.
- Não. A gente está desse lado...⁸⁷

A equipe não somente opta por contar a história por horizonte dos “vândalos”, mas também se envolve com estes, participando, inclusive, de forma ativa nas manifestações. Um dos integrantes do coletivo, Pedro Rocha, chega a sofrer ataque policial, levando um tiro de bala de borracha no olho. A cena é apresentada no documentário, que também mostra, em outra ocasião, o jornalista sendo detido pelos policiais.

Vemos aqui uma cobertura que se distancia do jornalismo convencional e envereda pelo *modus operandi* forjado pelo movimento Zapatista, no México, mais tarde aprofundado em

⁸⁵ Entrevista concedida ao autor em 21/07/2016.

⁸⁶ Entrevista concedida por Roger Pires a este pesquisador em 9 de junho de 2016.

⁸⁷ Transcrição de trecho do vídeo “Com Vandalismo”, disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=KktR7Xvo09s>.

Seattle, nos Estados Unidos, que é o videoativismo. É um trabalho evidentemente militante. O coletivo não só cobre os fatos, mas participa ativamente daquela luta que era empreendida ali nas ruas, sofrendo, inclusive, as mesmas consequências que sofreram os demais manifestantes que estavam tomando aquele espaço público.

É interessante destacar que até mesmo neste documentário, no qual a tomada de posição fica bastante clara, o coletivo ainda optou por mostrar outras vozes, dissonantes. “Inclusive os ditos ‘coxinhas’⁸⁸ gostaram do ‘Com Vandalismo’, porque a gente mostra muito ‘coxinha’, saca? A gente mostra muito a galera ‘Ah, isso aqui, nós é que somos verdadeiros manifestantes, não esses baderneiros aí com camisa... que tão pichando’”, comenta Yargo Gurjão.

⁸⁸ Coxinha é um termo pejorativo que passou a designar, no Brasil, pessoas de pensamento político conservador, de direita.

3. OS PROTAGONISTAS E SUAS BANDEIRAS DE LUTA

3.1. As minorias e o debate democrático

3.1.1. *Quem são as minorias?*

Marinalva morreu num daqueles dias de gravação. Por mais que não se duvidasse que fossem reais as denúncias de que havia um genocídio em curso em terras do Mato Grosso do Sul, divisa com Paraguai, não se esperava testemunhar uma dessas vidas sendo cruelmente ceifada. Pelo impacto do ocorrido, seria difícil o filme começar de outra forma. E assim este se inicia, em tom fúnebre: os integrantes da tribo seguem em caminhada, acompanhando o enterro de Marinalva, mais uma Guaraní Kaiowá assassinada no conflito que já se alastra por mais de uma década.

“Vocês estão tomando café-da-manhã na casa de vocês, tomando leite com sangue kaiowá”⁸⁹, afirma uma das lideranças da tribo indígena, no documentário Defensorxs, lançado pelo coletivo Nigéria em 2015. A primeira parte do filme trata da situação dos Guaraní Kaiowá em sua luta por território, em um longo conflito com latifundiários da região. Além de assassinatos, há relatos, em relação a esta tribo, de ameaças de morte contra líderes indígenas, trabalho escravo, desnutrição, remoções violentas e destruição de plantações e propriedades. O documentário é dividido em cinco capítulos, cada um mostrando um conflito distinto relacionado a ataques aos direitos humanos em uma das cinco regiões brasileiras. O capítulo em questão foi filmado em Dourados, no Mato Grosso do Sul.

Em um outro capítulo da produção audiovisual, é relatada a realidade da população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) na luta contra o preconceito e pela visibilidade na cidade de Curitiba, no Estado do Paraná. A narrativa conta a história da travesti Fernanda e a realização de seu sonho de ser rainha de bateria no carnaval. Mostra ainda atividades de Organizações Não-Governamentais que lutam pela garantia dos direitos dessa população.

Além destes dois relatos, Defensorxs apresenta ainda a realidade de ribeirinhos, no Norte do País, na resistência às obras da hidrelétrica Belo Monte, projeto do governo federal, e também

⁸⁹ Transcrição de fala do documentário Defensorxs.

a luta de pessoas do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MTST) por moradia na cidade de São Paulo. As duas primeiras histórias, sobre índios e a população LGBT, costumam ser vistas como lutas de “minorias”. Entretanto, a bibliografia nos mostra que, na realidade, todas essas histórias acima tratam de questões minoritárias.

O conceito de minoria é essencial à presente pesquisa, uma vez que é a partir das vozes minoritárias que partem todas as narrativas presentes nos documentários do coletivo Nigéria. Chaves afirmava, em 1970, que, na literatura sociológica, o termo “minoria” era frequentemente utilizado em dois sentidos:

Significa primeiro, mais amplamente, um grupo de pessoas que de algum modo e em algum setor das relações sociais se encontra numa situação de dependência ou desvantagem em relação a um outro grupo, "maioritário", ambos integrando uma sociedade mais ampla. As minorias recebem quase sempre um tratamento discriminatório por parte da maioria. (...) Segundo, exprime as denominadas "minorias nacionais", grupos raciais ou étnicos que, em situação de minoria, cointegram juntamente com uma maioria um determinado Estado. (CHAVES, 1970, p. 149)

Seguindo estas duas vertentes, os grupos indígenas enquadram-se como “minorias nacionais” e os demais estariam na primeira definição, como aqueles grupos em situação de desvantagem na sociedade. O autor aponta que o estudo das minorias só ganhou incremento a partir da Segunda Guerra Mundial. Nas décadas de 1930 e 1940, surgiram diversos trabalhos científicos sobre o tema, sendo a maioria deles relacionados a uma abordagem psicológica. “Em seguida, o interesse pelo problema contagiou de igual modo a sociologia e a antropologia, havendo evoluído nas últimas décadas farto material, a maior parte elaborada por cientistas sociais norte-americanos” (*Idem*, p. 151). Esse avanço nas pesquisas sobre o assunto nos Estados Unidos esteve diretamente relacionado à discussão das relações entre brancos e negros naquele país e entre a “maioria” americana e grupos étnicos que para lá emigraram.

Via de regra, minoria constitui um grupo quantitativamente inferior à maioria. Este é o caso dos japoneses no Brasil e dos negros nos Estados Unidos. Contudo, o autor reforça que a discussão sociológica de minorias leva em consideração, de forma mais relevante, outros fatores:

(...) a característica essencial desses grupos não se reduz a termos numéricos, e sim a certas feições estruturais básicas nas inter-relações maioria-minoria, como v.g. a relação de poder, de acordo com a qual se verifica uma superioridade da "maioria"

frente a uma minoria, inferior quanto ao poder. É notório nesse caso o exemplo da União Sul-Africana, onde impressionante minoria quantitativa branca domina e subjuga enorme maioria negra, impondo-lhe a política do *apartheid* e impingindo-lhe tôdas as normas de ação. Nesse caso, sociologicamente, a "minoria" são os negros, enquanto a maioria são os brancos, manipuladores do poder. (CHAVES, 1970, p. 149-150)

Chaves defende que “o fenômeno ‘minoria’ só se tornou possível ao longo da História humana com o aparecimento do Estado” (*Idem*, p. 150). Ele discorre que Estado é constituído por um povo que ocupa um determinado território com soberania perante outros grupos estatais. Todavia, esse povo dificilmente forma uma nacionalidade única, sendo, na verdade, uma agregação de diferentes grupos étnicos. Desta maneira, um desses grupos, ao se apropriar do poder, impõe suas características culturais sobre os demais e, assim, os subordinados constituem as minorias. “O poder estatal é, pois, o instrumento mais eficiente de que a maioria numa sociedade dispõe para subjugar as minorias integrantes da mesma sociedade” (*Ibidem*).

Assim, vê-se aqui que a questão de maioria e minoria não está mais relacionada a questões quantitativas, mas de poder, de dominação e de questionamento dessa dominação, termo este bastante repetido nas ideias de Habermas, que também trata desta discussão trazida por Chaves.

A leitura liberalista da autodeterminação democrática mascara, contudo, o problema das minorias “inatas”, que é percebido com maior clareza a partir do ponto de vista comunitarista, assim como do ponto de vista intersubjetivista da teoria do discurso. O problema também surge em sociedades democráticas, quando uma cultura majoritária, em exercício do poder político, impinge às minorias a sua forma de vida, negando assim aos cidadãos de origem cultural diversa uma efetiva igualdade de direitos. (HABERMAS, p. 164)

Habermas traz a essa discussão o fenômeno do feminismo, ainda que este não esteja relacionado a “cidadãos de origem cultural diversa”. “Embora o feminismo não seja a causa de uma minoria, ela se volta contra uma cultura dominante que interpreta a relação dos gêneros de uma maneira assimétrica e desfavorável à igualdade de direitos” (*Idem*, p. 238). Habermas diz que o feminismo não é uma causa de uma minoria no sentido quantitativo, mas que se torna, sim,

uma luta minoritária diante da condição subalterna da mulher nas sociedades contemporâneas ocidentais.

O parentesco do feminismo com as minorias étnicas e culturais está na luta pelo reconhecimento e contra a opressão, a marginalização e o desprezo impostos por uma cultura majoritária. “São todos eles movimentos de emancipação cujos objetivos políticos coletivos se definem culturalmente, em primeira linha, ainda que as dependências políticas e desigualdades sociais e econômicas também estejam sempre em jogo” (*Ibidem*).

Listz Vieira retoma essa discussão do Estado diante das minorias e afirma que, anteriormente, o conflito se dava entre os cidadãos e o Estado, entre este e o espaço privado, conforme uma visão tradicional. “Hoje, surge um novo tipo de conflito expresso nas lutas pelo reconhecimento. O Estado não protege mais os diferentes indivíduos. A diferença, nas sociedades multiculturais, torna-se a principal fonte de identidade” (VIEIRA, 2001, p. 233).

O autor traz a questão desta luta por reconhecimento como uma busca por cidadania no Estado-nação:

Na cidadania, onde todos são iguais, a igualdade é uma reivindicação normativa, como a liberdade ou a independência. Hannah Arendt dizia que os homens não nascem iguais, tornam-se iguais por conquista política. A igualdade significa não-discriminação com base em crenças religiosas, políticas, diferenças de gênero ou status social. (*Idem*, p. 234)

Vieira afirma que as minorias começam lutando por igualdade e que esta se trata de uma reivindicação democrática: “a cidadania requer igualdade e a visão republicana proclama que todos os habitantes têm direito à cidadania” (*Ibidem*, p. 235). Por outro lado, ele pondera que o tratamento igual é injusto num meio de desigualdade. Conforme ele, deve-se tratar como igual aqueles que no passado foram tratados desigualmente. Isso encerraria uma ideia de compensação pelas injustiças passadas.

“O tratamento igual perpetua a desigualdade. O tratamento preferencial expressa o reconhecimento de ser diferente” (*Ibidem*). Portanto, o reconhecimento seria sempre uma questão de luta. Assim como a cidadania: “Nunca será demais insistir que a cidadania não é uma essência, mas uma construção histórica, que está intimamente ligada às lutas pela conquista dos direitos do cidadão moderno” (*Ibidem*, p. 237).

3.1.2. Menor como aquele que não tem voz plena

Os protagonistas da websérie Cartas Urbanas são integrantes de comunidades periféricas que lutam pelo direito à cidade, por moradia digna e condições adequadas de vida. Estas comunidades englobam uma miríade de identidades, de jovens e idosos, negros e brancos, homossexuais e heterossexuais, diversos grupos que, dentro destas identidades coletivas, integrariam diferentes grupos, por vezes minoritários, por outras, majoritários. Mas estas particularidades não são o foco da discussão na websérie. O que entra em jogo é a condição subalterna que une todas esses seres particulares numa única luta.

Muniz Sodré levanta esse debate recorrendo ao conceito de “devir minoritário” de Deleuze e Guattari, isto é, a minoria não constitui, na verdade, um sujeito coletivo absolutamente idêntico a si mesmo e numericamente definido. Minoria é vista como “um fluxo de mudança que atravessa um grupo, na direção de uma subjetividade não capitalista. Este é na verdade um ‘lugar’ de transformação e passagem” (SODRÉ, 2005, p. 12).

Muniz Sodré traz a discussão do conceito à condição de ter ou não voz. “Em Kant, maioridade é *Mündigkeit*, que implica literalmente a possibilidade de falar. *Münd* significa boca. Menoridade é *Unmündigkeit*, ou seja, a impossibilidade de falar. Menor é aquele que não tem acesso à fala plena” (SODRÉ, 2005, p. 11).

(...) a noção contemporânea de minoria – isto que aqui se constitui em questão – refere-se à possibilidade de terem voz ativa ou intervirem nas instâncias decisórias do Poder aqueles setores sociais ou frações de classe comprometidas com as diversas modalidades de luta assumidas pela questão social. Por isso, são considerados minorias os negros, os homossexuais, as mulheres, os povos indígenas, os ambientalistas, os antineoliberalistas, etc. (SODRÉ, 2005, p. 11-12)

Os personagens do Cartas Urbanas lutam por moradia e por reconhecimento. As suas reivindicações não reverberam na esfera pública, hoje midiaticizada. A luta que empreendem não ganha destaque nos jornais, no noticiário televisivo, não é conhecida pela maior parte da população. A voz deles não é ouvida. Desta forma, o reconhecimento de suas bandeiras como válidas enfrenta ainda maior dificuldade, por não ter o apoio da população como um todo. Analisados deste viés, os moradores das seis comunidades retratadas nos episódios da websérie Cartas Urbanas compõem minorias, que disputam pelo seu espaço de voz.

Para Sodré, o lugar “minoritário” é o ambiente que polariza turbulências, conflitos e fermentação social. “O conceito de minoria é o de um lugar onde se animam os fluxos de transformação de uma identidade ou de uma relação de poder. Implica uma tomada de posição grupal no interior de uma dinâmica conflitual” (*Idem*, p. 12).

Sodré, então, enumera as características básicas de uma minoria. A primeira delas, conforme o autor, é a vulnerabilidade jurídico-social. O fato de o grupo minoritário não ser institucionalizado pelas regras do ordenamento jurídico-social vigente o coloca em condição de “vulnerável”, diante da legitimidade institucional e diante das políticas públicas. Desta maneira, ele luta pelo reconhecimento societário de seu discurso.

Outro aspecto é o que ele chama de “identidade *in statu nascendi*”, ou seja, a condição da minoria como uma entidade em formação que se alimenta da força e dos ânimos dos estados nascentes. O terceiro atributo é a luta contra-hegemônica. Ou seja, as minorias lutam pela redução do poder hegemônico, ainda que sem a pretensão de tomada do poder pelas armas.

A quarta e última característica seriam as estratégias discursivas. “Estratégias de discurso e de ações demonstrativas (passeatas, invasões episódicas, gestos simbólicos, manifestos, revistas, jornais, programas de televisão, campanhas pela internet) são os principais recursos de luta atualmente” (SODRÉ, 2005, p. 13).

Segundo Sodré, essa noção de minoria tem ganhado espaço diante da crise contemporânea do espaço público, que, cada vez mais, vai perdendo a identidade com a esfera estatal e se afastando do social. E finaliza: “É no capítulo da reinvenção das formas democráticas que se deve inscrever o conceito de minoria” (*Idem*, p. 14).

Torna-se, portanto, necessário trazer uma breve discussão sobre democracia para compreendermos melhor o debate sobre minorias.

3.1.3. Minorias e democracia

Como discutimos no início deste trabalho, a luta primordial das minorias é por reconhecimento. É a partir deste que os grupos minoritários podem partir para a reivindicação de seus direitos. E, no instante em que se discute a aquisição deles, discute-se, necessariamente, o papel do Estado. Silveirinha (2005) traz, portanto, a discussão das minorias para o debate sobre democracia, partindo do princípio em que vivemos em um Estado democrático de direito e que,

por esta condição, o reconhecimento de garantias constitucionais que possam trazer condições de igualdade a grupos subalternos precisa passar pelo debate democrático.

A autora inicia a discussão reforçando o entendimento de que o sujeito coletivo da vida social não é uma entidade una e estável. Abandonando-se os sujeitos macro-históricos, portanto, emergem os grupos minoritários, que passaram a se constituir no espaço público democrático por meio de suas reivindicações políticas relacionadas à sua diferença e à sua representação nos destinos coletivos. Esse questionamento levantado pelas minorias deve ser respondido pela democracia:

Sendo a democracia uma forma de lidar com os desacordos entre cidadãos que partilham uma só sociedade, mas não uma só cultura, ou um só sentido do que deve ser feito em matérias que mutuamente os afetam, a proliferação e complexificação das sociedades em termos da diversidade que as habitam coloca novos problemas. Torna-se necessário saber de que forma a democracia pode respeitar as diferenças não só não as marginalizando, como se tornando, pelo contrário, mais inclusiva. Para os cidadãos fazerem sentido da democracia, as decisões têm de ser percebidas como representando de uma forma justa os interesses de todas as partes afetadas e não apenas das que podem constituir uma maioria. (SILVEIRINHA, 2005, p. 41)

O desafio das democracias contemporâneas é, desta maneira, por um lado, reconhecer a diversidade dos indivíduos, observando seus marcadores identitários, como raça, gênero, idade ou cultura, e, por outro, “desenvolver formas de lidar com os processos de exclusão gerados pela concentração de poder e pela impossibilidade de acesso a formas de participação na vida coletiva que tenha justamente em conta essas diferenças” (*Idem*, p. 41-42).

Essa ação democrática deve se dar por meio das “políticas de identidade”, ou “políticas de minorias”, que traduzem as ideias de diferença e reconhecimento. Para isso, é necessário progressivamente descentrar a política pensada com foco nos grandes sujeitos históricos, tais como nação e classe, para o âmbito da diferença cultural, movimento que se apresenta como necessário dentro de sociedades multiidentitárias, para que as minorias possam ser respeitadas e garantam sua participação ativa na sociedade.

Feito este preâmbulo, Silveirinha parte para o debate de democracia deliberativa, noção cujas bases foram estabelecidas por Joshua Cohen, o primeiro a definir em detalhe as

características de um procedimento deliberativo para a tomada de decisão política, e Jürgen Habermas, que o fez anteriormente, mas de forma indireta, por meio de suas teorias de espaço público⁹⁰ e da comunicação. O conceito de democracia deliberativa traz, com o termo “deliberação”, uma abertura para o tema das identidades minoritárias dentro do espaço de debate democrático.

O objetivo da “democracia deliberativa” constituiu-se, em alternativa, uma forma de explorar as formas de diálogo democrático que possam transformar as compreensões que os participantes têm de si mesmos, dos seus interesses e dos interesses dos outros, e dessa forma criar as bases legítimas para um consenso democrático em torno das reivindicações em questão. (*Ibidem*, p. 43)

Este entendimento faz frente à ideia de “democracia majoritária”, na qual os membros de uma sociedade são governados pela vontade de uma maioria. Como o debate sobre democracia deliberativa não se esgotou, a autora traz e problematiza algumas teorias sobre ela e que apresentam, em comum, a tentativa de reconstruir um padrão de equidade comunicativa. A garantia da voz a grupos subalternos, desta forma, é tida como a realização do intuito desta democracia deliberativa.

Se, no espaço público, a cultura tende a ser a dominante e centrada sobre si própria, a tendência é de que as minorias sejam empurradas para as margens. A deliberação, trazendo a ideia de democracia participativa, propõe-se a ser uma forma de atrair essas margens. Todavia, a questão que se coloca “é saber como lidar com as diferentes formas pelas quais as relações de poder distorcem a deliberação e como compensar a desigual capacidade daqueles que desejam entrar no fórum, nomeadamente as minorias” (*Ibidem*, p. 50-51).

Silveirinha traz pontuações feitas por Iris Marion Young sobre essa noção de democracia deliberativa. Conforme esta última, no sistema proposto por Cohen e Habermas, ao privilegiar uma cultura de argumentação racional, ficam de fora do espaço público aqueles que podem não

⁹⁰ A autora traz o conceito de espaço público em Habermas como uma nova forma de relação com o poder estabelecida com a ascensão da burguesia e que consiste no espaço de debate, diferenciado do Estado, em torno do conteúdo moral das diferentes relações sociais. Silveirinha acrescenta a discussão mais recente trazida por Nancy Fraser de que o espaço público não é unitário e que deve ser entendido como uma política de “arenas discursivas paralelas onde todos os membros de grupos sociais subordinados inventem e circulem contradiscursos para formular interpretações oposicionais às suas identidades, interesses e necessidades”. (Fraser, 1994, p. 123 *Apud* Silveirinha, 2005, p. 49).

possuir a educação ou o vocabulário exigido para o argumento abstrato. Young propõe, então, “dar voz aos grupos marginalizados através de mecanismos especiais de representação por forma a ajudar a contrariar o estatuto dominante e as hierarquias culturais” (*Ibidem*, p. 56).

Young apresenta o conceito de justiça inclusiva, na qual é necessário combater todas as formas pelas quais essa inclusão pudesse ser impedida. Conforme ela, “o desafio de uma teoria da democracia baseada na discussão é explicar como se podem aplicar as suas normas e valores às políticas de massa, em que as relações entre os membros são mediadas de forma complexa e não em situações de face a face” (YOUNG, 2000, p. 45 *Apud* SILVEIRINHA, 2005, p. 56). Young fala, portanto, de “democracia comunicativa” em vez de “democracia deliberativa”.

A noção de buscar mecanismos de representação para dar voz às minorias dentro do atual espaço público, que não é mais mediado por relações face a face, faz-nos associar à atividade realizada pelo coletivo Nigéria por meio de seus vídeos. Na websérie Cartas Urbanas, são entrevistadas pessoas simples e que não partilham do mesmo linguajar comunicativo daqueles em situação dominante e que detêm o controle sobre os meios políticos, econômicos e das empresas de comunicação. São falas de donas-de-casa, jovens, de um catador de lixo, de um autônomo que luta pelo registro de sua moradia em área de ocupação, ou seja, de grupos que não corresponderiam às expectativas da deliberação racional, que prioriza o discurso afirmativo e confrontacional, formal e lógico, imparcial e sem corpo, conforme Young.

Ao apresentar a realidade vivida pelas minorias por meio de imagens que atestam visualmente as dificuldades enfrentadas por estes grupos, juntamente com os seus discursos, supomos que o Nigéria estaria contribuindo com essa “democracia comunicacional” defendida por Young, ainda que não façamos aqui um debate sobre o impacto dessas produções na esfera pública (o impacto estudado é sobre grupos bem mais restritos). Independentemente disso, há nestes vídeos a preocupação em incluir uma representação e, incluso, uma participação direta dos grupos em desvantagem – destaque-se que, no vídeo, são as próprias minorias que falam, que apresentam seus pontos de vista por meio de sua voz e seu corpo –, por meio de “recursos adicionais” reivindicados pela autora e que, neste caso, seriam os recursos audiovisuais.

Complementando essa ideia, Silveirinha afirma, com base em Young, que “para facilitar a participação de vozes múltiplas na tomada de decisão, há que permitir múltiplas formas e estilos de comunicação, num processo aberto, sem resultados pré-determinados, pelos quais as opiniões, preferências e perspectivas são transformadas” (SILVEIRINHA, 2005, p. 58-59).

Por mais que a visão de Young seja criticada por outros autores, a exemplo de Nancy Fraser, para quem não se deve insistir somente no reconhecimento, mas na importância das lutas contra a injustiça ancoradas na economia política da sociedade, a perspectiva da primeira autora nos interessa aqui por trazer à discussão democrática a perspectiva da comunicação, que é a linha de análise que perpassa nosso objeto de estudo. Fraser centra sua discussão mais nas pré-condições materiais, hierárquicas, que permitirão à razão comunicativa ter um verdadeiro impacto sobre as questões de justiça. Ou seja, a preocupação, antes de tudo, deve ser a de dirimir as desigualdades sociais. Contudo, Silveirinha busca harmonizar as duas visões analisando que ambas seguem o princípio de que é necessário pensar as injustiças em torno das identidades mediante a comunicação no espaço público:

A forma como este [o espaço público] pode integrar os requisitos de articulação das diferenças proporciona respostas diversas, mas trata-se, nos modelos analisados, de reafirmar a necessidade de tentarmos resolver as nossas disputas em arenas discursivas diferenciadas que, estabelecendo a prioridade da comunicação, sejam devidamente apoiadas por bases sociais, econômicas e políticas que contrariem o acesso desigual aos recursos culturais e materiais dos grupos minoritários que sofrem os efeitos de opressão e isolamento. (*Idem*, p. 68).

3.1.4. A mídia como o latifúndio a ser ocupado

É a partir dos anos 1950, e de forma crescente, que, instigado por novos movimentos sociais, o espaço público é ocupado com diferentes bandeiras de luta, por novas reivindicações que não somente aquelas de ordem político-econômica. A disputa de grupos subalternos não se resume, portanto, à luta de classes, conforme aponta Barbalho (2005):

São as minorias (sexuais, religiosas, étnicas etc.) que implodem o cenário social com suas bandeiras político-culturais, exigindo do Estado não só seguro-desemprego, assistência social e serviços públicos, mas também o reconhecimento de suas diferenças, de suas singularidades, de suas identidades. (BARBALHO, 2005, p. 29-30)

Diante do Estado, portanto, surge a obrigação de dar conta de um princípio democrático que, conforme Habermas, deve elaborar-se a partir de um sistema de direitos que incorpore “não só objetivos políticos gerais, mas também objetivos coletivos que são confirmados nas lutas pelo reconhecimento” (HABERMAS, 1998, p.141-142 Apud BARBALHO, 2005, p. 34).

Segundo Barbalho, as políticas da diferença trazidas por estas minorias exigem novas políticas de cultura e põem em cheque o funcionamento dos Estados, seja qual for a orientação política destes. Por cultura, o autor refere-se ao “sentido antropológico de organização simbólica da vida que se exprime tanto em bens materiais, tangíveis, como imateriais, intangíveis” (*Idem*, p. 30). Para ele, de um lado, os grupos minoritários necessitam afirmar suas diferenças e, de outro, “exigem que o direito de exercer sua singularidade não implique, na prática, em desigualdades (sociais, políticas, econômicas e éticas)” (BARBALHO, 2005, p. 30).

O autor vale-se de ressalva de Renato Ortiz (1999) de que sob o termo “minorias” encontram-se, na realidade, minorias qualitativamente diferentes. Por esta razão, pela necessidade de perceber essas diferenças, Barbalho decide usar o termo sempre no plural: minorias. Aqui, acompanhamos este posicionamento.

Essa política de reconhecimento das diferenças é também destacada por Canclini (2008) dentro de sua discussão sobre cidadania e os novos sentidos que o termo tem recebido: “Também na América Latina a experiência dos movimentos sociais está levando a uma redefinição no que se entende por cidadão, não apenas em relação aos direitos à igualdade, mas também em relação aos direitos à diferença” (CANCLINI, 2008, p. 36). De acordo com ele, os direitos são algo que se constrói e muda com as práticas e discursos. “A cidadania e os direitos indicam o estado da luta pelo reconhecimento dos outros como sujeitos de ‘interesses válidos, valores pertinentes e demandas legítimas’⁹¹” (*Idem*).

Mediante essa discussão de cidadania e o reconhecimento desses grupos minoritários, é hoje impossível, para Barbalho, descartar o espaço da mídia eletrônica e sua telepresença no fazer político. Para ele, um dos pré-requisitos para que as discussões a favor do reconhecimento encontrem ressonância é a sua presença nas estruturas de comunicação. Isso porque:

Nos dias de hoje, contudo, o campo da comunicação, e especificamente a midiática (ou seja, mediada por um aparato técnico-social), não só alcançou sua autonomia como passou a mediar todos os outros campos sociais. Nesta “Idade Mídia”, a comunicação deixa de ser mero instrumento da política e impõe sua própria gramática com a qual os políticos têm que negociar. (BARBALHO, 2005, p. 35)

⁹¹ O autor faz referência a Vera da Silva Telles, em *Sociedade civil e a construção de espaços públicos* [In: DAGNING, Evelina (org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São paulo: Braziliense, 1994. P. 91-92).

A partir desta análise, Barbalho questiona se não seria a mídia “o lugar” por excelência da luta minoritária. Ele, ancorando-se em Charles Taylor (1998) e em Habermas (1998), defende que “a identidade resulta do caráter dialógico, do contato intersubjetivo entre os seres humanos” (*Idem*, p. 36) e que, por conta disso, é possível perceber a importância dos meios de comunicação de massa para a constituição e o reconhecimento das diferenças minoritárias. Perante essa importância, ele questiona o fato de a mídia, ou a indústria cultural de forma mais ampla, dificilmente ter se tornado objeto de políticas públicas.

Essa necessidade do acesso aos meios de comunicação é reforçada também por Raquel Paiva (2005), que cita inclusive o surgimento das “minorias flutuantes”, expressão criada pela autora para designar a natureza de alguns grupos minoritários que produzem suas formas de atuação em sintonia com o ambiente midiático: o objetivo das ações é muito frequentemente o aparecimento na mídia. “O que parece tornar-se decisivo é a compreensão também por parte dos movimentos sociais de que hoje o ambiente midiático define de maneira decisiva sua forma de atuação” (PAIVA, 2005, p. 18).

Para a autora, esse comportamento se explica pelo fato de que “a mídia responsabiliza-se hoje por todas as mediações culturais, é ela que regula a relação do indivíduo com o mundo e seus pares” (*Idem*, p. 16). Canclini também entra no debate acenando para o fato de que o público recorre à mídia desiludido com as burocracias estatais, partidárias e sindicais, buscando naquela o que as instituições cidadãos não proporcionam: serviços, justiça, reparações ou simples atenção (2008, p. 39)

Retomando Barbalho, este reforça que, se a busca das minorias é pelo direito de ter voz, de falar e ser ouvida, ocupar a mídia seria, portanto, a tarefa primordial da política de diferença, uma vez que é a mídia que detém, nos dias de hoje, o maior poder de fazer existir socialmente os discursos. Desta forma, segundo ele, a cidadania para as minorias começa com o acesso democrático aos meios de comunicação. E indaga: “Afim, não seria o monopólio midiático o latifúndio contra o qual os ‘sem-voz’ deveriam lutar?” (*Ibidem*, p. 38).

Acrescentamos aqui que, assim como o coletivo Nigéria, que traz uma comunicação mais voltada para a voz destas minorias, diversas outras experiências de práticas comunicativas são encontradas em Fortaleza, no Ceará, no Brasil e no mundo, nas quais se busca furar este bloqueio imposto pela mídia empresarial aos grupos subalternos. São experiências que buscam trazer visibilidade e auto-estima a esses grupos. Não formam um latifúndio, mas são pequenos e

diversos espaços em que minorias conseguem “plantar” seus posicionamentos. E são ambientes necessários, vitais para a luta minoritária e que compõem o longo e árduo processo rumo à democratização da comunicação. Enquanto o latifúndio não é ocupado, muitas outras brechas vão sendo criadas e novos espaços de participação popular na comunicação vão sendo garantidos.

Destes novos espaços, iremos trazer aqui as discussões presentes na websérie Cartas Urbanas. Daremos, nos tópicos seguintes, foco em duas localidades, referentes aos dois episódios da websérie escolhidos para esta pesquisa: o Fronteira Esquecida, que trata do Grande Bom Jardim, e o Vazio Ocupado, o qual apresenta a luta da comunidade Raízes da Praia. Iremos apresentar brevemente a situação problemática pela qual os moradores destas regiões passam por meio de dados oficiais do poder público e de trabalhos acadêmicos produzidos sobre estas localidades, mas daremos mais importância a como estes mesmos moradores analisam sua própria realidade. As vozes ouvidas por este trabalho são as mesmas que participaram da websérie.

3.2. Desafios e lutas no Grande Bom Jardim

3.2.1. Antigos (mas atuais) problemas de uma zona esquecida

Se fosse um município, o Grande Bom Jardim (GBJ) seria o terceiro maior do Estado do Ceará em densidade populacional, com mais de 204 mil habitantes distribuídos em mais 56 mil unidades habitacionais, conforme o Censo de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁹². A região é formada por cinco bairros oficiais da capital cearense: Bom Jardim, Canindezinho, Granja Lisboa, Granja Portugal e Siqueira.

Pobre e periférica, a região se originou de ocupações irregulares e, posteriormente, de assentamentos e loteamentos populares. Estes bairros foram sendo ocupados, entre as décadas de 1970, 1980 e 1990, especialmente, por populações que migraram do sertão e do litoral cearense, em busca de oportunidades de emprego e condições e mínimas de moradia. Quando chegaram,

⁹² Dados podem ser encontrados na base online do IBGE, no Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), na localização Resultados do Universo - Características da População e dos Domicílios. Para verificação, acessar: <http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010universo.asp?o=7&i=P>.

“as condições básicas de infraestrutura dos bairros eram inexistentes, ou mesmo hoje, ainda estão distantes dos parâmetros consagrados em convenções políticas e jurídicas como básicos e mínimos existenciais” (CARLOS, 2014, p.31-32).

Ao longo dos anos, a região foi acumulando uma série de problemas estruturais que não foram solucionados pelo Município ou pelo Estado, o que explica as precárias condições de habitabilidade atuais. A sua localização geográfica também se configura como um problema para as políticas públicas, conforme analisa Carlos (2014):

Os bairros do território GBJ são localizados na Secretaria Executiva Regional V, situado na região sudoeste de Fortaleza. Como região periférica da cidade, GBJ caracteriza-se por ser uma franja peri-urbana, tendo conflitos de limitação intermunicipal nos bairros Siqueira e Granja Lisboa, com os respectivos municípios da Região Metropolitana de Fortaleza, Maracanaú e Caucaia. Esse fator interfere diretamente no provimento das políticas públicas e no acesso a equipamentos e serviços que realizam os direitos sociais básicos. (CARLOS, 2014, p. 26).

Com a implantação de diversos conjuntos habitacionais na área ao longo dos últimos anos, o Grande Bom Jardim viu a demanda por serviços públicos se multiplicar. A questão, inclusive, é discutida pela professora de Arquitetura e Urbanismo da UFC, Clarissa Freitas, no episódio Fronteira Esquecida da websérie Cartas Urbanas:

É uma área já com deficiência de infraestrutura e equipamentos, que tem recebido uma demanda maior que tem pressionado as redes existentes que já eram deficientes, de mobilidade, inclusive. É o caminhão do lixo que não entra porque as vias são pequenas e agora está se produzindo muito mais lixo lá. É o esgoto, o ônibus, não se amplia a linha do ônibus”.⁹³

O Grande Bom Jardim é um símbolo da pobreza e do descaso do Poder Público em Fortaleza. Estudo divulgado em 2012 pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece)⁹⁴ mostra que os cinco bairros que compõem esta região se colocam no ranking dos 10 mais pobres da Cidade. Enquanto a renda média mensal das pessoas com 10 anos ou mais que moram no bairro Meireles, primeiro colocado na lista, era de R\$ 3.659,54, no Canindezinho, antepenúltimo no ranking, era de apenas R\$ 325,47, isto é, 11 vezes menor.

⁹³ Transcrição de fala do episódio Fronteira Esquecida, da websérie Cartas Urbanas, disponível no link: <https://vimeo.com/album/3893619/video/162528659>.

⁹⁴ Estudo pode ser conferido no link: <http://www.ipece.ce.gov.br/informe/informe%2042-ultimaversao.pdf>.

Figura 5: Rua do Grande Bom Jardim



Fonte: reprodução da websérie Cartas Urbanas, do coletivo Nigéria.

Essa pobreza se reflete nos índices de violência na região. O GBJ é uma área estigmatizada pelo número sempre elevado de homicídios, especialmente entre jovens. Dominados pelo tráfico de drogas, estes bairros sofrem com o extermínio diário de sua juventude. O pesquisador Caio Anderson Carlos (2014) realizou dissertação na qual reúne dois bancos de informações, sendo um sobre a produção acadêmica que trata do Grande Bom Jardim e outro sobre a cobertura dos jornais impressos nos anos de 2003 a 2013, nos jornais O Povo e Diário do Nordeste, do Estado do Ceará. Sobre os resultados, aponta:

A associação a lugar perigoso, violento e as narrativas de crime é um dos principais referentes discursivos sobre Grande Bom Jardim, responsável pela atenção pública do território, como também pela conexão entre os discursos do estado, da academia e da mídia. Internamente, projetou imputações e demarcações morais nos mapas e fronteiras entre ‘comunidades / favelas / bairros’ e seus moradores, como também cimentou estigmas, desprestígios e indignidade territorial. (CARLOS, 2014, p. 33-34)

Juntamente com a pobreza e a violência, a população do Grande Bom Jardim convive com uma série de problemas de infraestrutura, com destaque para a falta de saneamento básico em diversos territórios.

Figura 6: Rua da comunidade Nova Canudos, no GBJ



Fonte: reprodução da websérie Cartas Urbanas, do coletivo Nigéria.

A juventude também reclama da falta de políticas públicas para este segmento da sociedade, que poderiam contribuir para a redução dos índices de marginalidade no território. Carlos (2014) destaca que esta miríade de problemas encontrados nesta região contribui para gerar um cenário de enorme vulnerabilidade para a população local:

A vasta desproteção de um assentamento humano considerável na conformação de uma metrópole, como do GBJ para Fortaleza e sua região metropolitana, em relação às garantias de trabalho, saúde, saneamento ambiental, educação, a situação e qualidade das moradias, como o inter cruzamento desse contexto com a insegurança em relação à integridade física e as garantias de segurança, produzem uma cena de hipervulnerabilidade (...). (CARLOS, 2014, p. 31)

“Viver em risco” é como o autor define a realidade do cotidiano dos moradores desta região. Diante de tantas adversidades, a população destes cinco bairros é reconhecidamente ativa em mobilizações sociais. O envolvimento dos moradores destes cinco bairros em movimentos sociais remonta aos períodos iniciais da ocupação da região. Desamparados pelo Poder Público, estes sujeitos começam a se organizar por meio da Igreja Católica, em uma época que, dirigida pelas ideias da Teologia da Libertação⁹⁵, esta envolvia-se na luta das classes subalternas por condições dignas de vida. Como aponta Almeida (2014):

⁹⁵ Corrente surgida na década de 1960 como um movimento teológico que pretendia adequar a Igreja Católica latino-americana à sua realidade social e cultural. “O paradigma para essa nova prática pastoral foi o Concílio

O tecido social do Grande Bom Jardim é composto de organizações associativas que tem como líderes de seus quadros de associados moradores locais formados pelos movimentos comunitários de base pastoral, animados pelas congregações missionárias, eclesiais e progressistas, que estiveram, enquanto representantes da igreja católica, à frente das paróquias da periferia entre 1981 e 1996. No caso do Grande Bom Jardim, estes moradores associados emanaram das camadas populares, tiveram formação política e ocuparam lugares de lideranças pela força da contingência local. Depois de desmantelada a estrutura progressista da igreja católica na condução das áreas pastorais das paróquias das periferias urbanas e rurais do Brasil, esses moradores foram responsáveis pela criação e pelo fortalecimento das Organizações Não Governamentais ainda hoje atuantes no Grande Bom Jardim (...) (ALMEIDA, 2014, p. 78).

Entre estas organizações, destacam-se o Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS)⁹⁶ e a Rede de Desenvolvimento Sustentável do Grande Bom Jardim (Rede DLIS), entidades nas quais dois dos personagens entrevistados nesta pesquisa já se envolveram ou ainda estão envolvidos. A primeira surgiu em 1994, proveniente da ação de grupos e pessoas advindas das Comunidades Eclesiais de Base. A organização trabalha na denúncia das violações de direitos, tendo se concentrado na defesa do direito à educação de crianças e adolescentes, na organização comunitária e na formação em direitos humanos. “(...) o CDV foi um ente que necessitou se institucionalizar para mediar as relações entre os variados movimentos existentes e atuantes na região, dentre eclesiais e populares, com ligações religiosas, partidárias e sindicais” (*Idem*, p. 141). Conforme o autor, o CDVHS funcionou inicialmente como um balcão de informações, que orientava a população no acesso ao serviço burocrático do Estado. Em seguida, estruturou sua intervenção institucional no setor da educação.

Vaticano II, em 1962, a II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano em Medellín, na Colômbia, em 1968, e a III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano em Puebla, no México, em 1979.

A partir do Concílio Vaticano II e das II e III Conferências do Episcopado Latino-Americano, houve uma ruptura da Igreja latino-americana com a teologia tradicional, de mentalidade colonizadora. “Podemos dizer que a Igreja passou a identificar-se com as camadas subalternas latino-americanas, que eram fustigadas em sua realidade social e econômica pelo capital” (NUNES, 2014, p. 16).

⁹⁶ Organização não governamental que trabalha junto a comunidades carentes na promoção dos direitos humanos, capacitação para a cidadania, programa de renda mínima, assistência à criança e ao adolescente, educação, cultura e conscientização política.

Já a Rede DLIS é resultado da articulação do CDVHS. De acordo com documento⁹⁷ produzido pelos próprios integrantes, a rede:

é uma instância de articulação de lutas envolvendo 61 entidades e movimentos demandando questões específicas de cada bairro, consensuando atuações no que diz respeito ao conjunto da região e da Cidade. Teve início em dezembro de 2003 e vem atuando até hoje num processo de diagnóstico, planejamento e monitoramento de políticas públicas de efetivação de direitos humanos nos cinco bairros da Região: Bom Jardim, Canindezinho, Granja Lisboa, Granja Portugal e Siqueira, que reúne [atualmente] um contingente populacional de 204 mil habitantes e fica situada na área administrativa da Regional V. Tem como visão de desenvolvimento alcançar, até 2025, a Região como um lugar bom para se viver, fortalecendo a identidade, a história e a memória desse lugar, valorizando as potencialidades humanas, culturais, artísticas, paisagísticas e ambientais nas diferentes gerações. (Plataforma de Lutas Prioritárias do Grande Bom Jardim, Jangurussu e Ancuri, 2012: 4)

A partir da mobilização destas entidades, nesta busca por melhores condições de vida, surgiu a luta pela criação da Zona Especial de Interesse Social (Zeis)⁹⁸ do Grande Bom Jardim. Com a implantação do instrumento, os moradores esperam resguardar o acesso à terra urbanizada, à segurança na posse e o direito à moradia adequada e com equipamentos sociais satisfatórios. A Zeis do Bom Jardim, contudo, ainda não foi oficializada pelo Poder Público Municipal. Esta é a questão central do episódio Fronteira Esquecida, da websérie Cartas Urbanas, e essa discussão, juntamente a outras que envolvem a realidade do GBJ, serão discutidas aqui através dos depoimentos dos personagens desse episódio, tanto por meio de suas falas na websérie, como naquelas obtidas em entrevistas realizadas para esta pesquisa.

3.2.2. As vozes do GBJ

O título dado ao episódio sobre o Grande Bom Jardim, Fronteira Esquecida, traz um significado que abriga duas ideias fortes e recorrentes entre os moradores da região sobre o lugar

⁹⁷ A Plataforma de Lutas Prioritárias do Grande Bom Jardim, Jangurussu e Ancuri foi apresentada durante debate organizado pela Rede DLIS e Rede de Articulação do Jangurussu e Ancuri (REAJAN), em 2012, nas eleições municipais. O documento pode ser conferido neste link: <https://www20.opovo.com.br/extra/documentodebate.pdf>.

⁹⁸ As Zonas Especiais de Interesse Social são áreas demarcadas no território da cidade para assentamentos habitacionais de população de baixa renda, conforme o que estabelece a lei complementar nº 062, da Lei do Plano Diretor Participativo de Fortaleza (PDPFor), de 02 de fevereiro de 2009.

onde vivem. A palavra fronteira traz a ideia do distanciamento do centro, das margens, do que já está quase fora do alcance. Essa noção é trazida nas falas dos personagens no vídeo, como na de Raelly Pereira: “dentro da comunidade existem pessoas de bem, existem pessoas que saem todo dia de sua casa para trabalhar, que pagam seus impostos, normal, como qualquer outra pessoa que mora lá num condomínio da Beira-Mar, entendeu?”⁹⁹.

Ao falar “lá num condomínio da Beira-Mar”, Raelly traz em seu discurso a ideia do distanciamento, do longínquo. Ela observa o local onde vive como esta fronteira citada no título do episódio. E, além de distante, essa fronteira também é esquecida. Este é o adjetivo mais citado pelos moradores no vídeo. “Aqui é esquecido. Aqui, se perguntar: ‘ – Onde você mora?’ ‘ – No Bom Jardim!’ ‘ – Vixe!’”¹⁰⁰. A fala de Seu Dedé reproduz a noção que a sociedade de Fortaleza tem a respeito do Grande Bom Jardim. A interjeição “vixe” indica espanto, medo até. Pelo esquecimento da região pelo Poder Público, a área se tornou estigmatizada pela pobreza e pela violência, gerando receio por parte de moradores de outras localizadas em se deslocarem para lá.

Para compreender como estes moradores que participaram do vídeo Fronteira Esquecida – que aqui os chamo de minorias – receberam esta produção e como construíram sentidos a respeito dela, fui às comunidades do GBJ para rever com os mesmos o episódio, entrevistá-los sobre a websérie e conversar sobre suas histórias de vida, para entender o entrelaçamento entre suas vivências particulares e a realidade do bairro em que vivem.

Para encontrá-los, busquei com o coletivo Nigéria seus contatos. Eles possuíam de dois moradores que aparecem no vídeo: Wilbert Santos e Seu Dedé. Através deste último, chegamos à terceira entrevistada, Raelly Pereira.

O primeiro entrevistado foi Wilbert Santos, que possuía 19 anos no dia 2 de fevereiro de 2017, quando foi realizada a entrevista. A seu pedido, o encontro foi realizado no Centro Cultural Bom Jardim, equipamento que possui forte valor simbólico para ele, que é produtor cultural e teve boa parte de sua história de militância política relacionada a este ambiente. E justifica sua relação com o equipamento: “Eu luto por esse centro cultural porque alguém lutou por ele há 10 anos atrás. Há dez anos, teve gente que levou bala de borracha pelo centro cultural, entende?”¹⁰¹

⁹⁹ Transcrição de fala do episódio Fronteira Esquecida, da websérie Cartas Urbanas, disponível no link: <https://vimeo.com/album/3893619/video/162528659>.

¹⁰⁰ Idem.

¹⁰¹ Wilbert Santos, em entrevista realizada no dia 2 de fevereiro de 2017.

Figura 7: Wilbert Santos, morador do GBJ



Fonte: reprodução da websérie Cartas Urbanas, do coletivo Nigéria.

Wilbert se mostrou bastante solícito e à vontade para falar. A entrevista durou mais de uma hora e, se consideradas as conversas informais, nas quais não estava usando gravador, o período que interagimos naquele ambiente foi de cerca de duas horas.

O jovem é quem abre o episódio da websérie, lendo a carta que escreveu na qual relata, sob seu ponto de vista, a realidade do GBJ.

Olá, me chamo Wilbert, tenho 18 anos, moro no Grande Bom Jardim, mais precisamente na comunidade do Siqueira, o bairro que faz fronteira com o município de Maracanau. Na minha periferia, existem cerca de 204 mil habitantes, na qual quase 50% são jovens, que enfrentam a violência diariamente. Na rua que moro consta na teoria que já está asfaltada, enquanto na prática nem mesmo o calçamento se tem.¹⁰²

Em sua carta, Wilbert ressalta que metade da população da região é composta por jovens. A discussão da juventude é a mais presente na sua fala, que afirma ser esta sua principal bandeira de militância política.

Na época em que gravou a entrevista com o Nigéria, Wilbert morava com sua avó no Siqueira, bairro que integra o GBJ. Ele nasceu no Granja Portugal, outro bairro que compõe o GBJ, e viveu lá até os seus seis ou oito anos de idade, não soube dizer com precisão. Após isso,

¹⁰² Idem.

um tio seu chegou de São Paulo e convenceu a sua avó a mudar de lugar. “Ele queria comprar um terreno mais lá pro Siqueira, que é uma área mais calma, muito matagal. Na época, não tinha tantas ruas, a nossa rua era tomada pelo mato e as casinhas estavam sendo construídas”¹⁰³. O tio comprou uma casa lá, e a avó, uma outra ao lado. As lembranças confirmam os dados a respeito da região. De acordo com Carlos (2014, p. 32), o “Grande Bom Jardim como espaço na cidade reservado à vida rural perdurou até meados dos anos 1990, quando se intensificaram as ocupações e loteamentos populares”.

Conforme o autor, essa característica da vida mais rural e a distância do centro de Fortaleza acabou por gerar uma noção de apartamento da capital cearense, uma ideia de longínquo, do “aqui e o lá”, como se a região não pertencesse à cidade, fosse uma área isolada. Essa ideia também é reforçada por Wilbert: “É um bairro muito vivo, sabe? Porém, um bairro muito esquecido”¹⁰⁴. Mais uma vez, a ideia do esquecimento, que dá nome ao episódio da websérie, é repetida.

Depois de ter vivido toda sua vida no GBJ, em 2015, ele passou a morar no bairro Conjunto Esperança, também periférico, com sua mãe, ainda que frequente o antigo bairro a trabalho, a lazer e para visitar a avó. A sua saída deveu-se ao risco da violência urbana por lá. Como se locomove de bicicleta pela cidade e sempre volta tarde do trabalho pra casa, tinha medo. Já que, segundo ele, “sete da noite não tem mais ninguém na rua”¹⁰⁵.

O problema da violência esteve presente em outros momentos em sua vida no bairro. Quando tinha sete anos, no Siqueira, Wilbert entrou no projeto Sim à Vida e Não às Drogas, desenvolvido pela organização Movimento de Saúde Mental Comunitário, do próprio bairro, e financiado por uma instituição internacional. O projeto provinha atividades diárias, de segunda a sexta-feira, como relaxamento, flauta, capoeira, lazer, entre outras. Ele passou sete anos de sua vida participando destas atividades. Eram, informa, 40 meninos e cerca de 30 meninas. “E dessa galera todinha dos homens, apenas 12 estão vivos. E o que era mais próximo a mim acabou de ser preso de novo”¹⁰⁶, afirma.

Então eu venho de uma realidade que eu me sobressaí graças à arte. E graças à família que ficava aqui, direto, no pulso, dizendo: ‘Ó, isso aqui é o certo, isso aqui é o errado, isso aqui é

¹⁰³ Ibidem.

¹⁰⁴ Ibidem.

¹⁰⁵ Ibidem.

¹⁰⁶ Ibidem.

o certo, isso aqui é o errado'. Então, graças às iniciativas e à minha família, eu não segui a triste história de vários jovens que foram assassinados pelo tráfico de drogas¹⁰⁷.

Apesar da presença constante da violência em sua história, esse não é o principal problema apontado pelo jovem no GBJ. Para ele, a falta de políticas públicas para a juventude é a maior dificuldade. Esta seria, crê, a causa da marginalidade, porque ali os jovens teriam negados o seu direito à cultura, à educação, ao lazer, o direito de ir e vir. O seu direito à cidade, de uma forma mais ampla.

Na entrevista, Wilbert repete a palavra juventude (ou juventudes) 13 vezes. Já a palavra jovem (ou jovens) aparecem outras 8 vezes, o que reforça a importância desta discussão para ele. Disso decorre, inclusive, a escolha do Centro Cultural Bom Jardim para a entrevista, uma vez que este é um ambiente que costuma ser ocupado majoritariamente pela população jovem, com atividades culturais e esportivas. Wilbert se denomina militante, ou ativista, pela juventude, e afirma que este é o tema sobre o qual pode falar com mais propriedade.

O que me incomoda é a falta de política pública (...) eu faço parte dessa grande maioria de jovens, que tá aí com um milhão de ideias, com um milhão de propostas pra se jogar, mas que não consegue por falta de políticas públicas. Porque quando se tem negado a cultura, se tem negado a educação, o lazer, o direito à cidade, o direito de ir e vir. E nos colocam a imagem do camarada que foi assassinado com 14 anos porque estava servindo de aviãozinho pro tráfico, e aí a gente não para para ouvir o sonho desses meninos, e aí é que me incomoda mesmo. Porque se você pegar histórico de jovens que estão hoje no tráfico, é uma mãe que tem três filhos pra cuidar dentro de casa, menor do que ele, e um pai que saiu pra beber, chega em casa e bate na mãe, e aí ele se torna o pai de família da casa e, se ele não chegar com o dinheiro acima do que ele chegou no dia anterior, ele vai apanhar. Logo, ele vai procurar outras formas de ganhar dinheiro e, logo, o tráfico vai adotar essa criança. Então, existe algo que tá errado aí. Por que que esse menino se transformou naquele 'monstro' da sociedade? Por que que ele se tornou uma ameaça pra nós moradores, se nós somos de uma mesma realidade? A gente tá numa luta de minorias, entende?¹⁰⁸.

Wilbert critica os altos investimentos do poder público em policiamento e em presídios, o que, segundo ele, representa o combate à consequência, e não à causa dos problemas. É preciso

¹⁰⁷ Ibidem.

¹⁰⁸ Wilbert Santos, em entrevista realizada no dia 2 de fevereiro de 2017.

investir em educação e em cultura para a juventude, segundo ele. Hoje, Wilbert trabalha com teatro, que utiliza como uma estratégia política para discutir temáticas sociais, e faz produção cultural de eventos, a exemplo do Bonja Roots, que traz espetáculos de reggae para o bairro. Apesar dos problemas que cita, ele aponta que tem observado avanços em diversos aspectos, em especial no campo da juventude, no qual já aponta o crescimento de atividades culturais disponibilizadas a esta população, não necessariamente por políticas públicas, mas muitas vezes de atividades que surgem de dentro da própria comunidade.

O jovem revela ter diversos sonhos, imagens que projeta para si e para os seus pares no futuro. No geral, não são desejos particulares, mas conquistas coletivas, o que mostra seu acentuado senso comunitário e de envolvimento social.

Eu tenho um sonho de ver tudo isso que eu acho desigual longe dessa realidade. Eu tenho um sonho de conseguir andar livremente na rua sem precisar ser barrado. Eu tô falando sonho, mas não sonho pessoal, assim: ‘ah, eu quero ter uma casa, quero ter dois filhos, casar’. Não. Sonho social, sonho a nível de cidade. E eu tenho um sonho de que a cultura seja valorizada da maneira que ela deve ser. Porque a gente não tá fazendo arte de graça. Isso é um trabalho sério, é um trabalho que um artista da cidade de Fortaleza leva muito a sério, por isso ele luta tanto por ele. Assim como o direito à cidade, o direito à moradia, né? As pessoas lutam muito pelo direito à moradia porque não é... eles não tão lutando por brincadeira, eles tão lutando porque eles não têm moradia. Por que que eles não têm moradia? Por que que não se assegura isso? Se existem políticas públicas pra isso, e se essas políticas estão sendo negadas, tu vai ter que lutar por essas políticas públicas negadas. Então, meu sonho é que tudo isso que a gente trata como desigual, essas fronteiras, esse distanciamento entre um bairro periférico e uma área nobre, enfim, essas questões sociais que têm na cidade, elas sejam tratadas e analisadas com mais profundidade, que as pessoas parem e queiram entender quais são os nossos sonhos¹⁰⁹.

Por mais de uma vez, Wilbert relatou o desejo de que a juventude “seja ouvida”, que saia da invisibilidade política. O que mostra o reconhecimento desta população como uma minoria, como inclusive a denomina em trecho já citado aqui. Ele entende o processo comunicativo como essencial para que os problemas possam ser conhecidos por quem está de fora, pelos entes públicos e pela sociedade como um todo, que possam ser reconhecidos como reais, e, então,

¹⁰⁹ Idem.

sanados. A mudança, para ele, tem que passar pela visibilidade das minorias, das classes subalternizadas.

O segundo entrevistado foi Seu Dedé, que tinha, quando nos encontramos, 54 anos¹¹⁰. Marcamos a entrevista por telefone e ele foi me buscar, de bicicleta, na Praça São Francisco de Assis, conhecida como Praça do Canindezinho, que é o bairro onde esta se localiza e onde mora Seu Dedé. De lá, caminhamos até sua comunidade, que é uma antiga ocupação chamada de Nova Canudos, que soma cinco ou seis ruas em uma área carente de serviços públicos básicos, como saneamento. Pelas ruas, não-asfaltadas, correm esgotos a céu aberto, que dividem o espaço com crianças, que brincam descalças. “O que mais incomoda pra gente aqui é o saneamento básico. É a primeira coisa, que dá muita hanseníase, dá muita criança doente. É uma coisa que a gente fica batendo na tecla direto e a gente não tá conseguindo”¹¹¹, reclama Seu Dedé.

Conforme Carlos (2014, p. 106), a ocupação de Nova Canudos é da década de 1990 e teve, para sua instalação, apoio das ordens religiosas que atuam na áreas identificadas com as Comunidades Eclesiais de Base¹¹². “Atualmente, a população do entorno, como estigmatização, também chamam a ocupação de ‘Favela do Urubu’” (CARLOS, 2014, p.106).

Seu Dedé trabalha como catador de materiais recicláveis. Desde o primeiro contato, mostrou-se muito solícito, disposto a contribuir na pesquisa com o que pudesse. Com grande envolvimento nas lutas comunitárias, Seu Dedé, homem simples, por vezes se estendia na fala, quando rememorava ações já realizadas pelo bairro, já por outras, quando falava sobre sua história de vida, era mais objetivo. A entrevista, gravada, não durou mais que 25 minutos. Entretanto, nossa conversa se estendeu para bem além disso enquanto caminhávamos pela comunidade.

¹¹⁰ A entrevista foi realizada em 06/02/2017.

¹¹¹ Seu Dedé, em entrevista realizada no dia 6 de fevereiro de 2017.

¹¹² A chamadas CEBs são comunidades inclusivistas ligadas, em sua maior parte, à Igreja Católica. Incentivadas pela Teologia da Libertação, espalharam-se principalmente nos anos 1970 e 1980 no Brasil e na América Latina, reunindo comunidades em função da proximidade territorial e de carências e misérias em comum. Tinham por objetivo a leitura da Bíblia em articulação com a realidade em que viviam.

Figura 8: Seu Dedé, morador da comunidade Nova Canudos



Fonte: reprodução da websérie Cartas Urbanas, do coletivo Nigéria

Sentamos para conversar na sede do Centro de Cidadania e Valorização Humana (CCVH), instituição sem fins lucrativos instalada desde 2002 na comunidade, desenvolvendo atividades e ações nas áreas de educação, cultura, assistência, saúde e pesquisa. “Comecei o processo como catador aqui nessa casa. Nós é em onze”¹¹³, conta.

Natural do município cearense de Boa Viagem, a cerca de 220 quilômetros da capital, Seu Dedé viveu até os 12 anos por lá. Depois, veio para Fortaleza, instalando-se no Grande Bom Jardim. Algum tempo depois, não soube precisar quanto, seguiu a morar em diversas cidades brasileiras, passando pelos estados do Pará, Mato Grosso e Amazonas, até se estabelecer, entre os anos 2004 e 2005, em Fortaleza novamente, no bairro Canindezinho, no Grande Bom Jardim, onde seus irmãos já habitavam. Ao chegar, ocupou-se como gari. Passou nove anos nesse ofício, até começar a trabalhar como catador de materiais recicláveis. Hoje, ele vive sozinho com sua mulher em uma casa na comunidade Nova Canudos.

É sobre a realidade nesta localidade que Seu Dedé fala no episódio da websérie Cartas Urbanas, destacando o descaso com a região, que só seria procurada por políticos em períodos eleitoreiros.

¹¹³ Idem.

Aqui é só na época da política. Na época da política tem vereador, tem deputado, tem tudo pra falar com a gente aqui, pegar na mão. O menino tá com a mão toda suja, ele beija o menino, agarra o menino, nem que lave as mãos com álcool, na hora que entra no carro dele, mas faz isso.”¹¹⁴

Seu Dedé é figura conhecida na comunidade por estar envolvido em todas as principais lutas da região. Ele participa da Rede de Desenvolvimento Local e Integral Sustentável do Grande Bom Jardim (Rede DLIS), através da qual mobiliza a população da região e reivindica melhorias. Ao caminhar com ele pelas ruas, muitos o cumprimentavam e perguntavam sobre o avanço das negociações com o Poder Público: “E aí, vai ter médico novo mesmo no posto? Já chegou?”, questiona uma moradora. Ele a responde que haviam recebido a garantia da Prefeitura de que o médico chegaria.

Foi através da luta pelo posto de saúde da comunidade, que estava ameaçado de fechamento pela Prefeitura de Fortaleza, que Seu Dedé se aproximou, em 2013, da Rede DLIS. “O posto de saúde que nós tem aí foi luta, muita luta nossa. Um grupo, não foi só eu, só. Foi um grupo. Todo problema do posto quem resolve é nós”¹¹⁵. Após isso, ele somou-se em outras reivindicações da comunidade, especialmente naquelas por moradia e saneamento básico, tornando-se, assim, um morador referencial nas articulações comunitárias em Nova Canudos.

As lutas políticas encampadas por Seu Dedé são diversas, tendo ele, juntamente com um grupo organizado no CCVH, realizado inclusive um levantamento em Nova Canudos e nas comunidades vizinhas de Marrocos e Sete de Setembro sobre as condições de moradia dos habitantes. “Nós fizemos uma pesquisa, deu 200 casas que não tem banheiro, meu amigo. Casa pequena demais, não tem banheiro, não tem nada”¹¹⁶. Do levantamento, fizeram um documento que foi levado à Prefeitura. “Nós mandamos pra lá e não tá resolvendo nada”¹¹⁷.

Trabalhos como este, realizados no bairro por meio de sua articulação na Rede DLIS, têm feito com que, ao longo dos anos em que vive no Grande Bom Jardim, Seu Dedé adquira uma grande propriedade em falar sobre os problemas de seu entorno.

A gente conhece o bairro. Não é porque foi fulano que falou, não. A gente conhece o bairro. A gente anda no bairro. A gente anda rua por rua, faz um trabalho com os meninos da Zeis, a

¹¹⁴ Transcrição de fala do episódio Fronteira Esquecida, da websérie Cartas Urbanas, disponível no link: <https://vimeo.com/album/3893619/video/162528659>.

¹¹⁵ Seu Dedé, em entrevista realizada no dia 6 de fevereiro de 2017.

¹¹⁶ Idem.

¹¹⁷ Ibidem.

gente anda de casa em casa, rua por rua. A gente tem a experiência, tem o conhecimento, não é esse negócio de dizer assim: “foi o fulano que falou”¹¹⁸.

A entrevista que realizou para a websérie não foi a primeira de Seu Dedé, que revelou já ter falado à imprensa por diversas outras vezes. E foi ele próprio quem buscou os meios de comunicação, para denunciar problemas na região, por acreditar na necessidade de que as lutas do bairro ganhem visibilidade através dos meios de comunicação. Por querer que estas se tornem conhecidas pela sociedade, para que, desta maneira, ganhe mais força e reconhecimento a pressão popular realizada por seu grupo:

E qualquer coisa a gente fala, a gente não se acanha, não. Eu não me acanho de chamar a reportagem, porque a gente tem que ir pra luta, porque se você não lutar... o bairro nosso é esquecido demais. Até hoje ele tá esquecido, até agora não melhorou essas coisas. Melhorou, pelo começo, melhorou. Mas ainda falta, assim: saneamento, falta o asfalto, calçamento, iluminação pública, que não tem. Aqui, de noite, se você andar aqui, tem que trazer uma lamparina, porque iluminação pública aqui é cruel, porque não tem, não. E lá na Aldeota tem, né? Lá do outro lado da cidade, da Parangaba pra lá, você já vê a diferença. Da ponte do Bom Jardim pra lá, você já vê a diferença, até o bairro é diferente. Até o povo, o teatro do povo conversar é diferente. Aqui não, aqui é... da ponte pra cá já é diferente.

As ideias do distanciamento e do esquecimento, observadas na fala de Wilbert, voltam nas palavras de Seu Dedé. Ele chegou a repetir por quatro vezes a frase “o bairro é esquecido”. Na fala acima, ele faz o comparativo entre a realidade de onde vive, caracterizada pelas ausências, pelas faltas, com aquela encontrada logo após cruzar a ponte do Bom Jardim, como se os limites de seu bairro, da região que compõe o GBJ, delimitassem a área de abandono e descaso do poder público. Existe o aqui e o lá, duas Fortalezas: a Fortaleza que provêm serviços à população, e aquela do esquecimento.

De todas as lutas, a principal, segundo ele, é a briga pela implantação da Zeis do Grande Bom Jardim. Ele acredita que a concretização da zona traria melhorias que permitiriam condições dignas de vida na região:

A gente espera que melhore, sobre o saneamento básico, sobre moradia, sobre o documento da casa, que hoje aqui ninguém tem documento de casa não. Só compra e venda. É um papel que não

¹¹⁸ Ibidem.

conta. Como é que você vai dizer que a casa é sua se você não tem o documento da casa? Tem muito tempo que eu trabalho aqui nessa área.¹¹⁹

Apesar de não pertencer à mesma geração de Wilbert e ter como principais bandeiras de luta a moradia e o saneamento básico, Seu Dedé reconhece que a falta de uma política cultural para a juventude do GBJ configura um grande problema.

As escolas fim de semana é fechado, então uma pracinha, uma quadra, fechada, fim de semana. Eu acho que o Estado tem que ver que o futebol pra rapazim de 12, 13 anos é a luta dele. Porque se ele não tiver nada pra ele botar a mente dele pra funcionar, eu acho que... Não adianta polícia. Polícia não resolve nada. Tem que ter cultura, tem que ter arte (...). Eu acho que o nosso bairro merece mais um olhar pra juventude. Mas nós aqui não tem condição pra segurar todo mundo. Porque ninguém aqui tem renda, a renda aqui é tudo voluntário, as meninas trabalham voluntário até meio-dia, outro trabalha um dia, é tudo voluntário [fala referindo-se ao trabalho no CCVH]¹²⁰.

Vivendo com sua mulher na comunidade, Seu Dedé briga por um balcão onde possa, ele e seus colegas catadores, armazenar o material recolhido. Diz que gosta do Grande Bom Jardim, e que não sairá mais de lá. Da mesma forma que Wilbert, ao ser perguntado sobre seus sonhos, ele cita realizações coletivas. Os seus desejos pessoais são, também, desejos comunitários, o que mostra seu forte senso de coletividade. Isso se mostra também observável quando se considera que Seu Dedé dedica boa parte de seu tempo livre às lutas pela melhoria do local em que vive. “O meu sonho é ver essa comunidade aqui, que é uma comunidade sofrida muito, com saneamento básico, uma coisa mais... uma luta que a gente faça e que o pessoal reconheça que a gente tá lutando, né?”¹²¹, diz.

Durante a entrevista, Seu Dedé me contou que conhecia Raelly Pereira, que também foi personagem do episódio Fronteira Esquecida e que, assim como ele, morava em Nova Canudos. Como eu não tinha o contato dela, perguntei se ele me poderia passá-lo, e ele me sugeriu que fôssemos, naquele mesmo momento, após a sua entrevista, à casa dela. Caminhamos, então, até a casa de Raelly, que ficava a apenas alguns quarteirões do CCVH. Aos 31 anos, à época da entrevista, Raelly é dona de casa e mãe de um filho que então tinha um ano e 10 meses. Fui apresentado a ela por Seu Dedé e a esclareci sobre a pesquisa que estava realizando. Como

¹¹⁹ Ibidem.

¹²⁰ Ibidem.

¹²¹ Ibidem.

chegava ali de surpresa, perguntei-a se poderíamos agendar um dia e um horário para que eu pudesse entrevistá-la, mas ela preferiu me atender naquele momento mesmo, ainda que visivelmente ocupada.

Figura 9: Raelly Pereira, moradora da comunidade Nova Canudos



Fonte: reprodução da websérie Cartas Urbanas, do coletivo Nigéria.

Ela nos recebeu, portanto, enquanto cuidava do filho, da casa, do almoço e de uma sobrinha, pouco mais velha que o seu. Pôs desenho animado para que eles se entretessem, no quarto contíguo à sala em que nos sentamos, e conversou comigo, na companhia também de Seu Dedé. Ainda que com diversos afazeres a cumprir, foi bastante receptiva. Conversamos por cerca de meia-hora. Senti que a conversa até poderia render mais, não fosse a situação movimentada em que ela se encontrava.

Raelly viveu toda sua vida no Canindezinho e, há cinco anos, passou a morar em Nova Canudos, comunidade que até então não conhecia, pois evitava a aproximação por tratar-se de uma favela. “Eu tinha esse pensamento: ‘ali é a favela. Marrocos [comunidade ao lado de Nova Canudos] é a parte da exclusão mesmo, é como se tivesse pegado só os bons do Canindezinho e

colocado nas casas boas, asfaltado, e tivesse pegado o restante e jogado ali, porque é uma ocupação”¹²².

Sua aproximação com a comunidade se deu quando começou a se relacionar com o seu hoje marido. Ele morava, desde que tinha sete anos de idade, com a família em Nova Canudos. Quando decidiram casar, a mãe dele sugeriu que construíssem uma casa no terreno que era da família, ali na comunidade:

E aí eu fiz. Questão de aluguel e tudo, né? Aí eu vim morar aqui, eu saí de duas ruas e vim pra cá. Aí eu comecei a enxergar isso aqui de uma outra forma. Hoje, as pessoas da minha família mesmo falam: ‘ah, sai dali, sai daquela favela’. Eu eu disse: ‘não!’ Os políticos, eles têm que chegar na favela, as coisas têm que acontecer na periferia. Se todo mundo pensasse: ‘ah, isso aqui é uma favela, eu vou sair daqui’, isso aqui ia ficar desocupado. Não é você sair de dentro da periferia, é as coisas acontecerem dentro da periferia. É a gente ter dentro da periferia casas dignas para as pessoas morarem, com seus banheiros, de boa estrutura.¹²³

A fala de Raelly demonstra que, logo após chegar em Nova Canudos, ela não somente mudou sua perspectiva sobre o local, antes visto por ela de forma negativa por ser considerado favela, como ela despertou em si um senso comunitário, um desejo de lutar pelas melhorias do ambiente onde habita. Essa mudança em seu ponto de vista foi destacada por ela em sua entrevista à websérie Cartas Urbanas: “Quando eu vim pra cá, eu tinha um receio muito grande, porque era tachado como um lugar perigoso e tudo. E depois que eu vim pra cá foi que eu consegui enxergar que não era aquilo que as pessoas rotulavam, né?”¹²⁴

Raelly chegou a se envolver em lutas comunitárias, incentivada pelo Seu Dedé, através do Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS), que está presente no bairro. A primeira reivindicação com a qual se envolveu foi pela manutenção e melhoria do Posto de Saúde Abner Cavalcante, que se localiza dentro de Nova Canudos:

Decidiram [a Prefeitura] que o posto ia ser fechado porque não tinha estrutura pra demanda, e a comunidade não aceitou. Porque, aos nossos olhos, é o único tesouro que nós temos aqui dentro, infelizmente. A gente não tem mais nada, você não tem saneamento, não tem asfalto, não tem casa de moradia, aqui tem

¹²² Raelly Pereira, em entrevista realizada no dia 6 de fevereiro de 2017.

¹²³ Idem.

¹²⁴ Transcrição de fala do episódio Fronteira Esquecida, da websérie Cartas Urbanas, disponível no link: <https://vimeo.com/album/3893619/video/162528659>.

gente que não tem banheiro, né? Então, é uma coisa muito esquecida. Aí, se tirasse o posto de saúde daqui era como se apagasse literalmente a Nova Canudos específico do mapa”¹²⁵.

A afirmação de que o território é “esquecido” é mais uma vez reforçada, agora pela terceira moradora entrevistada. Raelly cita essa palavra por seis vezes durante nossa conversa, sempre referindo-se ao Grande Bom Jardim. A briga pela manutenção do posto de saúde, que durou dois anos, foi vitoriosa, e isso motivou a moradora a continuar na mobilização social, por compreender que esta é a única maneira de conseguir com que a região seja atendida pelo poder público. “Pras coisas acontecerem aqui, é preciso a comunidade brigar. Aqui acolá é preciso a gente ir lá, rodar a baiana, infelizmente, e colocar as pessoas nos seus devidos lugares”¹²⁶.

“Eu sempre falo pro Seu Dedé que a gente tem que continuar a luta, eu falo pelo Nova Canudos, certo? O Nova Canudos são umas cinco a seis ruas, que é uma ocupação que já existe há muitos anos. É tanto que esse posto de saúde não foi uma obra da Prefeitura”¹²⁷. O posto, como lembrou Raelly, foi construído pelos padres Combonianos e as irmãs Salvatorianas, quando da época do início da ocupação do local. Só depois passaram a administração do equipamento para o Município.

Para Raelly, assim como para Seu Dedé, a luta pelo saneamento básico da comunidade é a mais necessária, diferentemente de Wilbert, que mora em uma outra localidade, onde esgoto a céu aberto e falta de banheiro não são uma realidade tão generalizada como em Nova Canudos. Tanto no vídeo quanto na entrevista, Raelly faz a comparação entre a sua comunidade e a zona nobre de Fortaleza, reiterando a noção das duas Fortalezas que já discutimos na fala de Seu Dedé.

Mas, [a Nova Canudos] é um lugar bom, tem pessoas que saem todo dia pro seu trabalho, são pessoas que pagam seus impostos, nós pagamos nossos impostos como os que moram na Beira-Mar. E a gente vê muito feito pela zona do cartão postal de Fortaleza, e pelas periferias, não. Se você entrar aqui no Marrocos, que é mais aqui à frente, é mato e lama e rato. É como canta a música: ‘é esgoto a céu aberto e parede madeirite pro povo viver’! Infelizmente, o nosso povo tá muito acostumado¹²⁸.

¹²⁵ Raelly Pereira, em entrevista realizada no dia 6 de fevereiro de 2017.

¹²⁶ Idem.

¹²⁷ Ibidem.

¹²⁸ Ibidem.

Com marido cursando ensino superior e estudando para concurso público, Raelly acredita na possibilidade de melhoria de suas condições de vida. Todavia, não tem a intenção de sair da comunidade, mas de reformar sua casa e continuar ali.

Eu gosto das pessoas que moram aqui, dos meus vizinhos. Agora, eu quero melhorias pro meu bairro. Eu gostaria que o Canindezinho, o Grande Bom Jardim, as periferias de um modo geral, tivessem melhorias. A gente não pode discriminar o outro porque ele mora dentro da periferia, ele é menos bom do que um que mora numa rua asfaltada. Em todo termo, de violência, de saúde, de tudo. Mas eu gosto daqui, eu acho que aqui merecia um olhar político mais focado.¹²⁹

A visão de coletividade é muito forte nos sonhos construídos por ela, característica que pôde ser observada também em Wilbert Santos e em Seu Dedé. São três pessoas de gerações diferentes, mas com ambições semelhantes em relação à comunidade em que vivem. As entrevistas realizadas mostraram diversas semelhanças nos discursos dos três moradores em relação à realidade do Grande Bom Jardim. A mais recorrente foi a de que a região é caracterizada pelo esquecimento por parte das autoridades políticas, o que cria uma noção de distanciamento da capital, como se a localidade não fizesse parte da capital. O estigma da pobreza e da violência também foi reforçado pelos três. Entretanto, ainda que reconhecendo tantas dificuldades nas condições de habitabilidade no GBJ, os três entrevistados reforçaram o sentimento de pertencimento ao local e a vontade de lá permanecer, inclusive Wilbert que, mesmo tendo ido morar em outra periferia, mantém suas relações sociais e suas atividades de mobilização naquela área.

3.3. Resistência e luta na comunidade Raízes da Praia

3.3.1. Como se construiu a ocupação

Conhecidamente uma cidade desigual, Fortaleza está entre as capitais brasileiras com maior déficit habitacional, ou seja, com maior quantidade de cidadãos sem moradia adequada. Conforme a nota técnica elaborada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

¹²⁹ Ibidem.

denominada “Estimativas do déficit habitacional brasileiro (PNAD 2007-2012)”¹³⁰, a mais recente sobre o tema, a Região Metropolitana de Fortaleza elevou em 10,84% seu déficit habitacional em termos absolutos, percentual que representa o segundo maior acréscimo do País no período. Em 2007, a capital cearense possuía 108,3 mil habitações com deficiência, número que subiu para 120,1 mil em 2012, o quarto maior do Brasil.

Este preâmbulo é necessário para se compreender o surgimento do Raízes da Praia, ocupação surgida em 2009 no bairro do Vicente Pinzón, na zona leste de Fortaleza. Formada por 84 famílias, a comunidade se formou frente à orla, na Praia do Futuro, ocupando um terreno inutilizado pertencente a um poderoso grupo econômico que, segundo moradores e estudo já realizado no local, estava “aguardando a valorização econômica do bairro para vender seus imóveis a preços mais elevados” (CASTILHO, 2014, p. 17). O terreno em questão estava abandonado há cerca de 25 anos, segundo este estudo, que considera os relatos de moradores. Outros moradores e mesmo a websérie Cartas Urbanas afirmam que, na verdade, esse período é de aproximadamente 10 anos.

Figura 10: Comunidade Raízes da Praia



Fonte: reprodução da websérie Cartas Urbanas, do coletivo Nigéria.

¹³⁰ Estudo pode ser acessado no link:
http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/nota_tecnica/131125_notatecnicadirur05.pdf.

A região passa por inúmeros conflitos de terra e especulação imobiliária, que estão associados ao turismo na Praia do Futuro e às atividades do Porto do Mucuripe, que fica próximo à ocupação. O gatilho para o surgimento do Raízes da Praia, inclusive, relaciona-se a uma outra contenda, anterior, no chamado Morro da Vitória. Localizado nas proximidades do Farol do Mucuripe, também naquela região, o Morro da Vitória é uma ocupação iniciada em 2001, que gerou disputas violentas que resultaram na remoção de parte da população residente.

Portanto, considerando que muitas das pessoas da Raízes da Praia foram moradores do Morro da Vitória ou possuem laços com esta comunidade, percebe-se que as ocupações ocorridas nesta região da cidade pertencem a um contexto ligado à luta pela moradia em um cenário de terrenos vazios de grandes especuladores, os “vazios vigiados” (FREITAS ET AL, 2016, p. 6).

Os “vazios vigiados”, citados pelos autores, referem-se a terrenos vazios pertencentes, geralmente, a proprietários de grandes indústrias e/ou construtoras, que os mantêm sem uso. Todavia, tais imóveis permanecem vigiados por milícias que atacam as populações que tentam ocupá-los. Tal como ocorreu com o Raízes da Praia.

Os moradores que haviam sido despejados do Morro da Vitória passaram a questionar o Governo do Estado e a Prefeitura de Fortaleza a respeito de habitações que lhes haviam sido prometidas. Sem lograr sucesso junto ao poder público, essas famílias uniram-se ao Movimento dos Conselhos Populares (MCP)¹³¹ e à Associação de Moradores do Morro da Vitória numa articulação em prol do direito à cidade. Junto a estas entidades, por cerca de três anos, as famílias dialogaram com a Prefeitura e, sem avanço, planejaram a ocupação do terreno no Vicente Pinzón, fato que veio a ocorrer na madrugada do dia 3 de julho de 2009, com cerca de 80 famílias, entre aquelas provenientes do Morro do Vitória e outras de diferentes localidades no entorno da Praia do Futuro.

¹³¹ Movimento popular surgido em 2000, porém logo depois dissolvido e retomado em 2004, que possui atuação ligada fortemente à luta por moradia em Fortaleza. Surge com a proposta de criação dos Conselhos Populares, que são espaços de organização nos bairros, através dos quais a população constrói formas de lutar coletivamente por suas demandas.

Figura 11: Comunidade Raízes da Praia



Fonte: reprodução da websérie Cartas Urbanas, do coletivo Nigéria.

A ação foi fortemente reprimida, inclusive com a posterior comprovação da atuação de policiais militares nas tentativas de despejo ilegais. Conforme Castilho (2014, p. 21-22), a percepção de ilegalidade presente nos moradores durante o ato de ocupar, diante das irregularidades encontradas na repressão, foi revertida para ao proprietário do terreno.

Ainda, destacou-se em que medida os processos reivindicatórios que encerram atos de resistência a ordens judiciais ou a institutos jurídicos específicos podem representar uma possibilidade de consolidação da ordem democrática. Isso porque as contradições inerentes ao sistema político são expostas e oferecem-se mecanismos de fortalecimento da participação popular e da conscientização política dos sujeitos, que, na trajetória da ocupação Raízes da Praia, aos poucos foram se identificando como cidadãos, e não mais como seres relegados e esquecidos à miséria. (CASTILHO, 2014, p. 24)

Já se somam oito anos de ocupação na área, período que foi marcado por diversos enfrentamentos e que exigiu dos moradores um grande esforço de resistência. Ocupando o meio de um quarteirão em um polígono irregular composto por lotes de donos variados, as moradias são barracos de madeira, que possuem água e energia elétrica através de abastecimento clandestino, com esgotamento sanitário feito a partir de fossa, mas com a presença de esgoto a céu aberto que gera enormes transtornos para a população local. As batalhas ainda hoje enfrentadas pela população para obter a garantia de sua moradia é contada aqui através de três

dos personagens do episódio da websérie Cartas Urbanas sobre o Raízes da Praia, denominado Vazio Ocupado.

3.3.2. As vozes dos que brigam pela moradia

Chegar na comunidade Raízes da Praia não é difícil. A área ocupada localiza-se na Av. César Cals, esquina com rua Murilo Silveira, no principal logradouro para quem vai para a Praia do Futuro, por onde passa uma considerável quantidade de ônibus do transporte público municipal. A área é também próxima a equipamentos públicos de saúde e educação.

O meu contato na comunidade foi com Francisco de Assis da Silva, mais conhecido como Seu Assis, de 56 anos. Através de Roger Pires, um dos integrantes do Nigéria, consegui o telefone do morador e marquei uma conversa para a manhã do dia 14 de março de 2017. Encontrar o barraco em que ele morava também não foi tarefa complicada, uma vez que todos a quem solicitei informação naqueles arredores o conheciam. Cruzei a comunidade, toda em terra batida, com esgoto a céu aberto, crianças brincando por entre as vielas e muitas roupas estendidas em varal.

Conversamos em sua casa, onde ele me contou sua história de vida e falamos sobre a comunidade e sobre a websérie Cartas Urbanas. A conversa durou mais de uma hora, sendo 45 minutos dela gravados e o restante de tempo de diálogo informal.

O assunto inicial da entrevista foi o estado de saúde de Seu Assis, que não estava muito bom. Desde meados de dezembro de 2016 que ele sofre de dores e dormência nas mãos e nos pés, sem saber exatamente qual problema possui. Chegou a passar quase um mês internado em hospital, mas depois voltou para a comunidade, ainda que não estivesse melhor: “Se é pra morrer, melhor em casa!”¹³²

¹³² Ibidem.

Figura 12: Seu Assis, morador do Raízes da Praia



Fonte: reprodução da websérie Cartas Urbanas, do coletivo Nigéria.

Ainda que doente, ele vinha participando de diversos eventos relacionados à luta pela moradia para a Raízes da Praia. Seu Assis esteve presente nas inúmeras manifestações realizadas pelos moradores e acompanhou todo o processo de ocupação. Chegou, inclusive, a coordenar as discussões, entre os moradores, sobre a Zona Especial de Interesse Social (Zeis) da Praia do Futuro. No vídeo Vazio Ocupado, é ele quem escreve a carta, na qual fala sobre o processo que percorreram até se instalarem na região, formando a comunidade Raízes da Praia:

Passemos três anos fazendo reunião com o povo, preparando o povo, pra o povo conhecer os seus direitos, os seus deveres, para que chegassem aqui as pessoas, reconhecessem a sua realidade, porque é uma luta de verdade. Teve a resistência, teve... aí o proprietário entrou na Justiça e nós recorremos e conseguimos até hoje estar aqui na comunidade Raízes da Praia. Nas primeiras chuvas que deu, já caiu alguns barracos de madeira, e a gente tá ficando numa situação crítica aqui dentro¹³³.

Na entrevista, entretanto, Seu Assis revelou que a carta, na verdade, nem existiu: “Naquele momento que eu tava sentado e tal [na gravação do vídeo], fazendo que tava escrevendo, mas no momento não tava escrevendo, tava só com a caneta fazendo um jeito que

¹³³ Transcrição de fala do episódio Vazio Ocupado, da websérie Cartas Urbanas, disponível no link: <https://vimeo.com/album/3893619/video/180625473>

tava escrevendo”¹³⁴. Ele contou que ler e escrever só sabia “um pouco”. “Estudei até assim, muito estudo não, mas eu tenho um pouquinho”¹³⁵.

Seu Assis é natural de Aracati, município cerca de 150 quilômetros distante de Fortaleza. Aos 13 anos, veio a Fortaleza, onde morou com familiares no bairro Mucuripe, região central e turística da capital cearense, uma das mais caras da cidade, mas que também agrega comunidades populares, compostas, sobretudo, de pescadores. E foi este o ofício que Seu Assis começou a exercer logo que chegou à cidade. Passou 15 anos como pescador, até começar a se envolver nas lutas comunitárias.

De início, foi na Associação Comunitária do Alto Bonito, no próprio Mucuripe. Em seguida, passou a morar no Morro do Vitória. Lá, atuou como vice-presidente da associação de moradores. Hoje, no Raízes da Praia, é o coordenador executivo da Associação Comunitária Raízes da Praia. Porém, reforça: “Mas é voluntário, não existe um salário, não existe nada. Eu tiro sustento porque eu vendo um churrasquinho aqui na frente”¹³⁶.

A questão da geração de renda, para os moradores do Raízes da Praia, é uma grande problemática, conforme aponta Seu Assis. Ele afirma que todas as pessoas que foram ocupar a área na qual hoje estão instalados perderam seus empregos, porque precisavam dedicar seu tempo à ocupação, precisavam fazer número no local, estar presentes, sob pena de o processo fracassar diante das represálias do proprietário do terreno. Após o período mais tenso, quando iniciou uma relativa estabilidade, os moradores voltaram a buscar seus empregos, mas não os recuperaram e têm encontrado inúmeras dificuldades de se recolocarem no mercado de trabalho.

A maioria, afirma o morador, hoje vive como vendedores ambulantes, a exemplo de si próprio, e de muitos outros que vendem produtos, como água de coco, na Praia do Futuro. Não há, em geral, fonte de renda fixa.

Não conseguiram, as pessoas. Eu não sei porque. Açam que ainda é discriminação, porque moram aqui na comunidade. As pessoas acham que a gente não merece uma vida digna e um emprego digno. Por incrível que pareça, essa discriminação ainda é muito grande: quando diz que mora na comunidade e tal, aí acham que, por morar em uma comunidade, a pessoa não tem qualificação para ter um emprego digno, aí isso que é o problema... Mas a gente espera que essas barreiras a gente vai

¹³⁴ Entrevista com Seu Assis concedida no dia 14 de março de 2017.

¹³⁵ Idem.

¹³⁶ Entrevista com Seu Assis concedida no dia 14 de março de 2017.

quebrando aos poucos, a gente vai conseguir quebrar todas as barreiras, vai sim, se Deus quiser!¹³⁷

A questão do preconceito pela condição social é referida pelo morador em diversas outras ocasiões, sendo este um dos temas mais recorrentes em sua fala. Além de impedi-los de conseguir um emprego fixo, segundo ele, essa discriminação também os negou, por um certo tempo, o acesso a serviços básicos por parte do poder público, a exemplo de postos de saúde, creche e escolas.

Quando nós chegamos aqui, os postos de saúde não recebiam ninguém daqui da Raiz (...) Éramos rejeitados. Eles perguntavam o endereço e a gente dizia que era da ocupação, e eles: “Ah, eles são da ocupação, não tem endereço, nem nada, podem ir embora que aqui ninguém atende”. Chegamos nos colégios para matricular, aí eles: “— Moram aonde? — Nós moramos na ocupação lá na Praia do Futuro”. E eles: “Não tem endereço, também ninguém atende”.¹³⁸

Uma das estratégias adotadas para solucionar a questão foi reunirem grupos de moradores que iam conversar com os responsáveis pelos postos de saúde, escolas e creches da região. Outra, com o tempo, foi conseguir, ao menos, um endereço físico que pudesse ser usado por todos. “E, nisso, a gente foi começando a pegar aquela confiança e o espaço, e hoje em dia as pessoas já, nos postos de saúde já aceitam, os colégios, todo mundo já estuda, as creches já tem”¹³⁹, afirma. Diante das dificuldades encontradas, eles organizaram a criação da associação de moradores, que fortaleceu a comunidade.

Outro preconceito enfrentado por eles é o estigma da marginalidade, por viverem em uma área apontada como favela em meio a um entorno turístico. Próximo à Praia do Futuro, existem diversas comunidades pobres, favelas localizadas em morros e dunas. Mas, entre estas, Raízes da Praia é a que se situa mais próxima da orla. Por esta razão, os moradores costumam ser culpabilizados pelos casos de assalto e tráfico de drogas na região.

Às vezes, a pessoa faz um roubo lá na praia, nós não temos nada a ver, mas a pessoa que faz o assalto, passa às vezes correndo por dentro aqui da comunidade e vai se esconder nas comunidades deles. Às vezes, é o Morro da Vitória, a Lagoa do Coração, Serviluz, de onde vem essas pessoas que faz assalto aqui na praia daqui. Então, como aqui é uma comunidade que é

¹³⁷ Idem.

¹³⁸ Ibidem.

¹³⁹ Ibidem.

madeira, todo mundo ainda mora em madeira, então nos olhos dos repórteres que passa na televisão e nos olhos do policial, a comunidade não presta, é cheia de ladrão, marginal. Isso eles considera a gente dessa forma e não é assim, não é assim...

Ele admite que já houve casos de moradores do Raízes da Praia que cometeram delitos no entorno. A consequência desses e de outros atos considerados ilícitos pelos moradores, como o uso de drogas, entretanto, é severa: implica a expulsão do responsável pela infração da comunidade. O processo segue o seguinte rito: ao perceberem algo que consideram errado, os moradores, através da associação, convocam uma assembleia para discutir o caso, se a pessoa fica ou se sai. “Porque nós não vamos perder um trabalho de sete, oito anos que nós estamos fazendo aqui por causa de uma pessoa”¹⁴⁰, justifica Seu Assis.

Segundo ele, logo no início da ocupação, dois moradores foram expulsos por decisão da assembleia. A razão para a retirada foi o uso de drogas. Logo em seguida, dois novos moradores foram convidados a ocupar o lugar.

Estes casos demonstram um consolidado sentimento comunitário entre os moradores do Raízes da Praia, uma organização que permite que as decisões a serem tomadas sejam feitas de forma coletiva. Desde o início, para a garantia do lugar de morar, os moradores reconheceram que todas as conquistas eram provenientes de um trabalho conjunto, de equipe, de comunidade, em que todos devem estar presentes e atuantes.

Para conquistar seu espaço, o Raízes da Praia teve e continua tendo que enfrentar muitas lutas. E luta é a palavra mais repetida por Seu Assis durante a entrevista. Foram 10 vezes em que a utilizou. Outras oito vezes usou a palavra briga, no mesmo sentido de resistência de um grupo subalterno diante dos poderes econômico e político pela garantia dos seus direitos.

A recorrência deste termo se justifica pela história de vida de Seu Assis. Como faz parte do Movimento dos Conselhos Populares, esteve presente em outras ocupações. Quando vivia no Morro da Vitória, apoiou um outro movimento que queria ocupar uma área vizinha, chamada Morro do Caíque, um terreno grande e vazio, mas pertencente ao Grupo Edson Queiroz, um dos mais ricos do Ceará. Ele chegou a tentar dissuadir a população do intento, temendo represálias, mas a decisão das pessoas foi por tentar a ocupação de toda forma. Como temia, a ocupação foi fortemente reprimida.

¹⁴⁰ Ibidem.

Passado o terceiro dia, aí começou, por volta da meia-noite e meia, a chegar um carro do exército, cheio de policial. Saía dentro da ocupação tocando fogo nos barracos e metendo bala no pessoal, bala mesmo de verdade, e nisso a gente ficava lá tentando tirar o pessoal. Enquanto a gente fazia a retirada do pessoal, eles não respeitavam e metiam bala. Na primeira noite, deixaram um paraplégico e, na terceira noite, deram um tiro em outro rapaz, mas sobreviveu. Na quarta noite, aí eles deram um tiro em outro rapaz, aí esse foi a morte fatal e, quando eu fui me aproximando, eles atiraram em mim, só que só pegou na minha roupa, só furou a minha roupa, graças a Deus que não pegou no meu corpo. E isso deu uma repercussão muito grande lá no morro do Caíque, que depois foi ocupado de novo com o nome Alto da Paz. O Alto da Paz já foi a segunda tentativa.¹⁴¹

Diante dos resultados dessa ocupação, o MCP decidiu que não apoiaria mais outra ocupação daquela maneira. “Aí eu disse: ‘Negrada, é o seguinte: se vocês querem uma nova ocupação, têm que passar por um treinamento, vocês vão ter que estudar, conhecer os direitos, a lei, como se pode fazer, porque desse jeito aqui...’”¹⁴² Foi então que se deu início ao processo de três anos de treinamento e tentativas de negociação com a Prefeitura de Fortaleza, até que se desse a ocupação do terreno que agora é o Raízes da Praia.

A ocupação no Raízes da Praia se deu de forma menos violenta em comparação à do Morro do Caíque, mas também não foi em nada pacífica. Houve enfrentamento com pessoas armadas, entre elas policiais, que, a mando do proprietário do terreno, tentaram retirar os ocupantes. A situação foi ainda bastante tensa nos primeiros dias, mas, após algum tempo, houve um arrefecimento nas represálias quando a Prefeitura de Fortaleza iniciou uma negociação para a compra de terrenos. Dos oito lotes que compõem a área, dois foram adquiridos pelo Município e, para os seis restantes, a população está brigando pela posse por meio da lei do usucapião¹⁴³.

Enquanto todo o terreno ainda não tem sua posse garantida, eles continuam a viver em barracos de madeira, à espera da definição da situação para que possam dividir a área entre os moradores e, assim, construírem casas de alvenaria. Ainda há um clima de instabilidade por parte das famílias. Seu Assis reconhece que ainda há muito o que conquistar, há muita luta a ser enfrentada até que se possa ter a garantia de sua moradia. Mas, mesmo assim, ele afirma gostar de onde vive.

¹⁴¹ Ibidem.

¹⁴² Ibidem.

¹⁴³ Lei nº 13.105/15 que prevê a aquisição de propriedade móvel ou imóvel pela posse prolongada e ininterrupta.

Ah, eu adoro! Minha moradia aqui eu amo, eu amo minha moradia! Perto do mar, perto dos postos de saúde, perto dos colégios, perto de tudo! E a gente faz fruto dessa raiz mesmo, que aqui já entrou o nome raiz mesmo porque a gente é fruto, as pessoas que moram aqui é fruto de pescadores, a gente tem várias pessoas aqui que são pescadores que moram aqui dentro. É fruto do mar, as pessoas têm um vínculo com o mar, um vínculo com a terra, tudo aqui a gente tem essa mistura.¹⁴⁴

Após a entrevista, Seu Assis chamou à sua casa a moradora Aucélia Ramos, conhecida como Dona Aucélia, de 46 anos, para conversar comigo. Ela mora quase em frente. De respostas mais curtas, ela me concedeu entrevista gravada por cerca de 25 minutos. Só se estendeu mais na fala quando relembrava como foi sua chegada na comunidade. A entrevista foi interrompida quando chegou um vizinho para tratar de um problema relacionado à janela de sua casa. Ela saiu e, após algum tempo, voltou, oferecendo-me um sorvete, um dos produtos que ela vende no pequeno comércio que montou em sua residência. É dele que Dona Aucélia tira parte de seu sustento, o qual complementa com a renda que recebe por meio do auxílio-reclusão¹⁴⁵, pois seu marido encontra-se preso. Ela não aceitou, contudo, meu pagamento pelo sorvete. Em seguida, me levou até sua casa, para mostrar como vive e os problemas que enfrenta por sua residência estar na divisa com o terreno que, conforme acordo feito entre os moradores e o proprietário, não pode ser ocupado.

Figura 13: Dona Aucélia, moradora do Raízes da Praia



Fonte: reprodução da websérie Cartas Urbanas, do coletivo Nigéria.

¹⁴⁴ Entrevista com Seu Assis concedida no dia 14 de março de 2017.

¹⁴⁵ O Auxílio-reclusão é um benefício devido apenas aos dependentes do segurado do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (ou seja, que contribui regularmente) preso em regime fechado ou semiaberto, durante o período de reclusão ou detenção.

Dona Aucélia é natural de Fortim, município litorâneo distante 136 quilômetros de Fortaleza. Mudou-se para Fortaleza aos 12 anos, vindo trabalhar como empregada em uma casa de família. Conheceu seu marido, com quem teve três filhos, e com ele morou em diferentes bairros da capital. “A gente vem assim, morando onde tem casas mais barata o aluguel (...) Até que eu cheguei aqui, e aqui pretendo continuar até o fim da minha vida”¹⁴⁶.

Assim como Seu Assis, Dona Aucélia tem forte apego ao lugar onde vive e não pretende se mudar. Esse desejo de permanecer no local justifica a sua disposição às lutas que os moradores do Raízes da Praia têm tido que enfrentar para garantir o direito de viver no terreno que escolheram ocupar. Ela chegou à ocupação ainda quando esta se encontrava em seu terceiro dia. Morava de aluguel em uma casa no bairro Caça e Pesca, próximo dali, quando passou, de ônibus, pela ocupação e resolveu se informar como poderia participar.

Eu já estava devendo dois meses, eu estava desempregada, mamãe desempregada, eu com três filhos, o homem só pedindo a casa, para onde que eu ia, meu irmão, pelo amor de Deus? Eu estava sem saber o que fazer, a minha solução era essa e até hoje essa está sendo minha solução. Se, um dia, resolverem requerer isso aqui, pra onde que eu vou? Eu vou morar no meio da rua com meus filhos, porque eu não tenho para onde ir, eu não tenho!¹⁴⁷

Quando chegou na ocupação, foi informada de que já não havia mais vaga. Mas continuou insistindo, até que conseguiu. “Logo no começo, ninguém podia sair, porque tinha conflito. E muita gente desistiu, muita gente mesmo desistiu (...) Porque não aguentaram a luta, né? Achavam que não ia dar certo, não acreditaram e acabaram saindo”¹⁴⁸. Ela conta que foi a primeira moradora a trazer suas coisas para ocupação e, de fato, morar. “Trouxe geladeira, botijão, tudo que eu tinha, fogão, tudo, cama, tudo, eu botei aí debaixo”¹⁴⁹.

Ela também é a única a possuir casa de alvenaria na comunidade. Ergueu sua casa e o comércio com o dinheiro que recebe do auxílio-reclusão. Hoje, por possuir uma moradia com melhor infraestrutura, afirma que a vida tem sido bem menos sofrida.

Agora, eu gostaria muito que essas pessoas [Prefeitura e proprietário] tivessem consciência e resolvessem esse negócio desse terreno, sabe? Que cada qual fizessem as suas casinhas,

¹⁴⁶ Entrevista com Dona Aucélia concedida no dia 14 de março de 2017.

¹⁴⁷ Idem.

¹⁴⁸ Ibidem.

¹⁴⁹ Ibidem.

cada qual tivessem seus cantinhos já quieto, porque não é bom, viu? Principalmente em períodos de chuva, não é bom você tá num barraco, não é bom! Eu digo porque já senti isso na pele, não é bom! Tinha noite que quando começava a chover, eu pedia a Deus pra não chover, porque eu tinha medo do meu barraco cair por cima de mim, eu tinha medo, muitas vezes eu pedi muito isso a Deus: ‘Deus, não chove hoje, não, por favor!’ Eu pedia assim, porque, se chover, o barraco vai cair, porque era feio o meu barraco, viu... Mas, graças a Deus, eu consegui erguer e tô aí, né?¹⁵⁰

Houve, entretanto, questionamentos por parte de outros moradores, já que os lotes ainda não foram divididos entre eles. Mas, ainda assim, ela construiu a casa e o esgotamento sanitário. A justificativa para a construção da casa, segundo ela, era pela necessidade de matricular seus filhos na escola. “Porque eu precisava muito de um comprovante de endereço, pois eu tinha muita dificuldade por causa dos meus meninos, pro colégio. Se eu fosse fazer qualquer coisa: ‘Tem comprovante?’ Aí eu: ‘Não, eu moro em tal canto’. Mas como é que eu vou comprovar?”¹⁵¹

Hoje, os demais moradores, quando necessitam de comprovante de residência, usam o de Dona Aucélia. E é essa solidariedade, essa ajuda mútua entre os moradores o que se torna mais presente na fala de Dona Aucélia. É por essa noção de coletividade que ela criou apego pela comunidade e que a faz não querer sair. Também é essa concepção de que os problemas ali encontrados são comuns entre cada um dos moradores, de que tudo é uma luta coletiva e comunitária, que ela se sente mais segura naquele local e, desta forma, não convive com o sentimento de medo que a situação ainda instável da ocupação poderia gerar.

Rapaz, medo eu não tenho de perder [a casa], não. Assim, só quem sabe responder assim é Deus, porque eu mesmo não sei responder. Seja o que Deus quiser! Pois, se eu perder, não vai só eu, vai um montão, pois não sou só eu quem tô, existem várias famílias, oitenta e tantas famílias, então é todo mundo pela mesma dor, é tudo mundo pela mesma situação, o problema de um é o problema de todos, né? O meu problema é o problema do meu vizinho, o problema do meu vizinho é o problema do meu outro vizinho. Então, se mexer com um, mexe com todos! Não vai mexer comigo, vai mexer com o global, né? A comunidade toda, do maior ao menor. Aí é difícil, porque todo mundo vai sentir na pele o mesmo problema.¹⁵²

¹⁵⁰ Ibidem.

¹⁵¹ Ibidem.

¹⁵² Ibidem.

A palavra “vizinho” é citada pela moradora 22 vezes, o que demonstra a importância que essa relação de proximidade tem para ela, não só proximidade geográfica, mas de sonhos e dificuldades em comum. Ela, inclusive, chega a afirmar que tais vizinhos, hoje, compõem, na prática, a sua família. Como ela vem do interior e seus parentes vivem distantes, são àqueles moradores vizinhos, que lutam juntamente a ela pelo direito à moradia, a quem ela pode recorrer.

Aucélia se mostra, entretanto, incomodada com a falta de resolução da situação dos moradores do Raízes da Praia. A ocupação já se estende por oito anos, mas ainda não há garantia do terreno, as casas ainda são barracos e não há previsão de aquisição do documento de propriedade das casas. Junto a isso, a incerteza: “a gente nunca sabe o que pode acontecer...”¹⁵³ Como as questões legais de terreno ainda não estão resolvidas, a comunidade enfrenta ainda o problema da falta do saneamento básico, com esgoto a céu aberto no centro da ocupação, trazendo o risco de doenças. Apesar do arrefecimento nos conflitos com o proprietário das terras, ela avalia a realidade em que vivem ainda como muito complicada: “Não em termos de quem mora aqui, mas em termos políticos, né? Porque os políticos não fazem nada por ninguém, continuam parados e dizem que vão fazer, e não fazem. É aquela história: ninguém sabe mais o que vai acontecer...”¹⁵⁴

O terceiro entrevistado foi Gabriel Gomes, de 20 anos. Ele apareceu na rua em que eu estava, onde fica a casa de Seu Assis, quando eu estava terminando a entrevista com Dona Aucélia. Nos apresentamos e começamos a conversar. A entrevista foi a mais curta entre todas, tendo durado cerca de 15 minutos. Não por pressa ou por indisposição, uma vez que se mostrou bastante simpático e solícito. Mas por ser mais objetivo nas respostas e também por ter menos tempo na comunidade, tendo chegado bem depois dos períodos de maior embate com o proprietário da terra. Ele é um jovem que vive a comunidade, apesar de não ser envolvido nos debates e lutas pelo direito à moradia.

Gabriel não tem emprego. Ocupa-se com atividades esportivas, treinando kickboxing e muay thai. Participa de campeonatos e se orgulha em mostrar as medalhas que já ganhou, que apresentou, inclusive, durante sua entrevista ao coletivo Nigéria, o qual incluiu estas imagens no documentário. Ele diz que parou de competir por falta de patrocínio, mas que continua treinando e dando aulas de kickboxing, porque tem o objetivo de se tornar professor da arte marcial. “Eu

¹⁵³ Ibidem.

¹⁵⁴ Ibidem.

vou até onde Deus permitir nas artes marciais. Quero continuar, ser um mestre, um dia ter a minha própria academia, ter meus próprios alunos. É isso aí que eu quero”¹⁵⁵.

Ele também dá aulas de ginástica laboral na praia, para colegas da própria comunidade, de forma voluntária: “As meninas daqui, eu dou aula pra elas lá de graça. Eu só peço uma coisa: ‘eu não quero o dinheiro de vocês, eu só quero uma coisa, que vocês venham! É de graça, eu quero que vocês se esforcem, dêem o seu máximo que eu ajudo vocês”¹⁵⁶.

Figura 14: Gabriel Gomes, morador do Raízes da Praia



Fonte: reprodução da websérie Cartas Urbanas, do coletivo Nigéria.

A atitude do jovem manifesta um sentimento que também foi percebido em Seu Assis e Dona Aucélia, que é o de solidariedade com os vizinhos da comunidade. Ele reforça o sentimento de pertença que construiu com o lugar e a relação positiva que possui com os moradores do Raízes da Praia:

Cara, eu acho uma maravilha, ó [viver no Raízes da Praia]. Porque você acorda, você tem pessoas de bem aqui nessa parte, né? Só tem gente conhecida, porque lá, quando eu morava ali, não era ruim, mas eu não tinha esses vizinhos assim: “– Bom dia! – Bom dia, vizinho!” Eu não tinha assim vizinhos chegados. Aqui não, aqui eu tenho vizinhos chegados e tal, a gente pode entrar ali, eu entro ali na casa da Ana, beleza, eu entro aqui no

¹⁵⁵ Entrevista com Gabriel Gomes, concedida em 14 de março de 2017.

¹⁵⁶ Idem.

Seu Assis, eles entram lá... É como se fosse uma família só, a gente é assim aqui.¹⁵⁷

Assim como Aucélia, Gabriel associa seus vizinhos à sua família. Ele mora com seu pai e chegou em 2012 na ocupação. Antes, moravam em uma casa alugada no mesmo bairro. Pagavam R\$ 300 reais de aluguel, fora outros R\$ 100 com as contas de água e luz. O orçamento ficava apertado. Contudo, como já possuía amigos no Raízes da Praia e diariamente ia pra comunidade pra conversar com eles, recebeu o convite de uma amiga para morar lá, quando surgiu uma vaga. Falou com seu pai e decidiram aceitar o convite. A casa já estava erguida. Apenas levaram seus pertences e começaram a morar.

No episódio Vazio Ocupado, além de falar de suas atividades no esporte, Gabriel relata sua visão sobre o problema destacado pelos outros dois moradores entrevistados: o preconceito.

É assim: e aí quando alguém: “ei, Biel, tu mora aonde?” A galera me chama de Biel. “Macho, eu moro ali, lá naquela comunidade ali”. A galera fala: “Aquele invasão ali, é?” E eu falo: “É. Eu moro lá mesmo” (...) Na minha escola, a galera começou a perguntar, e eu pensava que eles iam me rejeitar. Mas não. Aí: “– É mermo, tu mora ali, é, mah? – É, eu moro ali. – Ei, mah, ali não é perigoso não? – É não, mah! Ali é muito é bom de morar, mah, ali! Só é ruim porque a casa é de madeira e tal, de estábulo, mas não importa, não. Você tendo um teto, uma cama pra dormir, beleza!”¹⁵⁸

O fato de morar em uma ocupação, aponta Gabriel, faz com que as pessoas de fora o olhem de maneira preconceituosa, por ser visto como um “favelado”. Segundo ele, as pessoas o perguntam se ele tem vergonha de morar lá: “Tenho não! Tinha vergonha se eu morasse debaixo de uma ponte ou no meio da rua, mas eu tenho uma casa pra morar, não pago nem luz, nem água, tá bom demais!”¹⁵⁹

O termo favela ele recusa para definir o local onde mora. Para o jovem, favela é onde morava antes de morar com seu pai de aluguel. Vivia com sua mãe em uma outra ocupação. Sua mãe, diz, foi a primeira a ocupar (ele usa o termo invadir) o local e, em seguida, outras pessoas passaram a viver lá também, num território do Castelo Encantado, comunidade também

¹⁵⁷ Ibidem.

¹⁵⁸ Transcrição de fala do episódio Vazio Ocupado, da websérie Cartas Urbanas, disponível no link: <https://vimeo.com/album/3893619/video/180625473>

¹⁵⁹ Entrevista com Gabriel Gomes, concedida em 14 de março de 2017.

localizada no Vicente Pinzón. “As pessoas começaram a invadir também, aí virou uma favela de beco estreito, num sei o quê. Agora, lá eu digo que é uma favela, porque era perigoso e ainda é. Eu vou lá, mas eu vou lá com medo, e é porque eu já morei lá”¹⁶⁰.

Favela, em sua visão, está associada à ideia de violência, de insegurança. O que, defende, não há no Raízes da Praia e, por esta razão, não concorda que a comunidade seja chamada de favela. Ele aponta a mesma situação citada por Seu Assis e Dona Aucélia sobre os assaltos na Praia do Futuro, nas proximidades da comunidade. “Às vezes, a galera rouba ali na praia e corre pra cá pra dentro. Aí, a polícia pensa que é a gente que mora: ‘Eles correram pra cá, eles moram ali!’ Porque eles chamam aqui de favela, sabe? Mas, pra mim, eu não conheço aqui como favela”¹⁶¹, afirma.

Por esta razão, ele diz que sente a necessidade de uma melhor infraestrutura na comunidade para que assaltantes não se escondam mais nela e que a imagem de favela possa ser modificada, por meio da melhoria nas habitações. Ele defende a instalação de um portão na comunidade, de forma que caracterizasse o local como uma vila, que é como o vê, e também a construção de casas de alvenaria, para proteger a população durante o período de chuvas, em que os barracos são danificados.

A maneira de Gabriel ver a ocupação como uma vila também reforça o entendimento de coletividade, de comunidade, que tem em relação ao Raízes da Praia. Apesar de todos os problemas que observa, ele afirma não sentir vontade de morar em um outro lugar, pelas afetividades construídas com as pessoas do local e também com a praia. Afirmou, inclusive, que quando passou quatro dias fora da comunidade, na casa de sua mãe, sentiu falta do mar.

Não tenho vontade de sair daqui não! Eu me sinto bem aqui. Se eu for morar em outro lugar, eu não vou gostar assim, me adaptar com o local. Aqui não, aqui eu falei até com a minha namorada: “Olha, se um dia a gente chegar a morar junto, eu não vou querer morar em outro lugar, não! Eu vou querer morar aqui, perto da praia, aqui mesmo embaixo”¹⁶².

Os três moradores entrevistados na ocupação Raízes da Praia possuem uma trajetória bem distinta na sua relação com a luta pela moradia. Seu Assis já vinha de movimento social e já havia vivido outros enfrentamentos tanto pela garantia de sua própria habitação, como por aquela

¹⁶⁰ Idem.

¹⁶¹ Ibidem.

¹⁶² Ibidem.

de outras pessoas, que apoiava através de seu envolvimento no Movimento dos Conselhos Populares. Aucélia, por sua vez, nunca havia participado de movimento social, mas se envolveu nas lutas do Raízes da Praia desde o princípio, motivada pela necessidade da garantia de sua moradia, construindo até mesmo uma posição de liderança no local. Já Gabriel não possui uma relação forte com a luta comunitária, tanto pela idade, quanto por haver chegado ao local já quando este se encontrava numa situação mais estabilizada. O jovem percebe, inclusive, vantagens no fato de a área ser ainda uma comunidade não legalizada, pois, deste modo, não há a necessidade de pagar as contas de água e luz.

Por outro lado, os três demonstraram vários sentidos em comum em relação à comunidade em que habitam. Os dois mais marcantes foram: a ideia de coletividade, que faz com que enfrentem as dificuldades de forma mais branda, e o incômodo com o preconceito que encaram por viverem em uma ocupação. Um outro sentimento que também se destaca nos três é o desejo de continuar vivendo no local, uma afetividade que construíram com a área e com as pessoas que, juntas a eles, brigam para continuarem morando ali.

Esse sentimento nos remete às reflexões de Raquel Paiva (2012) quanto ela traz o conceito de “comunidade do afeto”. “Supõe-se que a estrutura comunitária mova-se em direção a saídas para a armação presente na atualidade” (PAIVA, 2012, p. 61). Conforme a autora, diante das características do modelo capitalista de sociedade e da impossibilidade de persistência dele, as pessoas têm buscado formas de associação, comunidades, unindo-se com por meio de laços e marcas de afetividade.

Raquel afirma que “(...) a vinculação afetiva parece estar assumindo a vetorização da relação entre os indivíduos movidos muito mais por esta determinante do que pelos tradicionais laços de parentesco, consanguíneos, territoriais e mesmo legais” (2012, p. 70). Esta análise é confirmada através da fala dos personagens do Raízes da Praia, especialmente quando Dona Aucélia reforça a ideia de que a relação de solidariedade criada com seus vizinhos a faz, hoje, considerá-los sua família. Não há marcas de parentesco, mas de afeto.

A autora também faz referência ao fato de que, em alguns lugares do País, a palavra comunidade substituiu favela.

É bastante comum a autonegação “sou de comunidade” por parte dos moradores desses espaços populares, muito mais no sentido do pertencimento a uma série de fatores além do territorial. Está implícito nesta autonegação o sentido de pertencimento a uma forma de existência, a uma turma, uma

tribo, ao encontro daquilo a que se refere o sociólogo francês Michel Maffesoli (1987). (PAIVA, 2012, p. 71)

Podemos associar esta reflexão à fala de Gabriel, quando este se recusa a chamar o Raízes da Praia de favela. Para ele, favela está associada à violência e à ausência deste sentimento comunitário que encontra no local em que mora. Em relação à antiga ocupação em que morou – a qual, esta sim, ele denomina de favela –, Gabriel destaca a insegurança do local e diz sentir medo ao visitar a região, ainda que já tenha morado lá. O fato de morar no local, segundo ele, deveria inferir a uma espécie de solidariedade, de ajuda mútua, que ele encontra hoje no Raízes da Praia. E devido a esta relação construída com os vizinhos, ele defende o uso do termo comunidade.

Raquel defende que, na estrutura comunitária o dever e a tarefa para com o outro ainda são elementos de ligação. “Mas que considere muito fortemente a possibilidade de vinculação em que o afeto, a simpatia, a igualdade de interesses e de partilha definam os contatos” (RAQUEL, 2012, p. 71). Não somente este dever de ajudar o outro, mas o afeto e o sentimento de que os vizinhos enfrentam os mesmos problemas, de que as lutas são as mesmas, une a comunidade Raízes da Praia. E não somente ela. No Bom Jardim, na comunidade Nova Canudos, encontramos em Seu Dedé e em Raelly Pereira estes mesmos elementos, que une os moradores e os fazem querer permanecer juntos.

Os seis personagens aqui entrevistados formam minorias, no sentido do termo em que viemos trabalhando nesta pesquisa. Seguindo os apontamentos de Chaves (1970, p. 149), eles podem ser considerados minorias pela situação de desvantagem em relação a outro grupo, “maioritário”. Os moradores do Raízes estão em situação de subordinação em relação aos grupos detentores da terra a qual ocupam e do poder econômico (que acaba também se tornando poder de repressão, policial, uma vez que o dinheiro mostrou-se, no caso em questão, suficiente para comprar parte deste aparelhamento). Já os moradores do Grande Bom Jardim são minorias por estarem esquecidos pelo poder público, por serem preteridos em relação à população dos bairros centrais da capital cearense. Vieira também destaca que “as minorias recebem quase sempre um tratamento discriminatório por parte da maioria” (Idem) e o preconceito, como pudemos observar no relato destes personagens, é um problema recorrente apontado pelos mesmos.

Minoria, como vimos, não diz respeito necessariamente a grupos quantitativamente inferiores a grupos maioritário. Assim fosse, seria difícil enquadrar a população do Grande Bom

Jardim nesta categoria, uma vez que a região agrupa mais de 200 mil pessoas. Minoria está ligada a questões de poder, de dominação e de questionamento dessa dominação.

Os personagens do Cartas Urbanas são pessoas que lutam pelo direito à cidade. Para Sodré (2005, p. 11-12), as minorias, em sua noção contemporânea, referem-se a setores sociais ou frações de classe comprometidas com a luta pela questão social. São minorias por terem acesso à fala pela, mas lutam por essa possibilidade de falarem e de serem ouvidos. Lutam pelo reconhecimento de suas demandas. O conceito de minoria, conforme o autor, “implica uma tomada de posição grupal no interior de uma dinâmica conflitual” (Idem, p. 12).

Estes grupos minoritários aqui tratados nesta pesquisa também estão associados a movimentos sociais. São, em especial, movimentos ligados à luta por moradia, mas há também aquele relacionado às políticas culturais para a juventude, que é ao qual pertence o jovem Wilbert Santos, do Grande Bom Jardim. Seguindo as postulações de Gohn (2007, p. 242), movimentos sociais, de uma forma geral, envolvem um coletivo de pessoas que demandam algum bem material ou simbólico. Estas pessoas possuem um interesse em comum, possuem uma identidade compartilhada, ou seja, partilhavam de uma realidade comum, antes mesmo de agruparem-se em prol de seus direitos.

A autora também afirma que os movimentos sociais tratam-se de espaços não institucionalizados, nem na esfera pública, nem na privada. É o que vemos nestes grupos dos quais participam os personagens da série, que participam direta ou indiretamente de associações formadas pelos próprios moradores, surgidas do reconhecimento de suas demandas e da necessidade de luta, contra interesses econômicos e frente ao poder público.

Por fim, Gohn defende que a identidade coletiva forjada por estes grupos é “amalgamada pela força do princípio da solidariedade” (2007, p. 251). E a solidariedade, como vimos nos relatos apresentados, é o laço mais forte apontado pelos moradores, o que os une na luta e no desejo de formarem juntos uma comunidade de afeto.

CAPÍTULO 4 - A VOZ DAS MINORIAS NA WEBSÉRIE CARTAS URBANAS

4.1. Parceria e conflitos: como surgiu o Cartas Urbanas

4.1.1. O direito à cidade e o surgimento das Cartas

Wibert briga por políticas culturais para a juventude em seu bairro, na perspectiva de que, assim, possa ser reduzida a violência urbana que assola o local; Seu Dedé e Raelly sonham com o saneamento da comunidade em que vivem, e lutam para realizar esse sonho; Seu Assis e Dona Aucélia almejam a garantia de suas moradias, após tantos enfrentamentos com forças contrárias; já Gabriel quer continuar a viver onde vive sem ter que sofrer preconceito em relação ao ambiente em que habita. Os desejos e anseios destes seis moradores de periferias de Fortaleza – entrevistados pelo coletivo Nigéria e, consequentemente, por este pesquisador – podem ser resumidos em uma bandeira de luta que, cada vez mais, vem sendo levantada pelos movimentos sociais: o direito à cidade.

Foi a partir da discussão desse direito que surgiu a ideia de produção da websérie Cartas Urbanas, produto que expõe, por meio de seis episódios de 13 minutos, casos de irregularidade fundiária, falta de acesso a serviços básicos, ausência de políticas públicas em comunidades de Fortaleza, entre outras problemáticas. No vídeo de divulgação da websérie¹⁶³, é lançada uma questão aos seus entrevistados e, para além destes, aos espectadores do vídeo: “você tem direito à cidade?”

Antes de entendermos o contexto da criação desta websérie, é preciso trazer uma breve discussão sobre o significado deste direito. O conceito de direito à cidade, que foi trazido por Henri Lefebvre na década de 1960, foi incorporado à lei federal brasileira em 2001, no Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257). O sociólogo francês traz esse conceito como um direito de não exclusão da sociedade urbana das qualidades e benefícios da vida urbana. Ele exige o direito à cidade como uma recuperação coletiva do espaço urbano por grupos marginalizados que vivem nos distritos periféricos da cidade. “O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada” (LEFEBVRE, 2001, p. 117-118).

O autor questiona os novos usos da cidade:

¹⁶³ Vídeo pode ser conferido no link: https://www.youtube.com/watch?v=oY9rGW_o2fE.

A cidade historicamente formada não vive mais, não é mais apreendida praticamente. Não é mais do que um objeto de consumo cultural para os turistas e para o estetismo, ávidos de espetáculos e do pitoresco. Mesmo para aqueles que procuram compreendê-la calorosamente, a cidade está morta (LEFEBVRE, 2001, p. 106).

Essa discussão da cidade para se ver e não para se viver, a cidade para o turista, como mercadoria, e não para sua própria população, é discutida por diversas vezes no Cartas Urbanas, tanto pelos moradores das comunidades retratadas como pelos pesquisadores do Lehab. A exemplo de Meire, moradora do bairro Serviluz, no episódio denominado Paraíso Segregado:

O que querem fazer vizinho ao porto [a comunidade fica ao lado de um porto de cargas e passageiros] não é pra favorecer a comunidade, mas pros turistas, que vêm aqui só por duas horas, uma hora. E, quando o povo vai pra rua e reivindica, eu quero deixar essa declaração para o povo de Fortaleza, que a gente vai pra rua não é porque somos baderneiros, só pra destruir. Não, a gente vai com idealismo¹⁶⁴.

A fala de Meire demonstra a preocupação com ações que são planejadas pelo poder públicos que visam transformar a região que há anos habita em uma área turística. Para isso, as medida inicial seria a retirada da comunidade do local. Ela questiona a prioridade que se dá à cidade aos turistas, em detrimento de sua própria população.

As ideias de Lefebvre, que dão a tônica dos debates do documentário em questão, além de terem sido amplamente apreendidas pelas áreas de geografia e planejamento urbano ao redor do mundo, tornaram-se slogan de muitos movimentos sociais, a exemplo do movimento de moradores de barracos Abahlali baseMjondolo, na África do Sul; da Right to the City Alliance, uma aliança de mais 45 organizações nos Estados Unidos contra o deslocamento de pessoas motivado pela gentrificação¹⁶⁵; do Recht auf Stadt, uma rede de *squatters* (posseiros), inquilinos e artistas em Hamburgo; entre vários outros movimentos na Ásia e na América Latina.

Como já citado anteriormente, a websérie integra o projeto “Direito à Cidade: Fortaleza”, desenvolvido desde 2014 pelo Laboratório de Estudos da Habitação (Lehab), da Universidade

¹⁶⁴ Transcrição de fala do episódio Paraíso Segregado, da websérie Cartas Urbanas, disponível no link: <https://vimeo.com/album/3893619/video/162626662>.

¹⁶⁵ Proveniente da palavra inglesa "gentrification", o termo gentrificação se refere ao fenômeno que afeta uma região ou bairro pela alteração das dinâmicas da composição do local, a exemplo de novos pontos comerciais ou da construção de novos edifícios, que acabam valorizando a região e, por consequência, afetando a população de baixa renda local.

Federal do Ceará. Trata-se de uma pesquisa que estuda estratégias e instrumentos de planejamento e regulação urbanística voltados à implementação do direito à moradia e à cidade, que vem sendo desenvolvida com outros grupos de pesquisa em São Paulo e no Rio de Janeiro, dentro de uma pesquisa denominada “Estratégias e instrumentos de planejamento e regulação urbanística voltados à implementação do direito à moradia e à cidade no Brasil – avanços e bloqueios”.

O citado estudo vem sendo desenvolvido em parceria com outros dois grupos de pesquisa: Observatório das Metrópoles¹⁶⁶ e LabCidade – Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade¹⁶⁷. A investigação se estrutura em 3 eixos: predomínio do projeto urbano sobre o processo de planejamento; transformações nos movimentos sociais urbanos; e grandes conjuntos habitacionais e segregação espacial.

Então, o Cartas Urbanas veio para integrar essas discussões. Entretanto, a ideia de produção da websérie partiu dos integrantes do Nigéria, em específico de Roger Pires e de Pedro Rocha (que posteriormente saiu do coletivo, como contado anteriormente). Conforme explicou Roger, no início do ano de 2014, o coletivo foi contratado pelo Lehab para passar 36 meses acompanhando o Lehab.

Começou numa assessoria de comunicação, com uma plataforma online como central, fazer um site pro Lehab, pra eles ficarem alimentando com coisas das pesquisas, dos eventos que eles participam e tal. E fazer alguns vídeos, dentro do que é a nossa especialidade. Cobrir alguns eventos, fazer algumas reportagens, entrevistas. Aí foi amadurecendo, amadurecendo, e aí a gente pensou: “não, por tudo o que a gente tem acompanhado aqui, vamo bolar um documentário, uma série com esses temas, né?” Aí foi nascendo a ideia do Cartas Urbanas¹⁶⁸.

O projeto foi apresentado ao Lehab, mas, até a sua aceitação, houve bastante resistência por parte do Laboratório, conforme lembrou Roger. A dificuldade apontada por ele é que, por serem pesquisadores de um outra área, da arquitetura e urbanismo, e não da comunicação social, os integrantes do Lehab não conseguiam visualizar a proposta da websérie. “A galera não entende, entende linguagem escrita, reunião, e assim, foi muito difícil conceber a série. A gente

¹⁶⁶ Ligado ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ)

¹⁶⁷ Ligado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP).

¹⁶⁸ Entrevista concedida por Roger Pires ao autor em 21/07/2016.

veio ganhar moral quando a gente conseguiu mostrar o primeiro capítulo do Cartas Urbanas pra eles. Aí eles disseram: ‘Ah, é pra falar alguma coisa? Tá maravilhoso!’”¹⁶⁹

A definição de que o produto final seria uma websérie se deu pelo fato de que havia várias temáticas a serem abordadas dentro dos estudos do Laboratório. A ideia, portanto, foi de criar um episódio abordando cada um destes temas. A escolha destes ficou a cargo do Lehab. Após definidos os temas, os integrantes perguntavam aos pesquisadores que comunidades representavam melhor cada assunto. Os pesquisadores apresentavam as opções e a decisão final se dava pela maior viabilidade de realização de um produto audiovisual em determinada comunidade.

Assim, em junho de 2015, o Nigéria começou a gravar os três primeiros episódios do Cartas Urbanas. Na primeira parte da websérie, estes trataram das discussões das desapropriações na comunidade Trilha do Senhor para a construção do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), da Zona Especial de Interesse Social (Zeis) do Grande Bom Jardim e, por fim, das remoções no bairro Serviluz para o projeto urbanístico da Aldeia da Praia. Esta primeira etapa foi exibida ao público, em sessão aberta e gratuita no cinema do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, em abril de 2016.

“Aí, os demais capítulos já foram mais fáceis, porque eles [pesquisadores do Lehab] haviam visto o que a gente tava fazendo”¹⁷⁰. Os três capítulos seguintes foram gravados em janeiro de 2016. Os temas escolhidos foram: ocupação de moradia, com o caso do Raízes da Praia; a Operação Urbana Consorciada¹⁷¹ criada para a construção do shopping RioMar no bairro do Papicu, em Fortaleza, impactando a comunidade do Pau Fininho; e, por último, conjunto habitacional do programa federal Minha Casa, Minha Vida, contando a história do Cidade Jardim, localizado no bairro periférico do José Walter.

O resultado da produção foi exibido também em sessão no cinema do Dragão do Mar em agosto de 2016.

¹⁶⁹ Idem.

¹⁷⁰ Ibidem.

¹⁷¹ A Operação Urbana Consorciada (OUC) é um instrumento urbanístico instituído pelo Estatuto da Cidade e utilizado para requalificar uma área da cidade ou para implantar e/ou ampliar infra-estruturas urbanas através de intervenções em áreas onde haja interesse imobiliário com demanda acima dos limites estabelecidos pela legislação urbanística. Ela autoriza o Poder Público Municipal a conceder, dentro de um perímetro definido em lei própria, índices e parâmetros urbanísticos adicionais àqueles previstos na legislação ordinária de uso e ocupação do solo, em troca de Contrapartida a ser paga pelo interessado.

4.1.2. Os conflitos do trabalho em parceria

Ainda em 2010, quando oficializaram o grupo como um coletivo, os integrantes do Nigéria produziram seu primeiro documentário, o *Água Envenenada: Sede por Justiça*, sobre o uso de agrotóxicos em fazendas no interior do Ceará. A produção foi solicitada e financiada pelo movimento Frente das Águas, como explicado anteriormente no segundo capítulo desta pesquisa. O resultado final no filme não satisfez os jovens, pelo fato de que tanto o movimento, quanto o MST e o MTST, que tinham parceria com a Frente, solicitaram diversas alterações na edição, transformando-o, como o coletivo mesmo denomina, em um panfleto.

A experiência trouxe ensinamentos aos jovens, em especial quanto às relações que devem ser construídas com os parceiros em seus filmes. Desde então, o coletivo se empoderou mais em suas decisões, passando a não aceitar mais todas as imposições da entidade que o contratava para realizar um documentário. Os conflitos, entretanto, permaneceram. E a negociação, perceberam, acabou tornando-se inevitável. Às vezes, mantinham suas ideias a respeito do desenrolar de uma produção; outras, tinham que ceder.

Assim foi com o Lehab na produção do *Cartas Urbanas*. Os desentendimentos surgiram desde que o projeto foi sugerido e não compreendido pelos pesquisadores. O resultado agradou, desta vez, tanto ao coletivo como ao grupo de pesquisa, mas até que se chegasse à edição final, houve diversos momentos de conflito.

Para Yargo Gurjão, os embates já eram esperados:

Assim, a primeira coisa que eu esperava, que a gente tá acostumado, é assim: ou as pessoas intelectualizam o nosso protagonismo, ou mesmo quando não tem nada pra falar, você quer falar alguma coisa, entendeu? Isso é muito comum que exista no movimento social, sempre quer dar um pitaco, mesmo que seja um pitaco vazio. Às vezes, rola isso.¹⁷²

No caso do Lehab, não houve uma compreensão de que os “pitacos” eram vazios. Mas, no entendimento dos integrantes do Nigéria, provinham, por vezes, de uma não familiaridade com o universo do audiovisual e, por outras, por contradições entre teoria e prática em seus estudos. Conforme Roger Pires, o coletivo chegou a uma percepção de que, em algumas

¹⁷² Entrevista concedida por Yargo Gurjão ao pesquisador em 21/07/2016.

situações, o que os pesquisadores do Lehab buscavam não condizia com o que os moradores das comunidades tinham a dizer. “Eles tão debatendo, mas quem tá vivendo, tá lá...”¹⁷³, comenta.

Na primeira versão, no meio dessas falas, ele [Gabriel, personagem do episódio Vazio Ocupado] fala: “Quase todos os meus amigos estão na droga. Eu é porque entrei nessa do esporte e tal, senão eu estava do mesmo jeito”. Mandei essa fala pro Lehab, pra primeira revisão. Disseram que era pra tirar, porque essa fala era muito clichê. Ou seja, pro Lehab, isso é um clichê. Pra gente, isso constroi a pessoa. Pode ser que ele seja essa pessoa que fala clichê. Assim, não pode ter alguém que dê um depoimento clichê, ou um depoimento errado, ou mal falado? Entendeu? Mas a galera preferiu tirar e, nessa negociação, essa fala, por exemplo, saiu.¹⁷⁴

Esse mesmo personagem, o Gabriel, em outro momento, fala sobre os campeonatos de muay thai dos quais já participou, e da medalha que recebeu. Esta foi outra fala que os pesquisadores queriam retirar, por estar fora do contexto da temática tratado no episódio, que era a ocupação. “Não tem nada a ver, mas, ao mesmo tempo, tinha tudo a ver. Porque assim, velho, ele é uma pessoa, ele é um jovem que tá se descobrindo, e ele também tem anseios, tá ligado? Talvez ele queira ser um lutador. Não é porque ele tá na ocupação que ele não pode ter isso”¹⁷⁵, analisa Yargo Gurjão. Já nesta negociação, a fala permaneceu no vídeo.

Roger aponta outro momento conflitivo, que foi quando os discursos encontrados nas comunidades, com alguns entrevistados, se contrapunham ao que defendiam os pesquisadores:

(...) é o contradiscurso tradicional, né? A mídia diz que favela é ruim, só que o movimento social, o Lehab também, diz que favela é ótimo. Aí, quando a gente vai filmar, a gente percebe que tem coisas boas e tem coisas ruins. Tem coisas que alguma galera acha boa, e uma parte da galera acha ruim, e que tem o Gabriel, que é um cara super legal do esporte, mas que pode falar um clichê conservador, e isso, véi... isso é o que a gente encontra mais. Só que na hora de montar no vídeo, como a gente está fazendo com um parceiro, é mais difícil de... num filme, a gente fica muito mais livre pra fazer isso, mas nesse produtos mais [feitos em parceria]...¹⁷⁶

¹⁷³ Entrevista concedida por Roger Pires ao pesquisador em 21/07/2016.

¹⁷⁴ Idem.

¹⁷⁵ Entrevista concedida por Yargo Gurjão ao pesquisador em 21/07/2016.

¹⁷⁶ Entrevista concedida por Roger Pires ao pesquisador em 21/07/2016.

Conforme Roger, o processo era o seguinte: quando os vídeos estavam montados, já nos 13 minutos, que foi o padrão em todos os episódios do Cartas Urbanas, o coletivo os enviava para os pesquisadores, que avaliavam a produção.

‘ – E aí, tá legal? Tem alguma fala que tá errada? Alguma coisa nada a ver? – Ah, isso aqui tá errado, troca por outra fala tal. Isso aqui não tá tendo conexão com o tema, porque tá falando outra coisa’. Ou então: ‘ – Essa fala é muito clichê, e a gente acredita que dentro dessa perspectiva da pesquisa isso aqui pode atrapalhar’ Aí, a gente vai, dá uma ajeitada...¹⁷⁷

Conforme Roger, o processo é cansativo, a parte mais chata de todo o trabalho. Entretanto, apesar da necessidade de toda essa negociação, ele afirma que a relação com o Lehab, em comparação com todas as instituições com as quais o coletivo trabalhou, foi, na verdade, ótima. Para Yargo, uma das razões para que esse processo tenha sido menos desgastante com o grupo de pesquisa é, em sua opinião, o fato de o Cartas Urbanas ter sido ideia do coletivo. Uma condescendência um pouco maior, acredita, veio como forma de crédito, de reconhecimento de quem eram os “pais” do projeto.

Roger acredita que essa forma de trabalhar do coletivo, em que a edição do produto é aberta, é feita conjuntamente, tem seu lado positivo, por permitir colaborações que partem de uma visão de quem não é da área do audiovisual e de quem tem uma proximidade maior, seja por experiências de ordem prática, seja por meio de pesquisas, com o tema tratado no vídeo. “Às vezes, a gente ganha muito em considerações boas, e às vezes a gente... ‘É, assim, tal imagem tá tremida’. P***, mermão! A gente montou, a gente sabe o que é, a gente viu que tá tremida. Mas a gente acha que faz sentido, senão a gente não tinha botado”¹⁷⁸.

O Nigéria tem planos de dar continuidade à websérie, construindo novos episódios, tratando de temáticas e comunidades que não foram retratadas nos seis episódios já produzidos e lançados. Alguns dos temas já estão listados e a ideia é manter a parceria com o Lehab, mas de conseguir uma outra fonte de financiamento. Somente com esta, será possível, afirmam, continuar o projeto.

A gente tem o interesse de manter a parceria, de uma forma mais livre e eles pegando mais essa parte do tema mesmo, né? A gente queria que eles, sei lá, fizessem e fizessem bem feito apenas essa parte do tema. Sugeririam o tema, o conteúdo da informação.

¹⁷⁷ Idem.

¹⁷⁸ Ibidem.

Como a gente vai gravar, como a gente vai entrevistar, que tipo de imagem a gente vai fazer, que tipo de edição, que tipo de trilha, a gente prefere que a gente escolha. Assim, na real, é isso. É muito mais livre pra gente criar, entendeu? “Ah, essa trilha aqui não tá muito legal”. Tipo, p***, a gente faz audiovisual há sei lá quantos anos, escolhe uma trilha [sonora], e alguém que é pesquisadora, geógrafa, diz que a trilha não tá muito legal. E aí a gente fica tendo que se desgastar pra, de uma maneira saudável, não criar um conflito.¹⁷⁹

Como defende Migliorin, “coletivo é aberto e seria, assim, poroso em relação a outros coletivos, grupos e blocos de criação – comunidades”. (2012, p. 2), conforme discutimos no segundo capítulo desta pesquisa. Como um coletivo, o Nigéria associa-se a essa definição ao abrir-se a parcerias com instituições que compartilhem de sua forma de observar o mundo, de suas ideologias, por mais que este “abrir-se” também implique em conflitos e concessões.

Nessa relação com o outro, aponta o autor, o coletivo se transforma, se modifica. Isso se comprova com os aprendizados que os integrantes do Nigéria vão adquirindo com cada parceria. É nestas experiências que eles vão aprendendo até que ponto eles estarão dispostos a ceder com seus próximos parceiros, que eles vão definindo e redefinindo sua forma de atuação e seus termos. Como atesta Migliorin: “Um coletivo não faz unidade, mas é formado por irradiação dessa intensidade, um condensador, agregador de sujeitos e idéias, em constantes aproximações, distanciamentos, adesões e desgarramentos” (2012, p. 2).

4.2. As construções de sentidos dos personagens sobre a obra

4.2.1. A recepção pelos moradores do Grande Bom Jardim

À tardinha, em uma rua de terra batida, um homem passa apressado a cavalo. Mato ao lado, algumas poças de lama no meio e, à frente, diversas casas sem reboco. Ali, da calçada, sentado em uma cadeira de balanço, Wilbert Santos escreve uma carta, na qual se apresenta e fala sobre os problemas de sua comunidade. Passam senhoras simples, com cabos de madeira na mão. O jovem vai escrevendo e lendo suas palavras. Conta que na rua em que mora, aquela mesma que acabamos de descrever, consta, conforme os dados da prefeitura, que há asfalto.

¹⁷⁹ Ibidem.

Então, vemos novamente o logradouro de areia, pelo qual pessoas e bicicletas passam, carros correm, um cachorro caminha e uma galinha escapa ao movimento dos que se aproximam. Todos ocupando o mesmo espaço. Assim inicia o episódio Fronteira Esquecida, da websérie Cartas Urbanas.

As cenas reforçam a noção que o título do capítulo quer mostrar: ali não parece Fortaleza, a grande e moderna metrópole que atrai anualmente tantos turistas. Ali, o que se vê são tonalidades de interior, ou de uma localidade abandonada e que não acompanha o movimento pulsante de desenvolvimento da cidade. Ali é o Grande Bom Jardim, região caracterizada, de acordo com os moradores entrevistados nesta pesquisa, pelo esquecimento.

Apesar de visto como esquecido, o GBJ possui alguns equipamentos de referência, a exemplo do Centro Cultural Bom Jardim, que só foi concretizado após muita luta dos moradores da região. Ali naquele centro, Wilbert nos deu entrevista. Antes de começarmos a conversa com cada um dos seis personagens entrevistados neste trabalho, levamos a websérie em um tablet e os apresentamos nele o episódio referente à comunidade em que vivem.

No caso de Wilbert, aquela era a terceira vez que via a websérie. A primeira vez foi no dia do lançamento dos três primeiros episódios do Cartas Urbanas, em 9 de abril de 2016, no Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura. Naquele dia, ele saiu do GBJ com outros quatro moradores em um carro para ver a exibição. Dois deles, Seu Dedé e Israel, também foram personagens entrevistados pelo coletivo Nigéria para o episódio Fronteira Esquecida. A segunda vez foi em sua própria casa, quando o vídeo foi liberado na Internet.

Apesar de já conhecer a produção, Wilbert a viu com atenção. “Olha, esse lugar aqui é próximo da minha vó”¹⁸⁰, aponta, em certa parte do vídeo. Wilbert contou que foi procurado por Roger Pires, do Nigéria, pela rede social Facebook. Eles já se conheciam. Entre os anos de 2014 e 2015, diz, fez parte de uma oficina de audiovisual ministrada pelo Nigéria. “E aí, a gente gravou um vídeo falando sobre a juventude, as diversas juventudes do bairro. O nome é Envolvidos, tem no YouTube¹⁸¹. Aí, foi um processo muito massa, foi uma vivência muito boa, pra vida”¹⁸². O Envolvidos é um curta-metragem desenvolvido pelo Nigéria em parceria com o Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza. O vídeo trata da situação de jovens do GBJ que são

¹⁸⁰ Entrevista concedida por Wilbert Santos a este pesquisador no dia 2 de fevereiro de 2017.

¹⁸¹ Documentário pode ser visto no YouTube pelo link: <https://www.youtube.com/watch?v=5tcBNlqLITk>.

¹⁸² Entrevista concedida por Wilbert Santos a este pesquisador no dia 2 de fevereiro de 2017.

encaminhados ao tráfico de drogas na localidade. Após esse curta-metragem, Wilbert “se esbarrou” diversas vezes com Roger Pires em outras situações de mobilização social na cidade.

Então, quando ele me apresentou a proposta foi via Facebook, o Roger, e de cara eu aceitei, porque eu acho que não adianta se dizer militante se você não ajudar a causa do outro. Então, era uma bandeira que o Nigéria estava levantando e que a gente devia dar o maior apoio possível. De cara eu disse: ‘bora!’, sem saber o que era, e tamo junto.¹⁸³

Apesar de o vídeo a ser produzido falar sobre a situação do bairro em que Wilbert vive e das demandas dos moradores de lá, o jovem cita a websérie como uma “causa” do Nigéria. Essa interpretação se dava pelo fato de Wilbert ainda não conhecer bem a proposta do Cartas Urbanas, uma vez que aceitou “de cara” participar, sem muitas interrogações sobre o teor da proposta. E também porque sabia que a websérie não trataria apenas no GBJ, mas de outras regiões periféricas da cidade.

No contato pelo Facebook travado entre Roger e Wilbert, o integrante do Nigéria o solicitou que fizesse uma carta tratando das problemáticas da região em que mora. O jovem aceitou a ideia e produziu a missiva, que, em seguida, foi editada a pedido de Roger e, conforme disse na entrevista, em comum acordo. “A gente até fez algumas correções entre eu e ele, do que podia ser colocado e do que podia... é, algumas coisas eu queria extravasar, né? E ele disse: ‘não, vamo diminuir, porque talvez na somatória de tudo que a gente quer fazer você se sinta contemplado’. E eu disse: ‘de boa’”¹⁸⁴.

Perguntado sobre que coisas queria extravasar e não o fez, Wilbert citou como exemplo a fala de outro entrevistado do episódio, o Seu Dedé, quando este fala sobre o fato de os políticos só visitarem o GBJ em tempos de eleição. “Esse tipo de coisa eu queria falar assim mais escrachado, né? Mais pela emoção, não pela razão. Mas acaba que é preciso manter um equilíbrio pra manter um diálogo também com essa cidade que é tão vasta e tão desigual”¹⁸⁵. Como já participa de movimento social, Wilbert tem a compreensão que é preciso lutar, enfrentar o poder público, mas que, às vezes, é preciso baixar o tom para manter um diálogo. Ele viu o Cartas Urbanas como um caso do tipo, considerou o documentário como uma espécie de elo entre aquela comunidade e o poder público, uma comunicação que podia ser estabelecida entre

¹⁸³ Idem.

¹⁸⁴ Ibidem.

¹⁸⁵ Ibidem.

ambos os polos. “A minha carta era bem maior, era grandona. Aí eu cortei muita coisa, outras coisas eu falei improvisado na hora, porque eu pulei algumas partes”¹⁸⁶.

No dia da gravação, a equipe do Nigéria chegou à casa da avó de Wilbert, que era onde ele morava, às seis e meia da manhã. “Então, ela disse: ‘eu quero participar disso aí, como é que eu posso participar?’ E eu disse: ‘vó, faz um café aí pra nós’”¹⁸⁷. Wilbert gravou as cenas e, após isso, os integrantes do coletivo o convidaram para acompanhar o restante das gravações com os outros personagens. Wilbert ainda não sabia quem seria entrevistado, mas ele preferiu ficar em casa.

No dia da exibição da primeira parte do Cartas Urbanas no Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, Wilbert e outros moradores, que foram juntos no carro, compartilharam as expectativas sobre o filme. Para Wilbert, a ideia do Cartas Urbanas lhe chegou “seca”, e tudo o que sabia era que tratava-se de uma websérie de vários episódios, entre os quais, um seria sobre o Grande Bom Jardim.

A ideia chegou muito seca, mas quando a gente assistiu o vídeo, né, que foi uma galera daqui do bairro, a gente percebeu que era algo bem maior do que eles estavam propondo. E aí a gente assistiu eu acho que foi dois ou três episódios na estreia e viu que... aliás, a gente já foi com a percepção pronta de que os problemas que existem aqui não é nada diferente dos outros centros urbanos da cidade. Por exemplo, a Messejana passa por uma realidade muito parecida com a nossa, em relação a direito à moradia, o próprio direito à cidade, né? Em relação ao saneamento básico, à saúde, ao acesso à cultura, aos equipamentos de juventude. Então, a gente tem problemáticas muito parecidas e que a gente acaba lutando juntos pelas mesmas problemáticas.¹⁸⁸

Essa percepção de um laço que une essas diferentes comunidades através de dificuldades compartilhadas, Wilbert a viu representada por meio das cartas e dos depoimentos dos moradores das três regiões retratadas na primeira exibição da série. Ele revela, inclusive, que ainda guarda a carta que recebeu e leu durante as gravações, escrita por Cássia Sales, ex-moradora da comunidade Trilha do Senhor. Na websérie, cada morador que escreve uma carta, também recebe e lê a carta da comunidade a ser retratada em seguida.

¹⁸⁶ Ibidem.

¹⁸⁷ Ibidem.

¹⁸⁸ Ibidem.

Após a exibição dos vídeos no cinema, houve um debate entre a plateia, formada por alguns moradores das comunidades retratadas e o público em geral, e um convidado do Lehab, um personagem de um dos vídeos e um integrante do Nigéria. E, após esse momento, conta Wilbert, a discussão sobre o filme continuou. A turma que tinha ido em grupo do Grande Bom Jardim sentou-se nos arredores do Dragão do Mar e começou a debater sobre o que tinha visto na tela:

A gente percebeu que era tudo aquilo que a gente queria falar, mas não conseguia gritar. E aí, com mais um passo dado, a exibição do documentário, principalmente no Dragão do Mar, né? Depois do lançamento, a gente percebeu que a gente não tá só de forma alguma. São quase 220 mil habitantes no Bom Jardim, uma parte milita pelo direito à cidade, consegue se organizar no bairro. E ter o vídeo do Nigéria ao nosso favor – a gente pode falar que hoje o vídeo do Nigéria ele roda ao nosso favor – é a perspectiva de que a gente não tá só na cidade. E aí, a gente aumenta a nossa vontade de lutar, sabendo que a gente não tá lutando só pelo Bom Jardim, a gente tá lutando por uma cidade mais justa, uma cidade que seja igualitária, né? Longe dos paradigmas de que a cidade é igual na teoria e na prática a vivência é outra. Mas a gente vai conseguir avançar com essas questões.¹⁸⁹

Então, neste momento, já após compreender melhor a proposta do coletivo com o Cartas Urbanas, Wilbert mudou seu posicionamento: a websérie deixou de ser “uma causa do Nigéria” pra ser uma produção que soma a favor das lutas de sua comunidade. Ele comemora como uma vitória própria, “mais um passo dado”, apontando, neste momento, o Nigéria como um parceiro nas reivindicações pelo GBJ. É interessante perceber também que a websérie contribuiu, para o caso específico de Wilbert, para fortalecer sua militância. Isso está claro quando ele afirma a produção “aumenta a nossa vontade de lutar”. E que a luta é coletiva, de várias periferias, e não só do GBJ. Como se aquelas cartas que simbolicamente criavam aquele senso de comunidade compartilhada tivesse gerado, de fato, uma comunidade gerativa, na compreensão de Raquel Paiva (2012), uma comunidade do afeto, que não está amalgamada necessariamente por uma condição geográfica, mas por fatores de identidade, do sentimento de compartilharem uma mesma luta.

¹⁸⁹ Ibidem.

O jovem cita que, após o vídeo, Israel, que ele não conhecia e que também foi entrevistado para o Fronteira Esquecida, conversou com ele sobre os problemas do bairro e se mostrou animado ao saber que ali existia um jovem como Wilbert, que lutava pelo bairro.

Então, a gente dialoga com os cinco bairros, mas a gente não consegue dialogar com esses cinco bairros, não sei se tu tá me entendendo, no aspecto de que, no projeto social, a gente consegue dialogar com todas as associações, os projetos sociais, iniciativas culturais, e tudo mais, mas, falar de comunidade pra comunidade, de eu chegar e dialogar com uma dona de casa, a gente não tem essa realidade, entende? Então, quando a gente vê o brilho nos olhos das pessoas, dos moradores que foram assistir, que no caso era esse rapaz, e como ele relata a visão dele em relação ao vídeo, é que dá o norte pra gente de que a gente não tá só. Acho que isso é muito forte pra mim, de que os projetos sociais dialogam e a gente consegue chorar e rir juntos, mas a gente não sabe o que passa dentro da casa da Dona Maria. Então quando a gente viu a empolgação do cara falando sobre o vídeo: ‘olha, isso aí é assim mesmo, não sabia que no Bom Jardim tinha um cara que nem o Wilbert que milita pela juventude, que escreveu tão bem aquela carta, num sei o quê...’, pô, essa luta aí é importante e eu vou chegar mais junto disso: como é que eu posso somar, e como é que eu posso trazer aquelas pessoas que moram perto da minha casa pra somar junto com essa galera em prol do bairro, entendeu? Esse rapaz chegou pra mim, esse posicionamento dele de não entender a dinâmica do bairro, de só conhecer a realidade da sua rua. Ele é um cara da comunidade, os outros, eu, o Seu Dedé, já somos militantes antigos, lutando pela cidade, dando a cara a tapa, tão aí lutando por vários direitos que tão sendo negados. A gente não tem o acompanhamento de como é que a comunidade recebe essas iniciativas. A gente sabe que elas existem, porque a gente tá lutando por elas. E vai longe.¹⁹⁰

Conforme Wilbert, o documentário também contribuiu para que ele se aproximasse de outras pessoas do próprio bairro, que não conhecia, que não estavam envolvidas com os movimentos sociais, mas que se importavam com o bairro e queriam melhorias. Ele entende que os movimentos não conseguem falar diretamente com a comunidade que está fora da militância, mas que um material audiovisual permite que essa comunicação seja feita ou, ao menos, despertada.

¹⁹⁰ Ibidem.

Para Wilbert, o Cartas Urbanas foi leal à realidade que se propôs a apresentar: “fiel ao ponto de retratar o que a gente sempre fala”¹⁹¹. E ele aponta um outro ponto positivo a favor da produção: conforme diz, nas lutas da cidade, estão presentes sempre os mesmos movimentos, os mesmos coletivos, de forma que o debate circula entre as mesmas pessoas, os mesmos grupos. Há uma dificuldade de fazer as bandeiras de reivindicação reverberar entre outros públicos e de fazer com que as pessoas que vivem uma outra realidade saibam e compreendam o que passa na vida daqueles que estão protestando. “E aí, ser retratado isso de uma forma de audiovisual, é pra escancarar pra cidade o que a gente vem fazendo e que as pessoas parece que não querem escutar, entende? Então, o Cartas Urbanas, pra mim, ele retrata isso”¹⁹².

Ele falou também que, após a exibição, a websérie repercutiu na comunidade, entre os movimentos sociais do Grande Bom Jardim. “Foi algo que foi colocado nas discussões da Zeis [Zona Especial de Interesse Social], que trouxeram pra Rede DLIS [Rede de Desenvolvimento Sustentável do Grande Bom Jardim], pra debater sobre essas problemáticas, que foi algo que a gente dialogou num curso que eu fiz sobre direito à cidade, na escola popular de direitos humanos, aqui do bairro também”¹⁹³.

Por outro lado, perguntado sobre as formas de apropriação do vídeo dentro das lutas do bairro, ele afirma que o vídeo não vem sendo utilizado. Apesar de considerá-lo fiel à realidade da região, o material audiovisual, que está disponível na Internet, não foi levado para exibição em encontros dos movimentos populares do bairro, não tem sido tomado como ferramenta para iniciar discussões, dentro e fora do bairro, por aqueles que vivem aquela realidade.

Outro vídeo do Nigéria, o Envolvidos, chegou a ser utilizado no bairro para iniciar discussões nas escolas sobre violência e o tráfico de drogas. “A gente trabalhou o Envolvidos dentro das escolas e com rodas temáticas. Tem um projeto aqui do bairro que é o JAP - Jovens Agentes de Paz, na época eu fazia parte, e aí o JAP trabalhou muito o Envolvidos dentro das escolas”¹⁹⁴. Wilbert crê que o audiovisual é um instrumento eficaz de fazer pessoas de fora do GBJ compreenderem o que passa na região, mas diz que esse potencial, no caso do Cartas Urbanas, não tem sido aproveitado.

¹⁹¹ Ibidem.

¹⁹² Ibidem.

¹⁹³ Ibidem.

¹⁹⁴ Ibidem.

Assim como Wilbert, Seu Dedé assistiu ao Cartas Urbanas, pela primeira vez, no Centro Dragão do Mar. Antes da entrevista, realizada na manhã do dia 6 de fevereiro de 2017, ele o viu pela segunda vez. Sentamos em volta de uma mesa, no Centro de Cidadania e Valorização Humana (CCVH), e ele começou a assistir. “Esse cara fala bem demais, dou mó valor esse cara”¹⁹⁵, disse, em tom de brincadeira, referindo-se a si próprio, quando apareceu no vídeo.

“Ficou muito bom esse vídeo”¹⁹⁶, comenta, ao ver as cenas da comunidade em que vive, a Nova Canudos. Em dado momento, aparece Dona Nenzinha, liderança popular do bairro que realiza trabalho voluntário no CCVH, e começa a ver o vídeo com Seu Dedé. “Melhorou foi muito, não foi, Seu Dedé? Desde que saiu o vídeo...”, diz ela, referindo-se a alguns problemas do bairro que considera ter melhorado, mas não explicou quais seriam essas melhoras. Seu Dedé continuou concentrado no filme.

“Essa Perdigão é osso! Conheço esse pessoal todinho. Sou do movimento”¹⁹⁷, afirma Seu Dedé, ao ver no vídeo Luiza Perdigão, à época diretora de Articulação e Integração de Políticas Públicas do Instituto de Planejamento de Fortaleza (Iplanfor). A diretora dizia, em sua fala, que o Plano Diretor de Fortaleza, surgido em 2009, necessitava ser regulamentado e, com isso, também as Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis), uma das principais lutas dos movimentos sociais do Grande Bom Jardim e questão que foi o tema do episódio Fronteira Esquecida. Ela afirmou, no vídeo, que até o fim daquela gestão municipal, que terminou em dezembro de 2016, essa regulamentação seria feita. Não foi. “Olha a Perdigão mentindo aqui”¹⁹⁸, disse Seu Dedé, chamando a atenção de Dona Nenzinha para o vídeo, como se já previsse a não execução da promessa feita pela agente pública.

Conforme já defendido pelos integrantes do Nigéria, o coletivo costuma, em seus vídeos, deixar clara a posição tomada. Não há uma pretensa imparcialidade: os protagonistas do Cartas Urbanas, conforme a intenção deles, seriam os moradores entrevistados. A fala deles é destacada, reforçada com as cenas captadas do local onde habitam que mostram os problemas apontados pela população, confluindo discurso e imagem, e esse discurso é reiterado pelas discussões tratadas no ambiente do Lehab. Por outro lado, o coletivo também afirmou, nas entrevistas realizadas, que há uma busca por uma pluralidade de vozes, ainda que seja dado um peso

¹⁹⁵ Entrevista concedida por Seu Dedé a este pesquisador no dia 6 de fevereiro de 2017.

¹⁹⁶ Idem.

¹⁹⁷ Ibidem.

¹⁹⁸ Ibidem.

diferente a cada uma delas. É como afirmou Yargo Gurjão: “A gente gosta de ouvir todos os lados. É a diferença aí de um movimento social. Movimento social não gosta de ouvir todos os lados”¹⁹⁹. Para o jovem formado em Jornalismo, apresentar outros lados de uma questão conflitiva contribui para elevar a credibilidade ao material que produzem perante os receptores.

Seu Dedé observa a posição contrária, que representa o poder público, e questiona aquela fala.

Essa Perdigão aí a gente já sabe quem é ela. Isso aí é papo, só desdobro. A gente já está acostumado. É uma luta que a gente fica... toda quarta-feira nós ia pra reunião lá no Habitafor²⁰⁰. Chegando lá, era esse mesmo peixe que ela tava vendendo e é uma coisa que a gente sabe que eles tão levando a gente assim que nem... só levando a gente assim na coleira.²⁰¹

Essa atitude reforça as reflexões de Martín-Barbero (1997), quando este defende que o receptor da mensagem não é somente aquele que a recebe e assimila aquilo que foi dito, mas aquele que tem uma posição ativa naquele processo comunicativo. Ele reage ao que foi dito, podendo concordar ou não. Ele emprega ao que foi dito suas próprias interpretações, que são construídas por meio de um complexo espaço de experiências deste indivíduo.

Por isso, ao rebater a fala de Perdigão, Seu Dedé afirma: “Conheço esse pessoal todinho. Sou do movimento”. Isto é, ele tem toda uma vivência que o traz conhecimentos sobre aquele tema que é tratado pela diretora do Iplanfor, inclusive em uma linguagem de difícil compreensão²⁰² – deixemos claro aqui que Seu Dedé é analfabeto –, e que o permite questionar informações e/ou opiniões dadas que não condizem com o que a sua experiência o mostrou. Seu Dedé comprova, em sua fala, a afirmação de Martín-Barbero que diz que “o receptor, portanto, não é um simples decodificador daquilo que o emissor depositou na mensagem, mas também um produtor” (1997, p. 228).

Seu Dedé informou que foi contactado pelos jovens do Nigéria para participar do filme porque estes já o conheciam pela sua atuação na Rede de Desenvolvimento Sustentável do Grande Bom Jardim (Rede DLIS).

Fomos nos conhecendo, aí os menino chamou, perguntando se podia fazer uma entrevista. Aí vieram pra cá, o Roger, aí tivemos

¹⁹⁹ Entrevista concedida por Yargo Gurjão ao autor em 21/07/2016.

²⁰⁰ Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza (Habitafor).

²⁰¹ Entrevista concedida por Seu Dedé a este pesquisador no dia 6 de fevereiro de 2017.

²⁰² Em dado momento, Perdigão afirma: “(...) quando não está lá na política a diretriz, a discricionariedade é muito grande”, apresentando um linguajar técnico e de difícil compreensão.

ali no canal, dando uma olhada no lixo, a validade da comunidade, né? Muito lixo, não tem esgoto, tudo céu aberto. Aí, foi fazendo esse trabalho, e ele disse: “nós vamo fazer um vídeo sobre isso”. E eu disse; “não, nós faz”. E pronto, fizemos.²⁰³

Na fala do morador, percebe-se que o trabalho que lhe foi apresentado pelo Nigéria logo foi assumido por ele como seu: “Nós faz. E pronto, fizemos”. Ele não se vê apenas como um personagem, mas como um produtor daquele vídeo. Isso porque, explica, ele acompanhou os integrantes do coletivo nas voltas que deram pela comunidade. Ele apresentou a situação do bairro e onde estavam os maiores problemas visíveis, para que os jovens pudessem gravar as imagens e, também, os levou a outra entrevistada, Raelly Pereira. Essa atuação, a ser ver, o pôs como também responsável pela elaboração daquele vídeo, com uma ação proativa e determinante para aquele resultado que se viu no vídeo.

Por mais de uma vez, ele afirma que “nós fizemos” o filme, quase como se fosse um dos integrantes da equipe. Esse posicionamento também remete a uma confiança na equipe de produção, a uma cumplicidade, a um entendimento de que o trabalho que ali estava sendo feito era em prol da comunidade. Isso até pelo conhecimento que já tinha dos integrantes do Nigéria, por havê-los visto em ações anteriores de mobilização social e de tê-los conhecido nestes meios. Além disso, assim como Wilbert, Seu Dedé também participou, anteriormente, do vídeo Envolvidos, como um dos personagens entrevistados. Então, já possuía uma certa intimidade e possuía um respeito pelas produções do coletivo.

Eu conversei muito tempo com eles, eu fiz a entrevista muito bem feita. Eu gostei do jeito deles, do entendimento deles do bairro. Eles andaram no bairro, andaram na casa da Raelly, todo mundo. Aí, fizemos esse vídeo, e deu pra gente assistir. Fui até convidado pra ir assistir lá. Fui eu, o Rogério, a Nenzinha, foi o nosso grupo. Só não foi a Raelly, porque ela tava com neném pequena e não deu pra ela ir. Ela até falou que queria assistir. E eu falei: “não, Raelly, vai chegar a oportunidade de tu assistir”. Hoje é o dia que ela vai chegar e ver²⁰⁴.

Ex-gari e hoje catador de materiais recicláveis, Seu Dedé, apesar de ativo nos momentos de cobrar políticas públicas para seu bairro, é humilde ao mostrar a gratidão de ter sido convidado para assistir ao filme (“Fui até convidado pra ir assistir lá”) na exibição no Dragão do

²⁰³ Entrevista concedida por Seu Dedé a este pesquisador no dia 6 de fevereiro de 2017.

²⁰⁴ Idem.

Mar, ainda que se considere parte atuante daquela produção. A afirmação, talvez, se dê pelo local em que o vídeo foi exibido, que é um equipamento da cidade que não costuma acessar.

Perguntado se o vídeo apresentava de forma fiel a realidade de sua comunidade, Seu Dedé afirmou: “Ah, mostra! Mostra a realidade, a realidade mesmo! Não tem nem dúvida. O vídeo tá mostrando tudo, a realidade todinha do nosso bairro. O nosso bairro é muito esquecido”²⁰⁵. Nas entrevistas com os três personagens do Grande Bom Jardim, diversos problemas do bairro foram apontados e que não estão presentes no vídeo do Cartas Urbanas. Entretanto, para Seu Dedé, o vídeo contempla a principal questão que eles tinham a afirmar sobre a região, que é o fato de esta ser esquecida pelo poder público. Esse pensamento também foi compartilhado por Wilbert, que, em determinado momento da entrevista, quando citava diversas problemáticas do bairro, afirmou: “são tantas lutas aqui no bairro, que, se fosse juntar, daria uma Carta Urbana de 50 episódios”²⁰⁶.

Para Seu Dedé, o Cartas Urbanas teve o papel essencial de mostrar àqueles que não fazem parte da comunidade, em especial aqueles responsáveis pela gestão pública, que as comunidades que formam o GBJ não estão paradas e que continuarão lutando pela garantia de seus direitos.

Eu acho que foi um trabalho muito bem feito que nós fizemos pra gente... pro poder público reconhecer que a gente não tá parado, né? Que a gente já luta muito e não vê resultado, um resultado muito pouco do bairro, que é um bairro muito esquecido, Nova Canudos. E nós tamo aí na luta, mas nós não pode parar, né? Porque esperar o poder público, só vem na época de política. Na época de política chega todo mundo, todo mundo... e chega muita gente pra perturbar, né? (...) Aí, a gente fez um vídeo, junto com a Raelly, com todo mundo e que foi uma coisa que a gente viu que a gente tinha que fazer, mostrar pro poder público que a gente não tá parado. Não tá vivendo só de... a gente é de movimento, eu já tenho um bocado de tempo de movimento e a gente vai pra luta²⁰⁷.

Essa fala de Seu Dedé remete às reflexões feitas no início deste trabalho sobre a necessidade dos movimentos sociais da atualidade em conseguir visibilidade. Conforme Lacerda (2012, p. 91-92), “na era da globalização, não basta realizar atividades concretas de cidadania: é preciso estar presente no imaginário social”. E ter um episódio do Cartas Urbanas falando sobre

²⁰⁵ Ibidem.

²⁰⁶ Entrevista concedida por Wilbert Santos a este pesquisador no dia 2 de fevereiro de 2017.

²⁰⁷ Entrevista concedida por Seu Dedé a este pesquisador no dia 6 de fevereiro de 2017.

a realidade de sua comunidade, na visão de Seu Dedé, é, de alguma forma, alcançar essa presença.

O trabalho realizado através do Cartas Urbanas, apropriando-se das reflexões de Thompson (2011), é de produção do que ele chama de “mundanidade mediada”, como já discutimos anteriormente: “nossa compreensão do mundo fora do alcance de nossa experiência pessoal e de nosso lugar dentro dele está sendo modelada cada vez mais pela mediação de formas simbólicas” (THOMPSON, 2011, p. 61). Isto é, vídeo permitiria que pessoas de fora daquela realidade pudessem entender o que ocorre lá e, assim, compreender e, quiçá, apoiar a luta daquelas comunidades. Esse processo se torna necessário, hoje, para a legitimação das bandeiras de luta dos movimentos sociais. Com apregoa Castells (1999), aquilo que fica de fora do alcance da mídia acaba por ocupar o espaço da marginalidade política.

Terceira entrevistada do Grande Bom Jardim, Raelly Pereira já havia visto o documentário uma vez. Não pôde ir ao lançamento no Centro Dragão do Mar, mas depois viu o vídeo em casa, pela internet. Ela contou que os integrantes do Nigéria chegaram à sua casa porque foram encaminhados por Seu Dedé, que a indicou como personagem para o filme. Segundo ela, o pessoal do coletivo a pediu que falasse sobre sua comunidade através de seu ponto de vista de moradora. Ela estava com filho ainda de colo, que aparece com ela nas filmagens. Inclusive, quando vê o vídeo, é o primeiro comentário que faz: “Ai, o meu bebê era bem pequenininho!”²⁰⁸

Raelly diz que “falou o que achava que devia falar”. Como, antes de se tornar mãe, ela sempre se envolvia nas lutas do bairro, através dos movimentos sociais, em especial do CDVHS, ela tem uma visão crítica de que os problemas têm de ser escancarados quando encontra a possibilidade de torná-los públicos. O documentário, em sua visão, era uma dessas oportunidades. Para ela, participar do vídeo era também uma contribuição que fazia em defesa da comunidade.

Porque geralmente eu sou muito assim: quando chega uma pessoa na minha casa pra fazer um trabalho, eu quero saber se aquilo que tu tá fazendo vai somar pra minha comunidade. Não é pra Raelly, não é pra minha casa, é pra minha comunidade. Porque se eu tenho saneamento, esgoto, tudo bem bonitinho, não tá somando só pra mim, não. Tá somando pra minha comunidade, né? Aí, geralmente, quando as pessoas vêm, eu

²⁰⁸ Entrevista com Raelly Pereira concedida no dia 06 de fevereiro de 2017.

gosto de saber assim: vai trazer o quê de bom pra nós? Vai ajudar, vai dar uma força?²⁰⁹

Mais uma vez, vemos na fala de uma moradora entrevistada o sentimento de coletividade, o laço comunitário, construído pelo compartilhamento de problemas em comum, de dificuldades de âmbito coletivo. Raelly contou que também recebeu, anteriormente, a visita da professora de Arquitetura e Urbanismo da UFC, Clarissa Freitas, que participa do episódio Fronteira Esquecida, analisando as razões para o surgimento das deficiências de infraestrutura e de equipamentos públicos na região do GBJ. Segundo Raelly, a professora chegou com um grupo da universidade para analisar as condições de moradia em que vivia, trabalho que também foi feito em outras residências. “Aí, eu fui morta de encantada: ‘ah, é uma coisa que vai vir pra sacolejar, né?’ Eu pensei que era o representante da Habitafor (...). Aí, quando eu cheguei lá eu observei que era mais uma pesquisa de trabalho de faculdade dos alunos, aí eu já fiquei meio assim, desanimei”²¹⁰.

Para ela, o motivo do desânimo era a expectativa de que a visita tivesse um retorno concreto, palpável, em forma de medidas públicas para a região em que mora. Esse pensamento, de alguma forma, explica um posicionamento mais crítico, quase cético, da moradora em relação à websérie Cartas Urbanas, como apresentaremos em seguida. Quanto ao resultado que viu no vídeo, ela afirma que “ficou muito bom”, que se viu representada naquela produção, que reconheceu sua realidade retratada. Entretanto, ela lançou um importante questionamento sobre a websérie:

Assim, ficou muito bom! Mas isso chega aos olhos dos nossos governantes? Ou isso fica dentro da UFC? Não, porque, às vezes, vem uma reportagem na sua casa e eu não gosto muito dessas reportagens de Barra, de 190²¹¹, porque elas gostam muito de colocar você mais ainda como miseráveis, aí colocam só o que é podre na TV, e a gente gosta de ver na televisão o que tá errado e o que pode ser mudado. E aí chega às vezes as pessoas na sua casa e: ‘vamos fazer um documentário, vamos fazer uma reportagem, vamos fazer isso, aquilo outro!’. Mas vem pra somar? Vai chegar aos nossos governantes? Alguém vai fazer alguma coisa? Alguém do poder político tá vendo isso aqui, essa reportagem?²¹²

²⁰⁹ Idem.

²¹⁰ Ibidem.

²¹¹ Barra Pesada e Cidade 190, programas policiais de TV conhecidos pelo sensacionalismo com que tratam das questões das periferias.

²¹² Entrevista com Raelly Pereira concedida no dia 06 de fevereiro de 2017.

A moradora lança dúvidas sobre os resultados práticos do documentário. Apesar de reconhecer a qualidade da produção, ela demanda resultados práticos disso, que diz ainda não ter conseguido perceber. Ela destaca que sua comunidade costuma ser apresentada na TV apenas em programas policiais sensacionalistas, que, segundo ela, não contribuem para esclarecer a população sobre os problemas que os moradores da região enfrentam. Servem, pelo contrário, apenas para reforçar preconceitos relacionados à localidade, como uma área dominada pela violência e pela miséria. Ela reconhece que os problemas da violência e da pobreza existem, mas exige que um outro lado também seja mostrado: o lado das pessoas que lutam para garantir um lugar melhor para viver.

O Cartas Urbanas, a seu ver, diferencia-se dos programas policiais por trazer este novo olhar. Por outro lado, ela não sabe até que ponto a produção pode contribuir com o bairro. Ela vê a comunicação, a mídia, como uma aliada nas lutas por melhorias, mas se questiona se a websérie em questão alcançou a repercussão necessária para isso, se chegou ao conhecimento de quem, conforme diz, “tem o poder da caneta na mão”.

Porque se isso chegar realmente aos olhos... lógico que a gente sabe que eles têm consciência disso, que eles não estão enganados com a situação, porque eles andam pela periferia, no período político. Mas se essas coisas chegam a eles, as pessoas que estão mais à frente do povo, pessoas que têm um pouco mais de conhecimento... Às vezes o que acontece aqui é que as pessoas têm medo de falar errado. “Ah, eu não vou falar não, porque eu tenho medo de não falar certo”. Ou então, com medo de alguém achar ruim. Elas não colocam: “não, eu vou falar porque eu acho que tá errado, eu vou falar”. Por isso que a gente às vezes escolhe líderes, né? E, na maioria das vezes, a gente escolhe líderes errados. Mas se esse documentário, esse daqui e outros que já foram feitos, porque já teve outros feitos aqui, chegasse aos olhos dos nossos governantes, eu acho que dava pra dar assim uma sacolejada neles, né? “Olha, é assim que tá funcionando. Como é que a gente pode fazer?”²¹³

Raelly vê em documentários como o Cartas Urbanas uma oportunidade para as comunidades apresentarem a realidade que se vive a quem vê de fora. E ela crê que eles podem contribuir para pressionar governantes para que envidem esforços pela criação de medidas que possam solucionar os problemas apresentados. Contudo, esses vídeos precisam chegar até eles.

²¹³ Idem.

Ela diz não saber se o documentário trouxe alguma contribuição por estar distante dos movimentos sociais desde o nascimento de seu filho. Resultado prático em sua vida ela diz não ver: “Eu não consigo enxergar muita mudança aqui, infelizmente”²¹⁴. Mas acredita que, se ainda estivesse participando das reuniões dos movimentos, saberia se algo veio em proveito.

Ela diz acreditar que se vídeos como o Cartas urbanas fossem feitos com maior frequência, seria mais fácil garantir mudanças.

Eu acredito que se mostrasse mais a realidade de uma forma assim, boa, não vindo pra periferia como esses canais fazem, pra mostrar só o que não presta (...) Se você mostra de uma forma mais suave, “olha, o que é que a gente pode fazer? Aqui é o Grande Bom Jardim, o Bom Jardim tá precisando disso...”, e aí isso vai pra mídia, e aí isso vai lá pra Regional²¹⁵, isso chega ao secretário. Eu acho que se você for mostrar de uma maneira mais suave pra eles ver: “não, vamos trabalhar por essa comunidade”. Eu acho que é importante, sim. É muito bom. Eu acho muito interessante esses documentários. Eu não sei onde eles ficam. Porque tem alguns canais de televisão que eles mostram esses documentários, já de outras comunidades. Eles vão, mostram a realidade da comunidade, mostram as coisas boas que tem na comunidade, não mostra só o que é ruim, né? Mas eu acho que é bem interessante.²¹⁶

Raelly vê nesses documentários aliados na luta pelo bairro, mas sua fala demonstra que o vídeo do qual participou e que fala de sua realidade, de uma maneira na qual se sente representada, não foi apropriado por ela nem pela própria comunidade. Não houve uma exibição pública em seu bairro nem nos movimentos sociais. Ela o viu pela internet, porque alguém o enviou a ela, mas o vídeo não foi agregado como instrumento da luta da região. Ela sequer tem dados sobre qual a circulação da websérie: “Eu não sei onde eles ficam. Porque tem alguns canais de televisão que eles mostram esses documentários, já de outras comunidades”. A fala demonstra que o consumo desse tipo de produção pertence um universo do qual ela não faz parte, não conhece e do qual não partilha.

4.2.2. A recepção na comunidade Raízes da Praia

²¹⁴ Ibidem.

²¹⁵ Secretaria Executiva Regional. São estruturas administrativas da Prefeitura de Fortaleza que funcionam como sub-prefeituras, respondendo por determinados bairros. Existem sete secretarias do tipo na cidade.

²¹⁶ Entrevista com Raelly Pereira concedida no dia 06 de fevereiro de 2017.

O segundo episódio tratado aqui nesta pesquisa, o Vazio Ocupado, começa mostrando as vielas sem asfalto formadas pela ocupação do Raízes da Praia. Sentado numa pedra à frente de sua moradia, Seu Dedé faz de conta de escreve (da forma que tinha combinado com os produtores do Nigéria, por não dominar a aptidão da escrita). “Eu sou Francisco de Assis da Silva, estou aqui na comunidade Raízes da Praia, desde 2000, em volta de 80 família. Sou filho natural de Aracati, estou na luta por moradia porque a Prefeitura, até agora, nada fez para o povo dessa comunidade. As negociações nada têm”²¹⁷, conta Seu Assis no vídeo, enquanto as imagens mostram a vida cotidiana na ocupação, com pessoas passando, crianças brincando próximo ao esgoto que resvala pela rua, mulheres lavando roupa e as estendendo no varal pelas mesmas vielas por onde todos caminham.

Seu Assis diz que já conhecia o pessoal do Nigéria há algum tempo, das reuniões de movimentos sociais, notadamente do Movimento dos Conselhos Populares (MCP), do qual faz parte, em que eram discutidas questões relacionadas à moradia. O coletivo, inclusive, já havia feito dois outros vídeos relacionados à ocupação do Alto da Paz, que ficava no lugar onde foi instalado, anteriormente, o Morro da Vitória, ocupação na qual Seu Assis se integrou. De forma que já existia uma certa relação entre ele e o coletivo, o que motivou os jovens do Nigéria a procurá-lo quando decidiram fazer o episódio sobre o Raízes da Praia.

E ele [Roger Pires, do Nigéria] foi e disse: “Assis, a gente quer fazer um trabalho no Raízes e tal, pegando uma fala tua, com alguns moradores, pra gente fazer um estudo sobre a Raízes da Praia, como tá a situação de vocês, como vocês chegaram por aqui, como vocês hoje estão, o que passaram, qual é as dificuldades, qual é os avanços”. E ele veio e, nessa conversa, fiz essa entrevista e a gente conseguiu realizar esse trabalho com os moradores, com alguns, não todos, mas a gente pôde apresentar alguns, né?”²¹⁸

O morador, assim como Seu Dedé, também, em sua fala, descreve o processo de produção do Cartas Urbanas como algo coletivo, como se também houvesse sido um trabalho seu. Isto porque, segundo aponta, foi ele quem guiou o coletivo pela ocupação. Acompanhou-os nas filmagens – ainda que estivesse com limitações de ordem física, por conta do problema de saúde que citamos anteriormente – e os levou até os demais entrevistados. Dois outros moradores

²¹⁷ Transcrição de fala do episódio Vazio Ocupado, da websérie Cartas Urbanas, disponível no link: <https://vimeo.com/album/3893619/video/180625473>

²¹⁸ Entrevista concedida por Seu Assis a este pesquisador no dia 14 de março de 2017.

foram sugeridos por ele. O quarto, Gabriel, passava pelas filmagens quando foi abordado e perguntado pelos integrantes do Nigéria se aceitaria participar do vídeo. “Demos a volta no terreno, pegando os moradores, alguns, fazendo a entrevista e tal. Aí, fechemos aqui de novo, é onde pegou a fala dela, a Aucélia, e a menina lavando roupa, mas ela não falou. E aqui nós fechemo a entrevista”²¹⁹.

Conforme Seu Assis, Roger o explicou, antes das filmagens, do que tratava o projeto, que iria tratar da realidade da sua comunidade, assim como já haviam feito com outras comunidades periféricas de Fortaleza.

Depois, ele foi e disse, quando terminou o trabalho: “Não, Assis, a gente vai fazer, ajeitar e depois fazer tipo um filmezinho e a gente vai repassar e amostrar pra vocês na comunidade”. Aí, quando aprontou, ele foi e mandou um aviso que ia ser no Dragão do Mar. E aí nós peguemos alguns moradores daqui e levemos lá pro Dragão do Mar e assistimos lá.²²⁰

A ideia de realizar a exibição do vídeo na própria comunidade não foi concretizada, como explicou Seu Assis. A decisão por exibir o filme somente no Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura acabou por fazer com que muitos dos moradores, incluindo alguns que haviam participado do vídeo como personagens, não chegassem a conhecer o resultado daquelas filmagens. Como se trata de uma ocupação ainda sem infraestrutura sequer para moradias dignas, o Raízes da Praia, de fato, não tem um equipamento que permitisse uma exibição pública para toda a comunidade. A Associação Comunitária Raízes da Praia, todavia, possui estrutura para receber a projeção da websérie ao menos para parte dos moradores do local.

Seu Assis, contudo, pôde ver o filme no Dragão do Mar. Levamos o vídeo à sua casa e ele o viu mais uma vez, tecendo comentários enquanto o assistia. Ao ver, no episódio, Renato Pequeno, professor da UFC e coordenador do Lehab, que em sua fala discute a atuação dos movimentos sociais de moradia, o morador comenta que já o conhece “das lutas”: “Ele é quem está ajudando a gente aqui no Raízes”²²¹.

Em seguida, chama sua mulher para ver as cenas na comunidade. “Começou com 200 pessoas, num instante chegou a mil e pouco, a ocupação. Num instante cresceu”²²², vai lembrando. Quando aparece Olinda Marques, então secretária executiva da Secretaria de

²¹⁹ Idem.

²²⁰ Ibidem.

²²¹ Ibidem.

²²² Ibidem.

Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza (Habitafor), ele questiona sua fala, tal qual fez Seu Dedé ao ouvir a entrevista de Luíza Perdigão. “Essa aí só sabe falar. Nunca resolveu nada”²²³. Olinda fala sobre o crescimento do déficit habitacional de Fortaleza e que a gestão tem buscado recursos com o governo federal para priorizar áreas com maior necessidade, a exemplo do Raízes da Praia. O discurso não convence Seu Assis, por já tê-la ouvido falar por diversas vezes ao longo de sua militância na área de moradia e não ter visto, ao longo desse tempo, as promessas serem concretizadas.

Quanto ao resultado do vídeo, o morador diz ter ficado satisfeito: “Mostrou [a realidade dos moradores]. Geralmente, eu levei para o lado certo, para que quem assistisse, visse a realidade da comunidade, como era que tava acontecendo, né? Os espaços que tem, que podia começar um projeto, por onde a comunidade tá mais acumulada”²²⁴. Assim como Raelly, do Grande Bom Jardim, Seu Assis também direcionou sua fala de modo a apresentar os problemas de sua comunidade para quem não a conhece, para quem vê de fora. Ele concebia o documentário como uma vitrine, um espaço em que aqueles problemas pudessem ser expostos para o restante da cidade, incluindo para as autoridades políticas.

Ele aponta que a situação vivida pelos ocupantes do Raízes da Praia nunca ganha espaço, de forma séria, na mídia convencional, de maneira a buscar um enquadramento mais atento ao que os moradores têm a dizer.

Nunca aparece nos jornais, nem na televisão, não aparece de jeito nenhum, alguém falando alguma coisa, defendendo a comunidade. Geralmente, eles têm aqui como vandalismos, que são vândalos, são irresponsáveis, vagabundos, ladrões. E, aqui, geralmente, eles mostram um lado que não existe, eles mostram um lado daqui que não existe.²²⁵

O que Seu Assis diz se assemelha, até certo ponto, às observações de Raelly Pereira, quando ela fala que o Grande Bom Jardim só ganha a mídia em reportagens que tratam de violência, morte e tráfico de drogas. A questão é que, no caso do GBJ, estes são problemas que, na prática, existem. A crítica de Raelly se direciona para o fato de apenas isso ser mostrado e nunca as lutas da comunidade em busca de melhores condições de vida. Ela reclama de matérias

²²³ Ibidem.

²²⁴ Ibidem.

²²⁵ Ibidem.

jornalísticas pontuais que não refletem sobre todo o contexto de esquecimento, por parte do poder público, vivido pela população daquela região.

Já no caso do Raízes da Praia, Seu Assis reclama de uma visão apresentada pela mídia empresarial que não corresponde, conforme atesta, à realidade. Como ele e outros moradores da ocupação já citaram anteriormente, o Raízes da Praia sofre com o preconceito, com seus moradores sendo apontados como responsáveis por delitos que ocorrem nas redondezas. Segundo todos eles garantem, tais crimes são realizados por moradores de outras áreas, e que, ao fugirem, acabam por passar pela ocupação.

De acordo com Seu Assis, os integrantes do coletivo são os únicos parceiros, no âmbito da mídia, da comunicação, que o Raízes da Praia tem a seu favor. “Só quem vem aqui mesmo são os meninos da Nigéria, que vêm e que têm nosso contato mesmo”²²⁶. A afirmação se explica pelo fato de que este não foi o primeiro trabalho que ele acompanhou do Nigéria tratando sobre as lutas de moradia da população carente. E também por os jovens do Nigéria serem os únicos jornalistas que ele vê presentes nos debates realizados no âmbito dos movimentos sociais.

A entrevista com Seu Assis não se estendeu para além do que já foi dito no que tange à discussão do Cartas Urbanas. A fala do morador estava mais ligada à realidade em que vive e ao seu histórico de lutas em busca de moradia, da sua e de outras pessoas, através da militância que mantém no MCP.

Também assim foi com os demais entrevistados do Raízes da Praia. Como Dona Aucélia, que viu o vídeo pela primeira vez quando de nossa entrevista. Como ela mora quase em frente a Seu Assis e também teve um papel importante na resistência contra as tentativas de despejo, sendo a primeira moradora a levantar seu barraco no terreno, ela foi indicada por Seu Dedé como entrevistada ao coletivo Nigéria. “Eles falaram que iriam falar sobre a nossa comunidade e tudo... E eu resolvi ajudar, né? Contribuir”²²⁷.

Para a moradora, no instante da abordagem pela equipe do coletivo, não houve uma reflexão, por parte dela, sobre como que aquele vídeo que estava sendo produzido poderia ajudar no processo de reivindicação pelo direito à moradia. Naquele instante, ela imaginava estar contribuindo, apenas, com o trabalho do Nigéria. E a contribuição se dava pelo fato de entender que eles possuíam posicionamento favorável à luta dos moradores. No vídeo, ela falou sobre a

²²⁶ Ibidem.

²²⁷ Entrevista concedida por Dona Aucélia a este pesquisador no dia 14 de março de 2017.

relação de solidariedade que foi construída entre os vizinhos e sobre os problemas de infraestrutura que enfrentam, como a falta de saneamento básico.

Disse que soube da exibição da websérie no cinema, mas não foi até lá. Não explicou porque não. Também não buscou saber como poderia ver depois o filme. Apesar de um aparente desinteresse pela produção, que pode ser notado através da entrevista, Dona Aucélia disse ter gostado do documentário, por este apresentar parte da realidade a qual vive. Ela também falou sobre a falta de interesse da mídia empresarial em pautar os problemas vividos no Raízes da Praia, informando que esta nunca aparece para fazer reportagem e que a primeira vez que deu uma entrevista para algum meio de comunicação foi aquela feita para o Nigéria.

Ela acredita que a importância do vídeo Vazio Ocupado está no fato de ele permitir que pessoas de fora da ocupação possam compreender a realidade ali vivida e, assim, possam olhar os moradores de uma outra forma:

Porque tem muita gente que tem muito preconceito, porque você sabe, não só aqui na comunidade Raízes da Praia, mas como na Aldeota ou em outro canto, existe aquele porém. Existem as pessoas boas e existem as pessoas más, não é verdade? Em todo canto isso existe, porém tem o preconceito, que, às vezes, acontece uns assaltos por ali, mas a polícia sempre corre pra cá pra comunidade.²²⁸

Mas uma vez, ela reforça o problema do preconceito social. Discurso que também é retomado por Gabriel, nosso último entrevistado. Ele soube da exibição no Dragão do Mar já depois de esta ter ocorrido. Com isso, tentou achar o vídeo na Internet, mas não achou. Até mesmo porque somente em 2017 o Nigéria liberou na rede de computadores o acesso aos episódios da segunda parte do Cartas Urbanas, que inclui o episódio Vazio Ocupado.

Após ver o episódio pela primeira vez durante a entrevista, comentou: “Eu achei que ficou ótimo: as montagens, as filmagens, a qualidade, as várias comunidades também que eu vi...”²²⁹. O jovem, da mesma forma que Dona Aucélia, acredita que o vídeo foi fiel à realidade vivida pelos moradores da comunidade e vê a produção como um veículo para desmistificar as noções pré-concebidas da sociedade em relação à ocupação.

Aqui a gente tá na luta desde o começo, o pessoal, né... Aí apareceu que aqui era um terreno baldio, só tinha mato e aí eu vi também que... uma pessoa de fora vê assim: “Vixe, o pessoal

²²⁸ Idem.

²²⁹ Entrevista concedida por Gabriel Gomes a este pesquisador em 14 de março de 2017.

começaram do zero”, porque tem terreno que é só construir a casa e pronto. A galera fizeram uma união aqui, aí começaram a capinar e limpavam o terreno e cada um fez a sua parte, fizeram as suas casinhas e tá aí até hoje... Uma pessoa vê assim, vê diferente, mas outros não, vê: “Ah, tem dono esse terreno e invadiram”, aí acham que uma invasão, não é crime, mas é um desrespeito, tipo isso, aí o pessoal também acha assim.²³⁰

A principal preocupação da população do Raízes da Praia é, obviamente, a garantia da moradia, o reconhecimento legal do direito de poderem viver naquele terreno escolhido por eles. Para além disso, há também, como já discutimos aqui, uma busca pelo respeito, pelo fim dos preconceitos com quem mora ali e uma atenção em tentar mudar a visão de que aquela é uma comunidade povoada por infratores, criminosos. Por esta inquietação, eles vêem o Cartas Urbanas como algo que pode vir a contribuir neste intento. Como diz Gabriel: “Esse vídeo vai mudar a cabeça da pessoa, uma pessoa que fala mal: ‘Ai, aquela comunidade ali não presta, aquela comunidade ali só tem pessoa que usa drogas, que rouba’. Esse vídeo aí vai mostrar que não tem essas pessoas, que tem pessoas de bem, famílias de bem, que querem fazer o bem pras outras. Aí isso vai mostrar muito”²³¹.

As falas das seis pessoas entrevistadas neste trabalho revelam a necessidade que as minorias possuem de conseguir visibilidade. Isso comprova também que a mídia empresarial local não abre espaços de fala para estes grupos subalternos. Assim como aponta Thompson (2011), como discutimos no início desta pesquisa, desde o início do século XIX, as instituições de mídia se transformaram em função de interesses comerciais. Com sua comercialização, este espaço que era de debate crítico-racional passou a ser apenas mais um domínio de consumo cultural, reduzindo, consequentemente, a diversidade de vozes ouvidas. A mídia passou, como também defende Canclini (2002), a ser um instrumento de preservação do *status quo*.

Daí a necessidade dos movimentos sociais em garantir, a seu lado, uma mídia alternativa. Como é o caso do Nigéria, que foi apontado pelos personagens entrevistados como parceiro em suas lutas. O Cartas Urbanas é considerado pelos moradores das periferias em questão como um veículo para apresentar a quem é de fora a realidade que se vive ali dentro. Entretanto, ainda surge entre alguns, como no caso de Raelly, do Grande Bom Jardim, o questionamento sobre a efetividade desta ação que poderia ser gerada pelo filme, a dúvida sobre se a circulação deste

²³⁰ Idem.

²³¹ Ibidem.

produto foi suficiente, ou está sendo suficiente, para que este gere repercussão diante do poder público.

Tal repercussão, como se comprovou aqui nesta pesquisa, não foi obtida dentro das próprias comunidades retratadas. Mesmo entre os entrevistados da websérie, alguns sequer haviam visto o vídeo pronto. Não houve uma divulgação do resultado entre estas comunidades, não houve exposições públicas nestes bairros. E, para além disso, os movimentos sociais presentes nestas, apesar de verem a realidade de onde vivem fielmente retratada no documentário, não se apropriaram deste de forma a utilizá-lo em seus encontros, como mediação de discussões e como elemento a mais na luta por visibilidade e reconhecimento de suas reivindicações como verdadeiras e válidas.

Contudo, pode-se afirmar que participar da websérie Cartas Urbanas, para estas seis pessoas, também foi um exercício de cidadania. Como afirma Vieira (2001, p. 234), a luta por reconhecimento é também uma busca por cidadania no Estado-nação. Para ele, como discutimos anteriormente, as minorias começam lutando por igualdade, e cidadania requer igualdade. Todavia, ele pondera, cidadania não é uma essência, mas uma construção histórica, ligada intimamente às lutas pela conquista dos direitos do cidadão (*Idem*, p. 237).

Participar do Cartas Urbanas é, portanto, mais um espaço acessado pelos moradores entrevistados para a reivindicação de seus direitos. Essa ideia é reforçada por Canclini (2008, p. 36), quando ele afirma que cidadania e direitos indicam o estado de luta pelo reconhecimento dos outros como sujeitos de interesses válidos. E, como vimos nas falas dos personagens, ter este reconhecimento por parte dos outros é um dos principais objetivos que eles têm a partir do vídeo. A exemplo de Gabriel, que espera que as pessoas possam reconhecer direito à moradia dos ocupantes do Raízes da Praia, e, conhecendo que realidade de quem vive lá, deixem de observá-los com preconceito. Ou no exemplo de Raelly, que deseja que o vídeo possa reduzir a invisibilidade de sua região perante o poder público e, assim, ter garantido o direito ao saneamento básico, que falta em sua comunidade.

A luta por seus direitos é algo já presente na vida de cada um dos seis moradores entrevistados, seja através de movimentos sociais, seja por meio de ações pontuais em suas comunidades. Mas, como destaca Lacerda (2002, p. 91), no mundo globalizado, “não basta realizar atividades concretas de cidadania: é preciso estar presente no imaginário social”. O produto audiovisual Cartas Urbanas é uma das tentativas de alcançar essa presença no imaginário

social. Como afirma Peruzzo (1998, p. 54), ocupar os espaços de participação política – e a mídia é hoje um deles – contribui para a construção da cidadania. A participação na websérie, portanto, é mais um passo nesse processo constitutivo.

4.3. Edição e escolha das vozes: os limites do protagonismo

4.3.1. As lutas representadas pela produção audiovisual

No início desta pesquisa, destacamos as contribuições de Young, apontadas por Silveirinha (YOUNG *apud* SILVEIRINHA, 2005, p. 56), sobre a participação das minorias no espaço público. Para ela, é preciso dar voz aos marginalizados por meio de mecanismos especiais de representação, uma vez que estes grupos podem não possuir a educação ou o vocabulário exigido para o argumento abstrato. Ela chama isso de “democracia comunicativa”. Como vimos nos discursos dos personagens do Cartas Urbanas, alguns deles, ainda que analfabetos ou semi-analfabetos, possuem um forte ativismo e são pessoas que representam suas comunidades diante das negociações com o poder público.

Entretanto, ainda que possuam este protagonismo em suas lutas, os mesmos reconhecem que a apresentação de sua realidade por meio de produções audiovisuais, como é o caso da websérie em questão, pode vir a fortalecer sua luta. Sem conhecimentos na área de comunicação e de produção audiovisual, eles não possuem, nem no Raízes da Praia nem no Grande Bom Jardim, um grupo que realize este trabalho comunicativo, que faça chegar a realidade em que vivem às pessoas de outras partes da cidade e às autoridades públicas. A presença do coletivo Nigéria, de certa forma, cobriu esta lacuna. No entanto, como esta representação é produzida a partir de um grupo externo àquelas comunidades, ou seja, por jovens jornalistas de classe média que não vivem naqueles ambientes retratados, é interessante discutirmos esta forma de representação e os limites que ela impõe ao protagonismo das minorias retratadas nos vídeos.

Spivak (2010) trabalha com o conceito de representação a partir dos dois sentidos que a palavra tem em alemão: *Vertretung* e *Darstellung*. O primeiro é uma substantivação do verbo *vertreten*, que significa “agir em defesa de um outro”, mas também “agir no lugar do outro”, como aparece na política; já o segundo se refere a uma visão estética que prefigura o ato de performance ou encenação, como aparece na arte e na filosofia.

A representação, em ambos os casos, é um ato de fala no qual há um falante e um ouvinte. Para o subalterno, contudo, este espaço dialógico, a priori, não existiria, porque ele não contaria com nenhuma forma de agenciamento que permitisse a sua fala, ou que garantisse o ouvinte para sua fala. Os personagens mostraram, contudo, que existe, sim, ainda que de forma rara e difícil, um diálogo com o poder público para tratar dos problemas enfrentados nas regiões periféricas. Todavia, não há um espaço midiático que permita que estes grupos possam ser vistos e reconhecidos pelo restante da sociedade, e assim terem sua luta fortalecida, uma vez que os meios massivos de comunicação se encontram em poder de grupos políticos e empresariais.

O Nigéria, por outro lado, utilizando-se dos novos meios virtuais de comunicação, que permitem a transmissão de informações em grande escala mesmo fora do âmbito da mídia convencional, consegue atuar como a agência para a fala destes subalternos.

Entendemos que esta representação das minorias nos documentários é um híbrido entre o *vertretung* e *darstellung*²³², somente hoje possível com as novas ferramentas virtuais de comunicação. Ou seja, o Nigéria realiza o agenciamento destas vozes, ao defini-las como sujeitos de suas narrativas e ao criar o espaço para que elas sejam ouvidas. Desta forma, ele estaria “agindo no lugar do outro”, realizando a representação no sentido de *vertretung*. Para além disso, é importante ressaltar também que são as próprias minorias que falam. São as suas próprias vozes, seus próprios rostos que aparecem, que apresentam a temática em questão. Daí, podemos ver o sentido de *darstellung*, do ato de performance dos próprios subalternos.

Exemplifiquemos isso. Na fala de Raelly Pereira²³³, ela apresenta a realidade da comunidade de Nova Canudos segundo sua perspectiva, falando sobre o problema da falta de saneamento básico na localidade e afirmando que há um esquecimento por parte do poder público em relação àquela região. Ali, é a própria moradora que traz ao público que assistirá aquele filme a situação pela qual passa os habitantes da Nova Canudos. Por outro lado, o espaço criado pelo coletivo Nigéria, através da websérie Cartas Urbanas, permitiu que essa voz pudesse ser apresentada. Raelly conta que a imprensa regularmente produz matérias naquela região, mas, em geral, são notícias sensacionalistas, que, a seu ver, apenas contribuem para reforçar o estigma negativo daquela localidade.

²³² Vide explicação na página 154.

²³³ Entrevista com Raelly Pereira concedida no dia 06 de fevereiro de 2017.

Os jovens do Nigéria não vivem a realidade que Raelly e os demais personagens da websérie vivem, mas há por parte deles, como já discutimos anteriormente, uma identificação com as suas bandeiras de luta. A ponto de Seu Assis, do Raízes da Praia, apontá-los como seus únicos parceiros no âmbito da comunicação, uma vez que a situação da ocupação nunca foi apresentada nos meios convencionais de comunicação com as vozes dos ocupantes.

Spivak (2010) traz como título de sua obra que trata deste tema o questionamento: “Pode o subalterno falar?”. Com base no pensamento da autora, o coletivo Nigéria, ao possibilitar o espaço para que as vozes minoritárias sejam ouvidas, está permitindo, portanto, que estes subalternos falem.

A discussão que aqui trazemos, entretanto, é sobre os limites desta fala. Até que ponto são eles, os subalternos, que falam e a partir de que ponto é o Nigéria que atua, agindo no sentido de *Vertretung*, “no lugar do outro”? Para isso, precisamos compreender melhor os processos de edição com que trabalham os integrantes do coletivo.

4.2.2. Edição e o agenciamento

A edição é o processo de corte e montagem das imagens e sons captadas durante as gravações. Como nem tudo o que é gravado fará parte da versão final, editada, do vídeo, o ato de selecionar as cenas e as vozes a serem apresentadas agrega um forte teor subjetivo. Quem define o que é mais importante? Sob quais critérios? Estes foram alguns dos questionamentos levantados nesta pesquisa ao coletivo Nigéria.

Na entrevista, o integrante do coletivo Roger Pires explica que são levados em consideração, na hora de definir os trechos de vídeo a serem aproveitados no documentário, tanto aspectos técnicos quanto de conteúdo. Nos técnicos, são privilegiadas as imagens e o som que ficaram bons, ou seja, imagens não tremidas e som compreensível. “Apesar de que, se a fala for muito importante, a ação filmada for muito importante, pode estar com o som ruim, a fotografia ruim, mas vai entrar²³⁴”, pondera. O integrante conclui que os aspectos de conteúdo se sobressaem sobre os técnicos.

Esse conteúdo, no caso, são as entrevistas dos personagens.

Outros aspectos levados em consideração são, no caso das entrevistas, se a fala, além de informativa, ela é emocionante, ou emocionada, de alguma maneira. Se é fluida. Porque tem gente

²³⁴ Entrevista concedida por Roger Pires a este pesquisador em 9 de junho de 2016.

que fala muito bem informações, mas não consegue contar bem a história, né? Às vezes, não consegue acertar ali a fruição mesmo da contação da história. Então, a gente avalia isso. [...] E tenta também perceber que falas conseguem não apenas ser boas isoladamente, mas falas, ações e gravações que conseguem se conectar às outras que a gente fez. Isso é muito importante quando a gente vai pensar no filme como um todo, e não naquela gravação em si, específica. E aí o que entra e o que sai vai muito da nossa revisão²³⁵.

A partir de tais critérios, notadamente subjetivos, são desenhadas as narrativas. Também a partir deles são definidos os personagens que entram e os que saem. Há dois processos de seleção das vozes, segundo Roger. O primeiro, na hora de decidir quem entrevistar. O segundo, na hora de decidir quais entrevistas aproveitar. Quanto à primeira escolha, Roger esclarece:

A gente também tenta seguir uma pluralidade de representatividade. Então, a gente sempre tá buscando colocar homens, mulheres, quando é o caso LGBTs, crianças, adolescentes, jovens e adultos, e idosos, dependendo do tema, né? A gente tenta fazer essa divisão de representatividade, dentro de cada temática. Pessoas mais pobres, pessoas mais ricas, territórios e cenários mais ricos, territórios e cenários mais pobres. Negros, negras, brancos, amarelos, indígenas, a gente tenta. Isso é algo forte quando a gente vai definir que personagens vão entrar no filme, que personagens serão gravados, que vozes serão ouvidas.²³⁶

No caso específico do Cartas Urbanas, a escolha de alguns personagens, como já mostrado anteriormente, deu-se pelo fato de integrantes do coletivo já conhecerem alguns deles de mobilizações sociais anteriores. Foi o caso de Seu Dedé, de Wilbert Santos e de Seu Assis, nas comunidades aqui trabalhadas. Estes levaram o coletivo a outros entrevistados. Seu Dedé a Raelly Pereira; Seu Assis a Dona Aucélia.

Estes personagens são lideranças nas comunidades em que vivem. Roger, entretanto, afirmou que houve uma preocupação em reduzir a participação de lideranças nos episódios da websérie.

A gente tentou evitar entrevistar lideranças. Tentou pegar pessoas comuns, inclusive as pessoas que não eram as indicadas pela pessoa-guia da gente. A gente passava no meio da rua e via alguém, já também falava, sabe? Até pra pegar essa opinião mais espontânea. Tem algumas pessoas ali no Cartas Urbanas que são

²³⁵ Idem.

²³⁶ Ibidem.

as lideranças comunitárias, mas tem outras que foram as pessoas que a gente encontrou, né?²³⁷

Apesar deste cuidado citado, ao menos nos dois episódios em estudo nesta pesquisa, há uma participação considerável de lideranças. Inclusive, as duas pessoas que escrevem a carta nas comunidades do Grande Bom Jardim e do Raízes da Praia, Wilbert e Seu Assis, respectivamente, o são.

No segundo processo, há vezes em que personagens entrevistados não entram na versão final do documentário. Segundo Roger, isso acontece quando há falas repetitivas, e se opta por aquela, na opinião do coletivo, que melhor exprime a respectiva ideia. Mas, no caso do Cartas Urbanas, explica Roger, isso não foi algo muito significativo. “(...) um ou outro que de repente não tenha tido uma fala muito fluida [ficou de fora do vídeo], ou uma fala que não se conecta bem ao tema do capítulo. Mas também um ou dois, ao longo dos seis capítulos. A gente conseguiu ser bem preciso”²³⁸.

Há, ainda, falas “que não rendem”, como explica: vozes que não geraram informações ou a emoção necessária à construção da narrativa do filme. E até este fator de “render”, ou não, é profundamente subjetivo. Citamos o caso de Gabriel Gomes, do Raízes da Praia. O jovem falou, em sua entrevista, sobre seu envolvimento com esporte e como isso o distanciou das drogas, problema enfrentado então por seus amigos. Para o Lehab, parceiro no projeto do Cartas Urbanas, esta fala não “rendeu” por ser considerada clichê, e os pesquisadores solicitaram que ela fosse retirada. Já para o Nigéria, ela era relevante, mas, na negociação com o Lehab, aceitaram tirá-la.

Também, nesta etapa de escolha de falas, Roger aponta que há uma reflexão sobre o conteúdo destes depoimentos, quando estes vêm das lideranças, dos movimentos sociais. A questão seria tentar perceber se eles seriam verdadeiros, ou se seriam discursos “viciados”.

A gente tenta perceber e analisar também até onde a fala desses movimentos sociais condiz com a realidade vivida e até onde passa a ser um discurso pronto, panfletário, que acaba tangenciando um pouco do que está sendo vivido. Então, a gente fica com aquele olhar observador, aquela vivência observadora das situações e tenta perceber até onde aquele depoimento é legítimo, de indignação, reivindicação, até onde tá saindo um pouco, porque os movimentos sociais, com um parêntese aí, têm

²³⁷ Ibidem.

²³⁸ Ibidem.

uma fala pronta, um discurso viciado, e a gente percebendo isso ao longo do tempo, a gente tenta, enfim, dar um jogo de cintura sobre isso.²³⁹

Segundo os integrantes do Nigéria, pela vivência que já possuem nos anos que estão acompanhando as lutas de movimentos sociais, há uma percepção de que existe uma “cartilha” nos movimentos sociais, com discursos padronizados e que, algumas vezes, não refletem o que a população, de fato, quer dizer. Esse é um pensamento compartilhado pelos três integrantes do coletivo. Por esta razão, eles afirmam ter uma preocupação de não permitir que estas falas façam com que os documentários assumam um teor “panfletário”.

Para Bruno Xavier, a fala institucional de integrantes dos movimentos sociais é importante e necessária para contextualizar a história que se tem a contar. Entretanto, o coletivo procura privilegiar o que as pessoas de fora dos movimentos têm a dizer:

Mas pra gente, o que de fato é importante, que talvez traga uma mensagem pras pessoas que tão assistindo, é a fala de gente que tá lá dentro, entendeu. De gente que tá vivendo aquilo no cotidiano, que não é o cotidiano tão institucional. Isso, pra gente, tira um pouco desse acre da fala institucional, assim, que é aquela coisa muito sisuda e tudo, que não encanta tanto as pessoas pra irem direto, pra ver um filme ou pra entender a pauta desses caras, entendeu? E, às vezes, é uma fala viciada em termos, termos bastante específicos que eles usam, que são termos importantes, na realidade, mas que não geram empatia direto, entendeu? E aí a gente, às vezes, precisa dessas falas, mas principalmente de uma fala mais humana, uma fala de gente que está vivendo aquilo.²⁴⁰

A razão pela escolha, como se percebe na fala de Bruno, volta àquela preocupação em trazer uma fala emocionada, ou emocionante, com o objetivo de despertar sentimentos dos telespectadores do vídeo a ser produzido. Isso, acreditam, é o que irá gerar uma maior empatia por parte de quem está vendo.

Alguns dos critérios de edição citados são provenientes da própria formação destes jovens em jornalismo, e eles mesmo citam isso. Essa atenção em humanizar as narrativas, trazer personagens que vivem o problema a ser tratado e contar suas histórias de vida é algo incentivado nas escolas de jornalismo, e isso eles trazem na bagagem. Assim como a decisão por

²³⁹ Ibidem.

²⁴⁰ Entrevista concedida por Bruno Xavier a este pesquisador no dia 21 de julho de 2016.

trazer também “o outro lado”, a outra versão da história, princípio básico do jornalismo e que o Nigéria busca manter.

Os integrantes citam ainda se há algum espaço de intervenção das minorias no resultado final dos documentários. Conforme Roger, há casos em que o coletivo monta sessões a serem exibidas para os personagens, com o vídeo semi-concluído. Neste espaço, há uma colaboração por parte destes grupos na avaliação e modificação do resultado final. Esta, contudo, não é uma prática frequente e não foi realizada no processo de desenvolvimento do Cartas Urbanas.

Quando foi decidido o tema de cada um episódios do Cartas Urbanas, o coletivo Nigéria foi a campo, buscou nas comunidades depoimentos que reforçavam aquelas discussões que eram tratadas no âmbito do Lehab. Portanto, havia uma espécie de “roteiro previamente pronto”. Apesar de as discussões levadas pelos pesquisadores terem surgido das bandeiras de luta dos movimentos que representavam os moradores de cada região, nem sempre os discursos, quando se chega nas comunidades, são consensuais. Nem sempre as falas se completam. Diante disso, podemos associar as preocupações concernentes ao trabalho de edição do Nigéria com o desafio apontado por Homi Bhabha:

De que modo chegam a ser formuladas estratégias de representação ou aquisição de poder [*empowerment*] no interior das pretensões concorrentes de comunidades em que, apesar de histórias comuns de privação e discriminação, o intercâmbio de valores, significados e prioridades pode nem sempre ser colaborativo e dialógico, podendo ser profundamente antagônico, conflituoso e até incomensurável? (BHABHA, 1998, p. 20)

Bhabha discute as diferenças dentro de grupos com histórias em comum e com um objetivo também em comum. O Nigéria constrói uma narrativa linear e, na elaboração desta história, encontra discursos que nem sempre corroboram com o pensamento da maioria. Destoam, ou “não rendem”. Bhabha complementa: “A articulação social da diferença, da perspectiva da minoria, é uma negociação complexa, em andamento, que procura conferir autoridade aos hibridismos culturais que emergem em momentos de transformação histórica” (1998, p. 20). Este é um processo complexo, mas ali, no vídeo a ser produzido, há uma necessidade de contar uma história linear. Daí, trazer essas diferenças, essas individualidades para a narrativa, é um desafio que se coloca ao coletivo.

A entrevista com o coletivo revela que há claramente uma opção por dar voz às minorias, todavia há também um filtro externo para definir que vozes serão mostradas ao público, através da divulgação do documentário proposto. A edição existe, claramente, também por parte da grande mídia, como defende Canclini (2002), quando afirma que esta edita vozes excluídas de forma a preservar o *status quo*.

Por outro lado, ainda com as limitações impostas por uma edição exógena, ou seja, que não parte dos próprios movimentos sociais retratados nos vídeos, as produções do Nigéria buscam se contrapor a esse posicionamento revelado por Canclini por parte da mídia convencional. Ainda que editadas, as vozes em destaque são as dos subalternos. E o mais importante: estes, como foi mostrado nas entrevistas, se vêem representados nestas produções.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Wilbert, Seu Dedé, Raelly, Seu Assis, Dona Aucélia e Gabriel foram, aqui nesta pesquisa, os representantes de minorias, de grupos subalternos na periferia da grande e desigual capital do Estado do Ceará. Eles lutam por moradia, por segurança, saneamento básico, políticas culturais para a juventude – lutam pelo direito à cidade, enfim. Alguns deles participam de movimentos sociais, outros não, mas em todos há a concepção de que suas reivindicações são coletivas, que as batalhas diárias que travam são pelo bem comunitários. Há, entre cada um deles, um forte senso comunitário, um laço de afeto que os une. Eles compartilham as dificuldades de estarem à margem, de não contarem com os serviços básicos que são de obrigação do poder público, de sofrerem os preconceitos e os estigmas de habitarem as comunidades em que habitam.

Nas entrevistas realizadas com estas pessoas, percebeu-se um anseio pelo reconhecimento de suas causas como justas, verdadeiras. Há um desejo de tornar sua realidade conhecida, de que se alcance uma visibilidade que permita uma maior compreensão por quem os vê de fora, pelo restante da sociedade, de forma que, conhecendo as suas histórias, estes outros dispam-se dos preconceitos e apoiem sua luta. Estes entrevistados sabem, contudo, que o que têm a contar não é do interesse da mídia convencional, suas falas não ganham as páginas de jornal ou ocupam minutos na pauta dos telejornais. Há um esquecimento por parte das autoridades públicas e um silenciamento por parte da mídia.

O advento da internet e, com ela, as redes sociais digitais, fez com que outras formas de comunicação se tornassem possíveis. A mídia alternativa, claro, já existia bem antes disso, mas a rede mundial de computadores trouxe uma nova dimensão e alcance a estas experiências contra-hegemônicas. Esta nova esfera comunicativa permitiu o surgimento do coletivo Nigéria, que traz como guia de sua atuação as pautas dos movimentos sociais, buscando criar um papel de protagonismo às minorias.

Por sua característica de buscar acompanhar manifestações sociais e de trazer, em seus vídeos, um posicionamento claro em favor de classes subalternas, o coletivo se aproxima das práticas do videoativismo e do conceito de mídia radical trazido por Downing, que seria uma mídia de pequena escala que “expressa uma visão alternativa às políticas, prioridades e perspectivas hegemônicas” (2004, p. 21).

Os jornalistas que integram o coletivo são jovens de classe média e, portanto, não vivem a realidade das pessoas que retratam em seus documentários, em especial no Cartas Urbanas, que trabalham nesta pesquisa e que traz histórias de pessoas que vivem na periferia e lutam pelo direito à cidade. Os integrantes dizem não ter a intenção de serem porta-vozes destes grupos, mas, por uma identificação ideológica com estas lutas, optam por trazer as vozes destas pessoas em destaque em suas produções.

O Nigéria não é um caso isolado e observamos que este se integra a um movimento maior presente em todo o País, encabeçado por coletivos de audiovisual, que buscam, por meio dos vídeos, dar uma maior visibilidade às bandeiras de movimentos populares, trazendo à tona debates que não costumam ser pautados pela mídia empresarial.

Entre os objetivos que motivam a existência do coletivo, segundo seus integrantes, estão a vontade de criar espaços de visibilidade a grupos minoritários e lutar pela democratização da comunicação. Na pesquisa de recepção realizada com personagens do Cartas Urbanas, percebemos que esta produção alcançou, na voz dos personagens entrevistados, os objetivos almejados pelo coletivo. Os moradores acreditam ter acessado um novo espaço de visibilidade com a websérie. E o fato de eles reiteradamente serem invisibilizados pela mídia convencional faz com que sua participação nesta produção confirme que esta ação encabeçada pelo Nigéria tem influências no processo de democratização da comunicação.

Constatamos que os moradores protagonistas da websérie viram-se fielmente retratados nos episódios desta produção. Eles perceberam suas vozes sendo ouvidas e suas lutas sendo apresentadas. Eles entendem que a divulgação de vídeos como estes pode ajudá-los em suas reivindicações, pode contribuir dando-lhes maior reconhecimento. Por apresentarem sua realidade e guiarem o coletivo nas locações, orientando o que mostrar e quem entrevistar, alguns desses personagens sentiram-se protagonistas da websérie, ainda que sua participação, nesta etapa de coleta de imagens e depoimentos, tenha passado por processos de edição dos quais não fizeram parte. O fato de, pela primeira vez, terem suas vozes expostas em destaque, de terem seus problemas apresentados de maneira fiel e sem sensacionalismo, como defendem ter sido, fez com que estes moradores de periferia passassem a ter o coletivo Nigéria como um parceiro de sua luta.

Acreditamos que essa participação no Cartas Urbanas trouxe aos seis personagens entrevistados mais um momento de exercício da cidadania. Seguindo o pensamento de Vieira

(2001, p. 234), a luta por reconhecimento é também uma busca por cidadania no Estado-nação. Segundo o autor, a cidadania não é uma essência, mas uma construção histórica, que vai se fazendo com as lutas empreendidas pelos cidadãos. Nos vídeos, os moradores exigem, em suas falas, a garantia de seus direitos, exigência que já vêm fazendo há tempos por meio dos movimentos sociais. Agora, o fazem novamente ocupando uma nova esfera, a midiática.

Apesar de bem recebida por todos os entrevistados nesta pesquisa, a websérie gerou, entre alguns deles, dúvidas sobre se a almejada visibilidade foi, de fato, alcançada. Raelly Pereira, uma das moradoras do Grande Bom Jardim, lançou questão sobre se o vídeo chegou às autoridades do poder público, ou a pessoas que tenham influência nesse poder e que possam fazer com que as melhorias reivindicadas no vídeo sejam concretizadas. A produção audiovisual foi do agrado, mas fez jus às expectativas de visibilidade e reconhecimento? Ao ver o local em que vive com os mesmos problemas, sem mudanças, Raelly conclui que não.

Também foi observado nesta pesquisa que a websérie não chegou àquelas comunidades retratadas. Houve exposições em um cinema central da cidade de Fortaleza, mas não onde os entrevistados vivem. Mesmo no Grande Bom Jardim, região que conta com um equipamento com boa infraestrutura para este tipo de exibição, que é o Centro Cultural Bom Jardim, não houve a divulgação da produção para a comunidade. De forma que, dos seis entrevistados neste trabalho, apenas a metade pôde ir ao lançamento no cinema. Houve quem soube desta exibição somente tempos depois. E dois de nossos entrevistados viram o vídeo pela primeira vez quando o apresentamos a eles.

Diante de uma rotina frenética de cobertura de manifestações e de produção de novos documentários, os integrantes do Nigéria acabam que, por consequência, não trabalham de forma sistemática a divulgação e recepção de seus vídeos. A divulgação se dá basicamente por meio da internet, pelas redes sociais, e por algumas situações pontuais em que realizaram a exibição de seus filmes seguida de debate.

Foi percebido ainda que as comunidades do Grande Bom Jardim e do Raízes da Praia não se apropriaram da websérie. Nem mesmo os próprios movimentos sociais destas comunidades utilizam-se destes vídeos – que tratam da realidade em que vivem e das reivindicações pelas quais lutam – para levantar debates e discussões e para trabalhar pela visibilidade que buscam alcançar.

De toda maneira, nossos seis entrevistados disseram-se satisfeitos por se virem representados no vídeo, por terem sua voz ouvida e por saberem que a produção foi feita em seu favor. Eles acreditam que a comunicação, o “estar presente” nas esferas midiáticas, é um dos processos necessários nos embates com o poder público na defesa por seu direito à cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Adriano Paulino de. **(GRANDE) BOM JARDIM: Reterritorialização e Política de Representação à Luz da Nova Pragmática**. 2014. 281f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Fortaleza (CE), 2014.

ANDRADE, Michely Peres de. **A reinvenção da periferia no discurso das experiências populares em audiovisual**. 2013. 249f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

ARAÚJO, Leonardo Vasconcelos de. **Comunicação para mobilização: quem dera ser um peixe, internet e ativismo político**. 2016. 161f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de Cultura e Arte, Fortaleza, 2016.

BARBALHO, Alexandre. **Cidadania, minorias e mídia: ou algumas questões postas ao liberalismo**. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (orgs.). *Comunicação e cultura das minorias*. São Paulo: Paulus, 2005.

BHABHA, Homi K. **Nuevas minorías, nuevos derechos: notas sobre cosmopolitismos vernáculos**. Kalamo Libros: Madrid, 2014.

CANCLINI, Néstor García. **Cidades e cidadãos imaginados pelos meios de comunicação**. *Opinião Pública*, Campinas, v. 8, n. 1, p. 4053, 2002.

_____. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

CARLOS, Caio Anderson Feitosa. **Invenções democráticas pela periferia: a Rede Desenvolvimento Sustentável do Grande Bom Jardim**. 2014. 191f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Fortaleza (CE), 2014.

CASTELLS, Manoel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.

CASTILHO, Natalia Martinuzzi. **Aspectos do direito de resistir e a luta social por moradia urbana: a experiência da ocupação Raízes da Praia**. In: *Cadernos IHU Ideias* (nº 200, ano II). São Leopoldo: 2014. Disponível em

<http://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/200xcadernosihuideias.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2017.

CHAVES, L. G. Mendes. **Minorias e seu estudo no Brasil**. Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 149-168, 1970.

COSTA FILHO, Ismar Capistrano. **Usos sociais das rádios zapatistas**: o mapa noturno da construção da autonomia nas mediações comunicativas da cultura. 2016. 339f. – Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Belo Horizonte (MG), 2016.

DIAS, Renata de Souza. Tematização e circulação de enunciados em mídias radicais, de organização e informativas pelos movimentos de resistência global. In: FERREIRA, Jairo; VIZER, Eduardo. (Org.). **Mídia e movimentos sociais**: linguagens e coletivos em ação (2007). São Paulo: Paulus.

DOWNING, John D. H. **Mídia radical**: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. São Paulo: SENAC São Paulo, 2002

ECO, Humberto. **Como se faz uma tese em Ciências Humanas**. Lisboa: Editorial Presença, 2007.

ECOSTEGUY, Ana Carolina. **Estudos Culturais**: Uma introdução. In: JOHNSON, Richard; ECOSTEGUY, Ana Carolina; SCHULMAN, Norma; SILVA, Thomas Tadeu da. *O que é, afinal, estudos culturais?* Belo Horizonte: Autêntica, 2014. p. 133-166.

ESCÓSSIA, Liliana da; KASTRUP, Virgínia. **O conceito de coletivo como superação da dicotomia indivíduo-sociedade**. Psicologia em Estudo, Maringá, v.10, n.2, p. 295-304, mai/ago. 2005.

FREITAS, C. F. S. et al. **Planejamento urbano e autonomia na microescala**: aproximações para um processo horizontal. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS, 2. 2016, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC. 2008.

GOHN, M. da G. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 4.ed. São Paulo: Loyola, 2004.

GOMES, Wilson. Internet e Participação Política. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousely C.M. **Comunicação e Democracia**: problemas & perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008.

HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro**. Edições Loyola, São Paulo. 2002.

HARVEY, David. O direito à cidade. In: **Lutas Sociais**, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012.

HJARVARD, Stig. **Midiatização**: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. In: MATRIZES, São Paulo, ano 5, nº 2, p. 53-91, jan/jun, 2012.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

LACERDA, Juciano de Sousa. **A internet na gestão dos movimentos sociais**: estudo de caso das estratégias discursivas da Rede Brasileira de Comunicadores Solidários à Criança. In: COGO, D.; KAPLUN, G.; PERUZZO, C. Comunicação e movimentos populares: quais redes? São Leopoldo, RS: Ed. Unisinos, 2002.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: 34, 1999.

LOPES, Maria Immacolata V. **Estratégias metodológicas da pesquisa em comunicação**. In: INTERCOM Revista Brasileira de Comunicação, São Paulo, Vol. XVI, nº 2, pág. 76-86, jul/dez 1993.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos**: O declínio do individualismo nas sociedades de massa. 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. (Introdução). São Paulo: Abril Cultural, 1976 [1922].

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

MIGLIORIN, Cezar. **O que é um coletivo**. In: Liv & Ingmar, Teia, DIZER O INDIZÍVEL. Rio de Janeiro, dez., 2012.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **A produção da imparcialidade**: A construção do discurso universal a partir da perspectiva jornalística. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais.

vol. 25. nº 73. São Paulo. Junho de 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v25n73/v25n73a04.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2017.

NAJIMA, Fabiana Mitsue. **Coletivos em rede: novas formas de organização**. 2010. 151f. Dissertação (Mestrado em Estética e História da Arte) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

NERY, Luna Cristina Castro. **Cinemas do Sul: Experiências contemporâneas do Brasil e da Nigéria**. 2014. 147f. Tese (Doutorado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2014.

NETO, Otávio Cruz. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

NEVES, Bráulio de Britto. “**Máquinas retóricas livres do documentário Ciberativista**”. In DOC ON-LINE (N. 8, AGOSTO 2010). São Paulo/Lisboa: 2010. Disponível em http://www.doc.ubi.pt/08/artigo_braulio_neves.pdf. Acesso em 08/05/2017.

NUNES, Márcia Vidal. **Teologia da Libertação, Mística e Mst: O Papel da Comunicação Grupal Libertadora na Organização Política do Movimento**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014. 124 p.

OLIVEIRA, Catarina Farias de. **Comunicação, recepção e memória no Movimento Sem Terra: etnografia do assentamento Itapuí/RS**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

PAIVA, Raquel. Mídia e política de minorias. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (orgs.). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

_____. **O espírito comum** - Mídia, sociedade e globalismo. Petrópolis, Vozes, 1998.

_____. **Novas formas de comunitarismo no cenário da visibilidade total: a comunidade do afeto**. In: MATRIZES, São Paulo, ano 6, nº 1, p. 63-75, jul/dez, 2012.

PERUZZO, Cicília Maria Krohling. **Comunicação nos Movimentos populares: a participação na construção da Cidadania**. Editora Vozes, Rio de Janeiro, 1998.

_____. **Movimentos sociais, redes virtuais e mídia alternativa no junho em que “o gigante acordou” (?)**. Revista Matrizes (online), v. 7, n. 2, p. 7393, 2013.

RIBEIRO, Milena de Castro. **Rádio poste da quadra:** a participação dos moradores e as disputas sonoras em uma comunidade em Fortaleza. 2016. 125f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de Cultura e Arte, Programa de Pós-graduação em Comunicação Social, Fortaleza (CE), 2016.

SILVEIRINHA, Maria João.. Democracia e reconhecimento: repensar o espaço público. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (orgs.). **Comunicação e cultura das minorias.** São Paulo: Paulus, 2005.

SODRÉ, Muniz Araújo Cabral (2005). Por um conceito de Minoria. In: Raquel Paiva; Alexandre Barbalho. (Org.). **Comunicação e Cultura das Minorias.** 1º ed. São Paulo: Paulus, 2005, v. 1.

SOTOMAIOR, Gabriel de Barcelos. **Cinema militante, videoativismo e vídeo popular:** a luta no campo do visível e as imagens dialéticas da história. 2014. 376f. Tese (Doutorado em Multimeios) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Artes, Campinas, 2014.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia.** Petrópolis: Ed. Vozes, 2011.

VIEIRA, Liszt. **Os argonautas da cidadania: a sociedade civil na globalização.** Rio de Janeiro: Record, 2001.